



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – BACHARELADO**

Cerro Largo, setembro de 2020



IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) foi criada pela Lei N° 12.029, de 15 de setembro de 2009. Tem abrangência interestadual com sede na cidade catarinense de Chapecó, três *campi* no Rio Grande do Sul – Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo – e dois *campi* no Paraná – Laranjeiras do Sul e Realeza.

Endereço da Reitoria:

Avenida Fernando Machado, 108 E
Bairro Centro – CEP 89802-112 – Chapecó/SC.

Reitor: Marcelo Recktenvald

Vice-Reitor: Gismael Francisco Perin

Pró-Reitor de Graduação: Jeferson Saccol Ferreira

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Clarissa Dalla Rosa

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Patricia Romagnolli

Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura: Rafael Santin Scheffer

Pró-Reitor de Planejamento: Everton Miguel da Silva Loreto

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis: Rubens Fey

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Claunir Pavan

Dirigentes de Chapecó (SC)

Diretor de *Campus*: Roberto Mauro Dallagnol

Coordenador Administrativo: Diego de Souza Boeno

Coordenadora Acadêmica: Gabriela Gonçalves de Oliveira

Dirigentes de Cerro Largo (RS)

Diretor de *Campus*: Bruno München Wenzel

Coordenador Administrativo: Sandro Adriano Schneider

Coordenador Acadêmico: Marcio do Carmo Pinheiro

Dirigentes de Erechim (RS)

Diretor de *Campus*: Luis Fernando Santos Corrêa da Silva

Coordenadora Administrativa: Elizabete Maria da Silva Pedroski

Coordenadora Acadêmica: Sandra Simone Hopner Pierozan

Dirigentes de Passo Fundo (RS)

Diretor de *Campus*: Julio Cesar Stobbe

Coordenadora Administrativa: Laura Spaniol Martinelli

Coordenador Acadêmico: Leandro Tuzzin



Dirigentes de Laranjeiras do Sul (PR)

Diretora de *Campus*: Martinho Machado Junior

Coordenador Administrativo: Ronaldo José Seramim

Coordenador Acadêmico: Thiago Bergler Bitencourt

Dirigentes de Realeza (PR)

Diretor de *Campus*: Marcos Antônio Beal

Coordenadora Administrativa: Edineia Paula Sartori Schmitz

Coordenador Acadêmico: Ademir Roberto Freddo



Sumário

1 DADOS GERAIS DO CURSO.....	5
2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	8
3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC.....	15
4 JUSTIFICATIVA.....	17
5 REFERENCIAIS ORIENTADORES.....	31
6 OBJETIVOS DO CURSO.....	51
7 PERFIL DO EGRESSO.....	53
8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	55
9 CURSO E PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM.....	151
10 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO.....	157
11 ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	160
12 PERFIL DOCENTE E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO.....	169
13 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE.....	173
14 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO.....	178
15 CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA.....	185
16 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	190
17 ANEXOS.....	195
ANEXO I - REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO.....	195
ANEXO II - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES.....	226
ANEXO III - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	235
ANEXO IV: REGULAMENTO DE APROVEITAMENTO POR EQUIVALÊNCIA DE COMPONENTE CURRICULAR.....	248



1 DADOS GERAIS DO CURSO

1.1 Tipo de curso: Graduação

1.2 Modalidade: Presencial

1.3 Denominação do curso: Administração – Linha de formação: Desenvolvimento socioeconômico

1.4 Grau: Bacharel em Administração

1.5 Título profissional: Administrador(a)

1.6 Local de oferta: *Campus* Cerro Largo

1.7 Número de vagas: 50 vagas anuais

1.8 Carga-horária total: 3.315 horas

1.9 Turno de oferta: Matutino

1.10 Tempo mínimo para conclusão do curso: 8 semestres

1.11 Tempo máximo para conclusão do curso: 16 semestres

1.12 Carga horária máxima por semestre letivo: 600 horas

1.13 Carga horária mínima por semestre letivo: 180 horas

1.14 Coordenador do curso: Prof. Rodrigo Prante Dill

1.15 Ato Autorizativo: RESOLUÇÃO Nº 011/2012 – CONSUNI – Alterada pela RESOLUÇÃO Nº 23/CONSUNI/UFFS/2019

1.16 Forma de ingresso:

O acesso aos cursos de graduação da UFFS, tanto no que diz respeito ao preenchimento das vagas de oferta regular, como das ofertas de caráter especial e das eventuais vagas ociosas, se dá por meio de diferentes formas de ingresso: processo seletivo regular; transferência interna; retorno de aluno-abandono; transferência externa; retorno de graduado; processos seletivos especiais e processos seletivos complementares, conforme regulamentação do Conselho Universitário - CONSUNI.

a) Processo Seletivo Regular

A seleção dos candidatos no processo seletivo regular da graduação, regulamentada pelas Resoluções 006/2012 – CONSUNI/CGRAD e 008/2016 – CONSUNI/CGAE, se dá com base nos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mediante inscrição no Sistema de Seleção Unificada (SISU), do Ministério da Educação (MEC). Em atendimento à Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas) e a legislações complementares (Decreto nº 7.824/2012 e Portaria Normativa MEC Nº 18/2012), a



UFFS toma como base para a definição do percentual de vagas reservadas a candidatos que cursaram o Ensino Médio integralmente em escola pública o resultado do último Censo Escolar/INEP/MEC, de acordo com o estado correspondente ao local de oferta das vagas.

Além da reserva de vagas garantida por Lei, a UFFS adota, como ações afirmativas, a reserva de vagas para candidatos que tenham cursado o ensino médio parcialmente em escola pública ou em escola de direito privado sem fins lucrativos, cujo orçamento seja proveniente, em sua maior parte, do poder público e também a candidatos de etnia indígena.

b) Transferência Interna, Retorno de Aluno-Abandono, Transferência Externa, Retorno de Graduado, Transferência coercitiva ou *ex officio*

Transferência interna: acontece mediante a troca de turno, de curso ou de *Campus* no âmbito da UFFS, sendo vedada a transferência interna no semestre de ingresso ou de retorno para a UFFS;

Retorno de Aluno-abandono da UFFS: reingresso de quem já esteve regularmente matriculado e rompeu seu vínculo com a instituição, por haver desistido ou abandonado o curso;

Transferência externa: concessão de vaga a estudante regularmente matriculado em outra instituição de ensino superior, nacional ou estrangeira, para prosseguimento de seus estudos na UFFS;

Retorno de graduado: concessão de vaga, na UFFS, para graduado da UFFS ou de outra instituição de ensino superior que pretenda fazer novo curso. Para esta situação e também para as anteriormente mencionadas, a seleção ocorre semestralmente, por meio de editais específicos, nos quais estão discriminados os cursos e as vagas, bem como os procedimentos e prazos para inscrição, classificação e matrícula;

Transferência coercitiva ou *ex officio*: é instituída pelo parágrafo único da Lei nº 9394/1996, regulamentada pela Lei nº 9536/1997 e prevista no Art. 30 da RESOLUÇÃO Nº 9/CONSUNI CGAE/UFFS/2018. Neste caso, o ingresso ocorre em



qualquer época do ano e independentemente da existência de vaga, quando requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, nos termos da referida Lei.

c) Processos seletivos especiais

Destacam-se na UFFS dois tipos de processos seletivos especiais, quais sejam: **PROHAITI** (Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes Haitianos), que, criado em parceria entre a UFFS e a Embaixada do Haiti no Brasil e instituído pela Resolução 32/2013 – CONSUNI. Trata-se de um programa que objetiva contribuir com a integração dos imigrantes haitianos à sociedade local e nacional por meio do acesso aos cursos de graduação da UFFS. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O estudante haitiano que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regramentos institucionais.

PIN (Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas), que, instituído pela Resolução nº 33/2013/CONSUNI em 2013, na UFFS, constitui um instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos seus cursos de graduação e pós-graduação e de estímulo à cultura, ao ensino, à pesquisa, à extensão e à permanência na Universidade. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O estudante indígena que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regramentos institucionais.



2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal da Fronteira Sul nasceu de uma luta histórica das regiões Noroeste e Norte do Rio Grande do Sul, Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina e Sudoeste e Centro do Paraná pelo acesso ao Ensino Superior Público e gratuito, desde a década de 1980. As mobilizações da sociedade civil organizada têm como marco o processo de redemocratização e a definição das bases da Constituição Federal de 1988 e da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Essas mobilizações iniciais não surtiram efeitos em termos de criação de Universidade Pública Federal, mas geraram um conjunto expressivo de Universidades Comunitárias e Estaduais que passaram a fomentar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, mesmo que custeadas com recursos dos próprios cidadãos demandantes dos serviços. A tradição das comunidades locais e regionais de buscarem alternativas para seus problemas pode ter contribuído para que o Estado Brasileiro não respondesse de forma afirmativa a estas reivindicações, ainda mais em se tratando de regiões periféricas, distantes dos grandes centros, de fronteira e marcadas por conflitos de disputa de territórios e de projetos societários.

A predominância do ideário neoliberal nas discussões a respeito do papel do Estado nas dinâmicas de desenvolvimento das regiões fez com que os movimentos em busca de ensino superior público e gratuito sofressem certo refluxo na década de 1990. Porém os movimentos permaneceram ativos, à espera de um cenário mais favorável, que se estabeleceu ao longo da primeira década do século XXI.

Neste novo contexto, vários acontecimentos geraram uma retomada da mobilização em busca de acesso ao ensino superior público e gratuito como condição essencial para a superação dos entraves históricos ao desenvolvimento destas regiões: a crise do ideário neoliberal na resolução dos históricos desafios enfrentados pelas políticas sociais; as discussões em torno da elaboração e da implantação do Plano Nacional de Educação 2001-2010; o aumento crescente dos custos do acesso ao ensino superior, mesmo que em instituições comunitárias; a permanente exclusão do acesso ao ensino superior de parcelas significativas da população regional; a migração intensa da população jovem para lugares que apresentam melhores condições de acesso às Universidades Públicas e aos empregos gerados para profissionais de nível superior; os



debates em torno das fragilidades do desenvolvimento destas regiões periféricas e de fronteira.

Movimentos que estavam isolados em suas microrregiões passaram a dialogar de forma mais intensa e a constituir verdadeiras frentes no embate político em prol da mesma causa. A disposição do governo de Luiz Inácio Lula da Silva para ampliar, de forma significativa, o acesso ao ensino superior, especialmente pela expansão dos Institutos Federais de Educação e das Universidades Federais deu alento ao movimento. As mobilizações retornaram com muita força, embaladas por uma utopia cada vez mais próxima de ser realizada. Os movimentos sociais do campo, os sindicatos urbanos, as instituições públicas, privadas e comunitárias passaram a mobilizar verdadeiras “multidões” para as manifestações públicas, para a pressão política, para a publicização da ideia e para a criação das condições necessárias para a implantação de uma ou mais universidades públicas federais nesta grande região.

Esta mobilização foi potencializada pela existência histórica, no Noroeste e Norte do Rio Grande do Sul, no Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina e no Sudoeste e Centro do Paraná, de um denso tecido de organizações e movimentos sociais formados a partir da mobilização comunitária, das lutas pelo acesso à terra e pela criação de condições indispensáveis para nela permanecer, pelos direitos sociais fundamentais à vida dos cidadãos, mesmo que em regiões periféricas e pela criação de condições dignas e vida para os cidadãos do campo e da cidade. Entre os diversos movimentos que somaram forças para conquistar a universidade pública para a região, destacam-se a Via Campesina e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul), que assumiram a liderança do Movimento Pró-Universidade.

Este grande território que se organizou e se mobilizou para a conquista da universidade pública federal é berço de grande parte dos movimentos sociais do país, especialmente os ligados ao campo; é palco de lutas históricas pelo acesso à terra; é referência nacional na organização comunitária; é terreno fértil para a emergência de associações, grupos de produção e cooperativas que cultivam ideais de interação solidária e popular; é marcado pelas experiências das pequenas propriedades familiares, do pequeno comércio e da pequena indústria, que nascem da necessidade de organizar a vida em regiões periféricas e realizar a interação com “centros de médio e grande porte do país”; é palco das primeiras experiências de modernização da agricultura e da agroindústria, que geraram expansão dos processos produtivos, novas tecnologias e novas perspectivas de inclusão, mas também produziram o êxodo rural, as experiências



de produção integrada, as grandes agroindústrias, a concentração da propriedade e da riqueza gerada, grande parte dos conflitos sociais e o próprio processo de exclusão de parcelas significativas da população regional, que passou a viver em periferias urbanas ou espaços rurais completamente desassistidos; é espaço de constituição de uma economia diversificada que possibilita o desenvolvimento da agricultura (com ênfase para a produção de milho, soja, trigo, mandioca, batata...), da pecuária (bovinos de leite e de corte, suínos, ovinos, caprinos...), da fruticultura (cítricos, uva, pêssego, abacaxi...), da silvicultura (erva mate, reflorestamento...), da indústria (metal mecânica, moveleira, alimentícia, madeireira, têxtil...), do comércio e da prestação de serviços públicos e privados.

A partir do ano de 2006, houve a unificação dos movimentos em prol da Universidade Pública Federal nesta grande região visando constituir um interlocutor único junto ao Ministério da Educação (MEC). Com a unificação, o Movimento passou a ser coordenado pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – Fetraf–Sul/CUT e pela Via Campesina. Além destas organizações, o Movimento era composto pelo Fórum da Mesorregião, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) dos três estados, por Igrejas, pelo Movimento Estudantil, pelas Associações de Prefeitos, por Vereadores, Deputados Estaduais e Federais e Senadores. O Movimento ganhou força a partir do compromisso do Governo Lula de criar uma Universidade para atender a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e seu entorno.

Como resultado da mobilização deste Movimento unificado, o MEC aprovou, em audiência realizada em 13 de junho de 2006, a proposta de criar uma Universidade Federal para o Sul do Brasil, com abrangência prevista para o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná, e assumiu o compromisso de fazer um estudo para projetar a nova universidade. Em nova audiência com o Ministro de Estado da Educação, realizada em junho de 2007, propõe-se ao Movimento Pró-Universidade Federal a criação de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica (IFET). Todavia, os membros do Movimento defenderam a ideia de que a Mesorregião da Fronteira Sul necessitava de uma Universidade, pois se tratava de um projeto de impacto no desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico da macrorregião sul, além de proporcionar investimentos públicos expressivos no único território de escala mesorregional ainda não contemplado com serviços desta natureza. Diante disso, decidiu-se pela criação de uma Comissão de Elaboração do Projeto, que



teria a participação de pessoas indicadas pelo Movimento Pró-Universidade Federal e por pessoas ligadas ao Ministério da Educação.

A partir das tratativas estabelecidas entre o Ministério da Educação e o Movimento Pró-Universidade, a Secretaria de Educação Superior designa a Comissão de Implantação do Projeto Pedagógico Institucional e dos Cursos por meio da Portaria MEC nº 948, de 22 de novembro de 2007. Esta comissão tinha três meses para concluir seus trabalhos, definindo o perfil de Universidade a ser criada. Em 12 de dezembro, pelo projeto de Lei 2.199/07, o ministro da Educação encaminhou o processo oficial de criação da Universidade Federal para a Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul em solenidade de assinatura de atos complementares ao Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação, no Palácio do Planalto, em Brasília.

Os anos de 2008 e 2009 foram marcados por intensa mobilização do Movimento Pró-Universidade no sentido de estabelecer o perfil da Universidade a ser criada, a localização de seus *campi* e a proposta dos primeiros cursos a serem implantados; pelo acompanhamento, no âmbito do governo federal, dos trâmites finais da elaboração do projeto a ser submetido ao Congresso Nacional; pela negociação política a fim de garantir a aprovação do projeto da Universidade na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Em 15 de setembro de 2009, através da Lei 12.029, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, cria a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com sede em Chapecó e *Campi* em Cerro Largo, Erechim, Laranjeiras do Sul e Realeza, tornando realidade o sonho acalentado por uma grande região do Brasil por quase três décadas.

A promulgação da lei fez intensificar as atividades de estruturação da nova universidade, já que havia a meta de iniciar as atividades letivas no primeiro semestre de 2010. Em 21 de setembro de 2009, o Ministro da Educação designou o professor Dilvo Ilvo Ristoff para o cargo de reitor pro-tempore da UFFS, com a incumbência de coordenar os trabalhos para a implantação da nova universidade, sob a tutoria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ainda em 2009 foram realizados os primeiros concursos e posses de servidores, estruturados os projetos pedagógicos provisórios dos cursos a serem implantados, definido o processo seletivo para o ingresso dos primeiros acadêmicos, estabelecidos os locais provisórios de funcionamento e constituída parte da equipe dirigente que coordenaria os primeiros trabalhos na implantação da UFFS.



No dia 29 de março de 2010 foram iniciadas as aulas nos cinco *Campi* da UFFS, com o ingresso de 2.160 acadêmicos selecionados com base nas notas do Enem/2009 e com a aplicação da bonificação para os que cursaram o ensino médio em escola pública. Em cada *campus* foi realizada programação de recepção aos acadêmicos com o envolvimento da comunidade interna e externa, visando marcar o primeiro dia de aula na Universidade. Em um diagnóstico sobre os acadêmicos que ingressaram na UFFS neste primeiro processo seletivo constatou-se que mais de 90% deles eram oriundos da Escola Pública de Ensino Médio e que mais de 60% deles representavam a primeira geração das famílias a acessar o ensino superior.

O início das aulas também ensejou o primeiro contato mais direto dos acadêmicos e dos docentes com os projetos pedagógicos dos cursos que haviam sido elaborados pela comissão de implantação da Universidade com base em três grandes eixos: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico. Os primeiros contatos foram evidenciando a necessidade de repensar os PPCs, tarefa que se realizou ao longo dos anos de 2010 e 2011, sob a coordenação dos respectivos colegiados de curso a fim de serem submetidos à Câmara de Graduação do Conselho Universitário para aprovação definitiva.

Nesta revisão consolidou-se uma concepção de currículo assentada em um corpo de conhecimentos organizado em três domínios: Comum, Conexo e Específico, expressos na matriz dos cursos, em componentes curriculares e outras modalidades de organização do conhecimento. O Domínio Comum visa proporcionar uma formação crítico-social e introduzir o acadêmico no ambiente universitário. O Domínio Conexo situa-se na interface entre as áreas de conhecimento, objetivando a formação e o diálogo interdisciplinar entre diferentes cursos, em cada *campus*. O Domínio Específico preocupa-se com uma sólida formação profissional. Compreende-se que os respectivos domínios são princípios articuladores entre o ensino, a pesquisa e a extensão, fundantes do projeto pedagógico institucional.

A organização dos *campi*, com a constituição de suas equipes dirigentes, a definição dos coordenadores de curso e a estruturação dos setores essenciais para garantir a funcionalidade do projeto da Universidade foi um desafio encarado ao longo do primeiro ano de funcionamento. Iniciava-se aí a trajetória em busca da constituição de uma identidade e de uma cultura institucional.

A preocupação em manter uma interação constante com a comunidade regional no sentido de projetar suas ações de ensino, pesquisa, extensão e administração fez com



que a UFFS realizasse, ao longo do ano de 2010, a 1ª Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE). Foram dezenas de oficinas, seminários e debates envolvendo a comunidade acadêmica, as entidades, as organizações e os movimentos sociais para definição das políticas de ensino, pesquisa e extensão da Universidade a partir de um diálogo aberto e franco com todos os setores sociais. O processo foi iniciado com debates em todos os *campi* e concluído com eventos regionais que resultaram numa sistematização das proposições que subsidiaram o processo de elaboração de políticas orientadoras para a ação da Universidade em seu processo de implantação e consolidação.

As primeiras ações da Universidade e a 1ª COEPE foram fundamentais para projetar o primeiro estatuto da UFFS. Através de um processo participativo, com o envolvimento de professores, de técnicos administrativos, de acadêmicos e de representação da comunidade externa, foi elaborado o Estatuto, que definiu os marcos referenciais básicos para a estruturação da nova Universidade. Compreendido em sua provisoriedade, a aprovação do primeiro estatuto permitiu que se avançasse para a estruturação das instâncias essenciais de funcionamento da Universidade, tais como o Conselho Universitário, os Conselhos de *Campus*, os Colegiados de Curso e a própria estrutura de gestão da UFFS.

A grande inovação da nova universidade, garantida em seu primeiro Estatuto, foi a constituição do Conselho Estratégico Social, envolvendo toda a Universidade, e dos Conselhos Comunitários, no âmbito de cada um dos *campi*, estabelecendo um instrumento de diálogo permanente com a comunidade regional e com o movimento social que lutou por sua implantação.

Estabelecidos os marcos iniciais deu-se a sequência na organização das diretrizes e políticas específicas de cada Pró-Reitoria, Secretaria Especial, Setor e área de atuação da UFFS. Movimento este que iniciou a partir de 2012 e avança gradativamente na medida em que a Universidade vai crescendo e respondendo aos desafios da inserção nos espaços acadêmicos e sociais.

A consolidação dos cursos de graduação, a estruturação de diversos grupos de pesquisa e a criação de programas e projetos de extensão possibilitaram que a Universidade avançasse para a criação de Programas de Pós-Graduação, iniciando pelo *lato sensu*, já em 2011, até alcançar o *stricto sensu*, em 2013.

Desde a sua criação, a UFFS trabalhou com a ideia de que a consolidação do seu projeto pedagógico se faria, de forma articulada, com a consolidação de sua estrutura



física. A construção dos espaços de trabalho dar-se-ia, articuladamente, com a constituição de seu corpo docente e técnico-administrativo. A criação da cultura institucional dar-se-ia, também de forma integrada, com a constituição dos ambientes de trabalho e de relações estabelecidas nos mesmos. Pode-se falar, portanto, em um movimento permanente de “constituição da Universidade e da sua forma de ser”.

Ao mesmo tempo em que a UFFS caminha para a consolidação de seu projeto inicial, já se desenham os primeiros passos para a sua expansão. Os movimentos em torno da criação de novos *campi* emergem no cenário regional; a participação nos programas do Ministério da Educação enseja novos desafios (destaca-se a expansão da Medicina, que levou à criação do *Campus* Passo Fundo, em 2013); o ingresso da UFFS no SISU enseja sua projeção no cenário nacional, exigindo readequações na compreensão da regionalidade como espaço preponderante de referência; a consolidação dos 5 *campi* iniciais, com os seus cursos de graduação, faz com que se intensifiquem os debates pela criação de novos cursos de graduação e de pós-graduação; a afirmação dos grupos de pesquisa, com seus programas e projetos, faz com que se projetem novos cursos de mestrado e se caminhe em direção aos primeiros doutorados. Entende-se que a consolidação e a expansão são processos complementares e articulados.

Criada a partir dos anseios da sociedade, a UFFS vem se afirmando como uma Universidade comprometida com a qualidade de seus cursos, de seus processos e das relações que estabelece. As avaliações realizadas pelas diferentes comissões constituídas pelo INEP/MEC para verificar, *in loco*, as condições de oferta dos cursos de graduação da UFFS atestam esta qualidade.

Os avanços conquistados ao longo desses primeiros anos de sua implantação tornam cada vez mais claros os desafios que se projetam para os próximos: a participação, cada vez mais efetiva, na comunidade acadêmica nacional e internacional, com cursos de graduação, programas de pós-graduação, projetos e programas de extensão e experiências de gestão universitária; a permanente sintonia com os anseios da região na qual está situada; o compromisso constante com os movimentos e organizações sociais que constituíram o Movimento Pró-Universidade; e o sonho de uma universidade pública, popular e de qualidade, focada no desenvolvimento regional incluyente e sustentável.

(Texto homologado pela Decisão nº 2/2014 – CONSUNI/CGRAD)



3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC

3.1 Coordenação de curso

Prof. Rodrigo Prante Dill

3.2 Equipe de elaboração

Prof. Ari Söthe

Prof. Artur Filipe Ewald Wuerges

Prof. Carlos Eduardo Ruschel Anes

Profa. Dionéia Dalcin

Prof. Edemar Rotta

Prof. Herton Castiglione Lopes

Profa. Monize Sâmara Visentini

Prof. Rodrigo Prante Dill

3.3 Comissão de acompanhamento pedagógico curricular

Hugo Von Linsingen Piazzetta Diretor de Organização Pedagógica/DOP)

Adriana F. Faricoski, Sandra F. Bordignon, Neuza F. Blanger (Pedagogas/DOP)

Alexandre L. Fassina, Kelly Trapp (DOP)

Maiquel Tesser, Elaine Lorenzon e Pedro Castro, Marcos Franceschi, Liana Canônica (DRA)

A definir - Revisão Textual

Rafael P. de Almeida - Revisão das referências

3.4 Núcleo docente estruturante do curso

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Administração, *Campus Cerro Largo*, conforme designado na Portaria N° 189/PROGRAD/UFFS/2018.



Quadro 01 – Composição atual do Núcleo Docente Estruturante

Nome do Professor	Titulação	Domínio
Ari Söthe	Doutor	Específico
Artur Filipe Edward Wuerges	Mestre	Específico
Carlos Eduardo Ruschel Anes	Doutor	Específico
Denise Medianeira Marioti Fernandes	Doutora	Específico
Dionéia Dalcin	Doutora	Específico
Edemar Rotta	Doutor	Comum
Fabiano Pereira	Mestre	Conexo
Fabricio Costa de Oliveira	Mestre	Específico
Herton Castiglione Lopes	Doutor	Específico
Izabel Gioveli	Doutora	Conexo
Louise de Lira Roedel Botelho	Doutora	Específico
Monize Sâmara Visentini	Doutora	Específico
Rodrigo Prante Dill	Mestre	Específico



4 JUSTIFICATIVA

4.1 Justificativa da criação do curso

A UFFS no *Campus* de Cerro Largo atende às seguintes regiões: Missões, Celeiro, Noroeste Colonial e Fronteira Noroeste, no Estado do Rio Grande do Sul. Na trajetória de ocupação dessas regiões gaúchas verifica-se a presença de diferentes povos e etnias. Originalmente ocupada por povos indígenas, especialmente guaranis e kaingangos, essa região teve a marcante presença dos missionários jesuítas, que organizaram reduções, durante o período de dominação espanhola até meados do século XVIII. Após a expulsão dos jesuítas, desenvolveu-se na região a agricultura camponesa de subsistência praticada pelos caboclos – lavradores nacionais, descendentes de europeus ibéricos, indígenas e negros. Ao final do século XIX, foram fundados diversos núcleos coloniais de imigrantes europeus, principalmente alemães, italianos e poloneses. A implantação do modelo colonial de ocupação e colonização, a partir do final do século XIX, proporcionou configuração agrária, caracterizada por minifúndios, baseada na policultura de subsistência e comercialização de excedentes nas suas diferentes esferas.

O cenário econômico e social que se desenha nas regiões atendidas pelo *Campus* foi caracterizado por baixos indicadores de desenvolvimento, redução do número de habitantes do meio rural e redução da população jovem com acesso ao ensino superior. A renda per capita da região das Missões, por exemplo, girava em torno de R\$ 4.587 no ano de 1999, enquanto a média do Estado estava em R\$ 7.299. Percebe-se que o contexto econômico desta região se mostrava menos dinâmico em comparação ao Rio Grande do Sul como um todo. Em 2013, a região continuava defasada, com PIB per capita de R\$ 25.232,41, enquanto o do Estado era de R\$ 29.657,28 (FEE, 2019).

A preocupação com a constante redução no número de habitantes no meio rural da região não é menos significativa. Esses habitantes, na falta de melhores oportunidades, acabavam migrando para os grandes centros metropolitanos. A Fundação de Economia e Estatística¹ demonstra que a população rural da região das Missões, que girava em torno de 97.020 em 2000 reduziu-se a 72.139 em 2010. No Conselho

1 FEE (2019). Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Disponível em www.fee.tche.br. Acesso em 13 de junho de 2019.



Regional de Desenvolvimento Missões (COREDE)², na região das Missões, a taxa de urbanização, que no ano de 1994 estava em 59,2%, aumentou para 68,4% em 2008.

Quanto aos jovens, observou-se uma incessante tentativa de migrar para centros maiores em busca de melhores oportunidades de trabalho e qualificação. O número de jovens entre 15 e 19 anos na região das missões apresentou tendência de queda no período de 1997 a 2008, pois era de 24.955 passando para 20.548³. Em 2010, contudo, ano de início das atividades letivas da universidade, aumentou o número de jovens nessa faixa etária (21.266). Embora a tendência de queda seja persistente (no ano de 2017 reduz-se para 17.870) o número de jovens entre 20 e 24 anos, idade que engloba o período de estudos no ensino superior, vem crescendo ao longo dos anos na região das missões (em 2010 era de 18.211 passando para 19.152 em 2010). A partir da criação da Universidade, e seus cursos, o número de pessoas que acessaram o ensino superior aumenta consideravelmente. Em 2009 eram 5.971 matriculados no ensino superior. Em 2017 passam a ser 7.870 (FEE, 2019).

Esses fatores demonstram a importância da criação e manutenção de cursos superiores na região. Além de ser uma forma de manutenção dos jovens, proporcionando sua qualificação, ampliam-se as possibilidades de desenvolvimento, seja para o meio urbano ou rural. Basta observar que a redução do número de jovens no meio rural foi tema de constantes debates entre as diferentes entidades, demonstrando, até 2010, a falta de expectativas futuras quanto às possibilidades de qualificação e melhoria da qualidade de vida de uma população com plenas possibilidades de alavancar o desenvolvimento regional⁴.

Adicionalmente a estes argumentos existem também gargalos que obstruem o desenvolvimento da região de abrangência do *Campus*. Entre esses, pode-se relacionar: falta de planejamento ambiental; falta de logística adequada para circulação da produção agrícola; falta de profissionais capacitados para diferentes setores e fragilidade nos processos de gestão. Assim, a proposta do curso de Administração, no *Campus* de Cerro Largo, é contribuir para a potencialização da economia de sua região de abrangência nos seus mais diferentes aspectos, principalmente no tocante ao

2 FEE (2019). Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Disponível em www.fee.tche.br. Acesso em 13 de junho de 2019.

3 Outro problema é queda no número concluintes do ensino superior. No Estado do Rio Grande do Sul, no período de 2005 a 2009, o número de concluintes passa de 36.609 para 46.425. Enquanto isso, na região das missões, o indicador regride de 978 pessoas em 2005 para 539 em 2009 (FEE, 2019).

4 FEE (2010). Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Disponível em www.fee.tche.br. Acesso em 24 de outubro de 2010.



desenvolvimento local-regional, através da formação de profissionais capacitados a realizarem diagnósticos da realidade socioeconômica e preparados para atuar nos mais variados espaços da produção e da prestação de serviços, de modo proativo e propositivo, especialmente nos campos que envolvem a administração privada e pública. A preparação de profissionais capacitados a intervir na realidade local-regional é aspecto essencial para a dinamização do desenvolvimento, tendo em vista que a região apresenta baixos índices de pessoas com cursos superiores completos. Cada vez mais o conhecimento e as habilidades técnicas tornam-se essenciais na possibilidade de desenvolvimento das regiões.

4.2 Justificativa da reformulação do curso

O curso de Administração, *Campus Cerro Largo*, foi implantado e autorizado no ano de 2012, em decorrência da mudança do curso de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial, implantado no ano de 2010. A mudança ocorreu para atender reivindicações, naquele período, da comunidade acadêmica que percebeu que um curso de Administração, com linha de formação em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial, poderia contribuir de forma mais efetiva para o desenvolvimento da região, além de propiciar melhor a inserção dos discentes no mercado de trabalho.

Transcorridos sete anos de sua autorização e implantação, na perspectiva de uma sociedade em constante mudança, em especial mudanças tecnológicas, que impactam fortemente na forma de agir e pensar, a realidade do curso se alterou substancialmente e seu colegiado, acompanhado do Núcleo Docente Estruturante, com base no relatório de reconhecimento do curso, produzido pelo INEP, nas autoavaliações, e relatórios da Comissão Própria de Avaliação, realizadas nos últimos anos, percebeu a necessidade de readequações frente às novas demandas.

Assim, o novo PPC traz adequações no turno de oferta do curso, na linha de formação, na inserção de carga horária não presencial, na carga horária total, no número de componentes curriculares, no estágio curricular supervisionado obrigatório, no trabalho de conclusão de curso, nas atividades curriculares complementares e na implementação de carga horária destinada à pesquisa e extensão.

O curso de Administração oferece anualmente 50 (cinquenta) vagas em turno integral, de acordo com o PPC de 2012, e sua matriz curricular possui oito semestres de integralização dos conteúdos. No entanto, esta configuração tem dificultado aos



acadêmicos sua participação em projetos institucionais de pesquisa e extensão que requeram vinte horas de dedicação semanal. Também se percebeu, nos últimos anos, o desejo dos acadêmicos em trabalhar ou estagiar meio turno, no intuito de obterem experiência no mercado de trabalho, além da necessidade de remuneração financeira para suas subsistências. Dessa forma, a nova matriz curricular possibilita a integralização dos conteúdos em oito semestres cursados exclusivamente no período matutino. Outras importantes mudanças podem ser visualizadas na Figura 01.

Figura 01 – Mudanças estruturais do PPC

PPC 2012	NOVO PPC
Semestres: 8	Semestres: 8
Carga horária total: 3.390 horas	Carga horária total: 3.315 horas
Carga horária não presencial: 0 horas	Carga horária não presencial: 405 horas
Estágio curricular supervisionado: 120 horas	Estágio curricular supervisionado: 90 horas
Trabalho de conclusão de curso: 120 horas	Trabalho de conclusão de curso: 105 horas
Extensão: 0 horas	Extensão: 340 horas
Pesquisa: 0 horas	Pesquisa: 45 horas
ACCs: 180 horas	ACCs: 180 horas
CCRs: 60	CCRs: 50

Conforme a Figura 01, observa-se a redução da carga horária total de 3.390 (três mil trezentas e noventa) horas para 3.315 (três mil trezentas e quinze) horas, respeitando a carga horária mínima de 3.000 (três mil) horas estabelecida nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos cursos de Administração e implementação de 405 (quatrocentas e cinco) horas não presenciais. Destaca-se que a inserção de 12% (doze por cento) da carga horária total de não presencialidade respeita a legislação vigente que permite até 20% (vinte por cento).

Dentre as vantagens da inclusão da semipresencialidade, pode-se destacar três: a flexibilização das atividades, os ganhos pedagógicos e a adequação ao novo perfil profissional dos administradores.

Quanto à flexibilidade, nos últimos anos, as atividades em EAD (Educação a Distância), tem suprido grandes carências dos indivíduos que não tiveram oportunidade de cursar uma universidade presencial (BASTOS, 2017). Neste sentido, a inclusão de atividades não presenciais em cursos de graduação presenciais pode suprir carências dos



estudantes quanto aos turnos disponíveis para a realização de atividades extra classe, como trabalho formal, estágio, extensão e pesquisa.

Outro objetivo da inclusão de atividades não presenciais, de acordo com as DCNs, é o “uso competente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para o aprimoramento da prática pedagógica e a ampliação da formação cultural dos (das) professores (as) e estudantes” (BRASIL, 2015, p.9). Assim, há um papel importante das universidades em proporcionar, no processo educativo, o uso destas ferramentas no ensino-aprendizado. O uso das TICs mostrou-se efetivo com a revolução tecnológica que abre caminhos para reestruturação da teoria e da prática educacional, do desenvolvimento da autonomia e possibilidades de aquisição de novas aprendizagens por parte dos docentes e dos discentes.

Conforme estudo de Pilatti e Lievore (2018), sobre o papel da revolução tecnológica nas universidades, desde a primeira Revolução Industrial até os dias atuais, a universidade vem sendo solicitada a prover profissionais qualificados e capazes de sustentar as transformações sociais, econômicas e tecnológicas em curso. Visto estas competências, percebe-se que a multidisciplinaridade é uma competência citada por muitos autores. Isso mostra a importância de um profissional que esteja qualificado para atuar em diversas áreas, que possa tomar decisões frente a qualquer obstáculo ou dificuldade (SCHWAB, 2016). A era digital, vinda com a revolução tecnológica, intervém, diretamente, no espaço escolar, sobretudo, quando os estudantes estão em constante convívio com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's). Dessa época surgiram, conforme estudo de Guerin, Priotto e Moura (2018), os Nativos Digitais ou Geração Z, como são conhecidas as crianças nascidas depois de 1980 e, os adolescentes que usufruem, frequentemente, de dispositivos tecnológicos de comunicação e entretenimento. Esse grupo veio ao mundo, no período em que a tecnologia estava diversificando o modo de viver e socializar na sociedade, pois, para eles o uso de ferramentas digitais processa-se desde a infância. Deste modo, o espaço acadêmico, deve estar preparado para suprir as necessidades de um mercado de trabalho mais tecnológico, bem como de acadêmicos que anseiam novas tecnologias e metodologias.

Visto estas competências, percebe-se que a multidisciplinaridade é uma competência citada por muitos autores. Isso mostra a importância de um profissional que esteja qualificado para atuar em diversas áreas, que possa tomar decisões frente a qualquer obstáculo ou dificuldade (SCHWAB, 2016). A era digital, vinda com a



revolução tecnológica, intervém, diretamente, no espaço escolar, sobretudo, quando os estudantes estão em constante convívio com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's). Dessa época surgiram, conforme estudo de Guerin, Priotto e Moura (2018), os Nativos Digitais ou Geração Z, como são conhecidas as crianças nascidas depois de 1980 e, os adolescentes que usufruem, frequentemente, de dispositivos tecnológicos de comunicação e entretenimento. Esse grupo veio ao mundo, no período em que a tecnologia estava diversificando o modo de viver e socializar na sociedade, pois, para eles o uso de ferramentas digitais processa-se desde a infância. Deste modo, o espaço acadêmico, deve estar preparado para suprir as necessidades de um mercado de trabalho mais tecnológico, bem como de acadêmicos que anseiam novas tecnologias e metodologias.

No Congresso Internacional de Educação e Tecnologias e o Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância, do ano de 2018, dentre os eixos temáticos discutidos, teve-se o “Materiais didáticos, conteúdos e inovação dos meios de ensino-aprendizagem e para a acessibilidade”. Analisando os mais diversos estudos apresentados no congresso destaca-se, que a semipresencialidade, vem sendo discutida com base nos modelos americanos como: o *Blended Learning* (Ensino Híbrido), Flex, ou *Flipped Classroom* (Aula invertida), que tendem a observar ferramentas para ganhos pedagógicos aos acadêmicos, como: Vídeo-aula; mensagem (email), Chat, fóruns de discussão, material digital, blogs, de forma geral são ferramentas assíncronas (que independem de lugar e tempo) e as síncronas (relação professor aluno em tempo agendado). Além disso, os estudos evidenciam a importância de uso de múltiplos recursos. Outro elemento relevante é a utilização das ferramentas disponíveis do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) que as universidades possuem (Moodle – no caso da UFFS) e outros recursos disponíveis na internet, como o Google formulário, para elaboração e aplicação de pesquisas online (podendo ser utilizado na disciplina de Pesquisa de Marketing, por exemplo). Então, como destacado por Valente (2018), o uso da semipresencialidade torna o aprendizado mais ativo, ou seja, o acadêmico tem atividades não presenciais, nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem, como cases, games, leituras, etc. e usa a sala de aula como espaço de discussão e maior interação.

O Moodle, segundo Soto (2009), potencializa a aprendizagem colaborativa, apresentando diversos recursos importantes, dentre eles: chat, fórum, mensagem, workshop (oficina de trabalho) e wiki (coleção de documentos em hipertexto), pois é um sistema de administração de atividades educacionais destinado à criação de



comunidades on-line. Ainda, o autor destaca que o ambiente virtual de aprendizagem, que representa a sala de aula online, é um conjunto de interfaces, ferramentas e estruturas decisivas para a construção da interatividade e da aprendizagem.

Diante deste cenário, de revolução tecnológica e geração Z, observa-se que as competências exigidas pelo administrador, estabelecidas na Resolução (04/2005), já podem ser revistas, conforme Fórum Econômico Mundial⁵. Pois, diante das mudanças, as empresas destacaram três estratégias futuras para administradores: habilidades relacionadas às novas tecnologias; automatização das tarefas e, por fim, treinar os funcionários existentes. Neste sentido, o perfil do egresso em Administração tende a se alterar, sendo esperados profissionais capazes de prever soluções complexas, que tenham pensamento crítico, criativos, gestão de pessoas, empatia, inteligência emocional, bom senso e tomada de decisão, orientação para serviços, negociação, e flexibilização cognitiva. O Conselho Regional de Administração (CRA/RS), já vem evidenciando em suas notícias no site e revista esta tendência. Por exemplo na revista nº 160, uma entrevista com Stadtlober (2019), evidencia-se que o perfil do administrador vai ao encontro do que vem sendo apresentado no Fórum Econômico Mundial, onde os cursos precisam estar sempre se reinventando e acompanhando as demandas da sociedade e as mudanças do mercado. Ela percebe nos cursos de Administração um grande crescimento do ensino a distância e do ensino híbrido, do uso de metodologias ativas e tecnologia, da qualificação com experiências internacionais. De tal forma, observa-se que há uma tendência na adequação do perfil profissional dos administradores, evoluindo-se para um perfil que possua as competências ligadas a tecnologias.

Em relação ao Estágio curricular supervisionado obrigatório, pode ser observado na Figura 01, que o novo PPC reduz de 120 (cento e vinte) horas para 90 (noventa) horas, sendo 15 (quinze) horas de carga horária teórica e 75 (setenta e cinco) horas práticas de estágio nas unidades concedentes. Embora tenha ocorrido redução na carga horária, ressalta-se que o novo PPC proporciona outras oportunidades práticas ao introduzir 340 (trezentas e quarenta) horas de extensão.

O Trabalho de conclusão de curso por sua vez, foi reduzido de 120 (cento e vinte) horas para 105 (cento e cinco) horas, sendo 60 (sessenta) horas de carga horária teórica e 45 (quarenta e cinco) horas de pesquisa. Adicionalmente, para integralizar a matriz de formação, os discentes devem cursar, na sétima fase, o CCR Projeto de

5 <https://www.weforum.org/>



trabalho de conclusão de curso, composto de 60 (sessenta) horas, onde se elabora o projeto que dará suporte a pesquisa que será executada no Trabalho de conclusão de curso.

Cabe destacar que, embora as DCNs que regulamentam os projetos dos cursos de graduação em Administração facultem a opção do Estágio curricular supervisionado obrigatório e do Trabalho de conclusão de curso, o novo PPC, primando pela formação plena dos discentes, optou pela manutenção de ambos os componentes com as alterações descritas.

No intuito de atender a RESOLUÇÃO CNE Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, onde o Artigo 4º determina que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, foram definidas no novo PPC, 340 (trezentos e quarenta) horas de extensão, sendo 240 (duzentas e quarenta) horas distribuídas em treze CCRs (Administração da produção II, Administração financeira I, Administração financeira II, Contabilidade introdutória, Direito tributário e do trabalho, Fundamentos Socioantropológicos, Gestão de custos, Logística, Componente Optativo IV, Pesquisa de marketing, Planejamento estratégico I, Planejamento estratégico II e Teorias da administração II) e 100 (cem) horas em Atividades curriculares complementares.

Este projeto pedagógico propõe a inserção das atividades de extensão norteadas para a prática profissional ao ofertar CCRs de formação profissional em formato misto: parte de sua carga horária teórica e parte em extensão. Nesse formato, a atividade de extensão é desenvolvida no contexto da turma, com a condução do docente do CCR.

Além deste conjunto de CCRs, o discente deverá cumprir 100 horas de atividades curriculares complementares de extensão realizadas na Empresa Jr, na Incubadora Tecnosocial de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários (ITCEES) e na participação de programas e projetos de extensão institucionalizados na UFFS.

No seu Art. 5º a Resolução estrutura a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

- I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;



II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;

IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

Neste sentido, a resolução busca auxiliar as instituições a apresentarem currículos não fragmentados e estanques, que possam formar profissionais que conheçam as demandas sociais; ou que ao menos sejam sensíveis, e que se sintam capazes de aplicar seus conhecimentos à resolução das demandas práticas. Para Luana e Folgueiras (2014), a participação comunitária é uma ferramenta de aprendizagem que oferece uma experiência holística, com experiência e aplicabilidade direta e imediata do que aprende. Também, a extensão desenvolve a sensibilidade social nos estudantes e professores com potencial de promover transformações da realidade a partir da parceria universidade e sociedade.

Elemento que corrobora com a prática da extensão na universidade é um dos estudos desenvolvidos pela UFFS, *Campus Cerro Largo*, que é o trabalho de Minetto et al. (2016), o qual teve como objetivo avaliar os resultados alcançados pelo programa de extensão da incubadora na visão dos discentes, com relação ao desenvolvimento pessoal e acadêmico, o papel da extensão em uma universidade pública, a relação entre extensão e ensino/pesquisa. Como resultado, o estudo observou que há relação entre ensino/pesquisa e extensão por meio deste projeto, os discentes concordaram que realizar atividades que não estavam na grade curricular do curso contribuiu para o desenvolvimento acadêmico, e que se tornarem menos tímido e conseguir falar em público, contribuindo para seu desenvolvimento pessoal. A extensão é uma contribuição da universidade para com a sociedade e que é uma área imprescindível em todo curso. Elementos que evidenciam que tornar a atividade obrigatória no curso de Administração tende a melhorar o perfil dos futuros profissionais.

Por fim, pode ser observado na Figura 01, a redução do número de componentes curriculares de 60 (sessenta) para 50 (cinquenta), sem prejuízo a qualidade, distribuídas



em CCRs de formação básica, formação profissional, estudos quantitativos, linha de formação, componentes optativos e ACCs.

As DCNs dos cursos de graduação em Administração preveem conteúdos de formação básica relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas.

Figura 02 – Conteúdos de formação básica

PPC 2012	NOVO PPC
Antropologia para administradores	Comportamento organizacional
Contabilidade introdutória	Contabilidade gerencial
Direito empresarial	Contabilidade introdutória
Direitos e cidadania	Direito empresarial
Economia brasileira e políticas de desenvolvimento	Direito tributário e do trabalho
Economia I	Direitos e cidadania
Economia II	Economia brasileira e políticas de desenvolvimento
Filosofia e ética	Economia I
Fundamentos da crítica social	Economia II
História da fronteira sul	Filosofia e ética
Iniciação à prática científica	Fundamentos socioantropológicos
Introdução a informática	Gestão de tecnologias e sistemas de informação
Introdução ao pensamento social	Iniciação à prática científica
Leitura e produção textual I	Introdução ao pensamento social
Leitura e produção textual II	Meio ambiente, economia e sociedade
Meio ambiente, economia e sociedade	Produção textual acadêmica
Processo decisório	
Psicologia organizacional	
Responsabilidade socioambiental	
CCRs: 19	CCRs: 16
Carga horária: 990 horas	Carga horária: 960 horas

De acordo com a Figura 02, verifica-se redução da carga horária de 990 (novecentas e noventa) horas para 960 (novecentas e sessenta) horas distribuídas nos diferentes componentes curriculares. As principais alterações foram a redução de estudos sociológicos, que era composto por seis CCRs (Introdução ao pensamento social, Meio ambiente, economia e sociedade, Fundamentos da crítica social, Direitos e cidadania, Responsabilidade socioambiental e História da Fronteira Sul) e passa ser



contemplado pelos CCRs Direitos e cidadania, Introdução ao pensamento social e Meio ambiente, economia e sociedade. Essa redução veio dar oportunidade de ampliação de estudos das ciências jurídicas que era contemplado em um único CCR (Direito empresarial) e passa a ter dois CCRs (Direito empresarial e Direito tributário e do trabalho) e estudos contábeis, antes contemplados por um único CCR (Contabilidade introdutória) e passa a ser contemplado por dois CCRs (Contabilidade introdutória e Contabilidade gerencial).

As DCNs preveem conteúdos de formação profissional, relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços e linha de formação.



Figura 03 – Conteúdos de formação profissional

PPC 2012	NOVO PPC 2012
Administração da produção I	Administração da produção I
Administração da produção II	Administração da produção II
Administração de custos	Administração de marketing
Administração de marketing	Administração de materiais
Administração de materiais	Administração financeira I
Administração de recursos humanos I	Administração financeira II
Administração de recursos humanos II	Desenvolvimento socioeconômico: Estudos clássicos
Administração de sistema de informação	Desenvolvimento socioeconômico: Estudos contemporâneos
Administração e análise de projetos	Desenvolvimento socioeconômico: Metodologias de análise
Administração estratégica	Empreendedorismo
Administração financeira I	Estágio curricular supervisionado
Administração financeira II	Estratégia de marketing
Comercialização de produtos agropecuários	Gestão de custos
Desenvolvimento de recursos humanos	Gestão de pessoas I
Desenvolvimento rural	Gestão de pessoas II
Empreendedorismo e criatividade	Logística
Empreendimentos e modelos de negociação	Organização, sistemas e métodos
Estágio curricular supervisionado	Pesquisa de marketing
Estratégia mercadológica	Planejamento estratégico I
Gestão agroindustrial	Planejamento estratégico II
Introdução a administração	Planejamento financeiro e orçamentário
Logística	Projeto de trabalho de conclusão curso
Matemática financeira	Teorias da administração I
Organização de cadeias agroindustriais	Teorias da administração II
Organização, sistemas e métodos	Trabalho de conclusão curso
Pesquisa mercadológica	
Planejamento financeiro e orçamentário	
Projeto de trabalho de curso	
Teoria cooperativista I	
Teorias da administração	
Trabalho de curso	
CCR: 31	CCR: 25
Carga horária: 1.770 horas	Carga horária: 1.695 horas

A figura 03 demonstra a redução de 31 (trinta e um) componentes para 25 (vinte e cinco) e redução da carga horária de 1.770 (mil setecentas e setenta) para 1.695 (mil seiscentas e noventa e cinco) horas. Algumas modificações limitaram-se na alteração da carga horária, na nomenclatura e verificação de sobreposições de ementas. A principal



alteração se materializou em componentes direcionados a linha de formação do curso, definida como Desenvolvimento rural e gestão agroindustrial, no PPC de 2012, composta pelos CCRs Gestão agroindustrial, Comercialização de produtos agropecuários, Organização de cadeias agroindustriais, Desenvolvimento rural e Teoria cooperativista I, e que no novo PPC, foi definida como Desenvolvimento socioeconômico, composta pelos CCRs Desenvolvimento socioeconômico: Estudos clássicos, Desenvolvimento socioeconômico: Estudos contemporâneos e Desenvolvimento socioeconômico: Metodologias de análise.

As DCNs preveem conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias abrangendo pesquisa operacional, teoria dos jogos, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração.

Figura 04 – Conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias

PPC 2012	NOVO PPC
Estatística básica	Cálculo I
Estatística para administradores	Estatística básica
Matemática instrumental	Matemática C
Matemática para administradores	Matemática financeira
Pesquisa Operacional	Pesquisa Operacional
CCRs: 5	CCRs: 5
Carga horária: 300 horas	Carga horária: 300 horas

Conforme se verifica na figura 04, modificações foram realizadas em relação aos componentes sem a alteração da carga horária. Cabe destacar que o conteúdo Teoria dos jogos que no PPC de 2012 era abordado como componente optativo, passou a ser abordado na ementa do CCR de Planejamento Estratégico I, possibilitando assim que todos os discentes tenham acesso a esse conteúdo.

Por fim, as DCNs preveem conteúdos de formação complementar, que são estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do discente.



Figura 05 – Conteúdos de formação complementar

PPC 2012	NOVO PPC
Optativa I (30 horas)	Componente Optativo I (60 horas)
Optativa II (30 horas)	Componente Optativo II (30 horas)
Optativa III (30 horas)	Componente Optativo III (30 horas)
Optativa IV (30 horas)	Componente Optativo IV (60 horas)
Optativa V (30 horas)	ACCs (180 horas)
ACCs (180 horas)	
Carga horária: 330 horas	Carga horária: 360 horas

Os componentes optativos, definidos em cinco no PPC de 2012 e com carga horária de 150 (cento e cinquenta horas), passam a ser quatro, com carga horária de 180 (cento e oitenta) horas. Enquanto que as atividades curriculares complementares permaneceram com o mesmo número de horas.

De forma geral, as mudanças propostas no novo PPC, pretendem a deixar o curso de Administração mais atrativo e flexível aos futuros profissionais, atualizando o curso ao perfil profissional necessário às organizações, sem deixar de atentar para um método pedagógico com qualidade.



5 REFERENCIAIS ORIENTADORES

5.1 Referenciais ético-políticos

A UFFS nasceu de uma luta histórica das regiões Noroeste e Norte do Rio Grande do Sul, Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina e Sudoeste e Centro do Paraná pelo acesso ao Ensino Superior público e gratuito, especialmente às populações historicamente excluídas. Consideradas regiões deprimidas e com indicadores históricos de baixo acesso ao Ensino Superior, foram incluídas no plano de expansão das Universidades Federais e Institutos Federais de Educação, a partir da segunda metade da década de 2000. Neste contexto a UFFS foi criada para ampliar as possibilidades de acesso ao Ensino Superior e para contribuir na dinamização dos processos de desenvolvimento da região Grande Fronteira do Mercosul⁶, conforme denominação atribuída pelo “Programa das Mesorregiões Diferenciadas”, elaborado no âmbito do Ministério da Integração Nacional e incluso na Política Nacional de Desenvolvimento Regional e nos Planos Plurianuais de Investimento do Governo Federal de 2004-07 e 2008-11.

Este princípio originário da UFFS está explícito em sua missão, ao definir três eixos essenciais para a mesma: (1) assegurar o acesso à educação superior como fator decisivo para o desenvolvimento da Mesorregião Grande Fronteira Mercosul, a qualificação profissional e a inclusão social; (2) desenvolver atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, buscando a interação e a integração das cidades e dos estados que compõem a Mesorregião Grande Fronteira Mercosul e seu entorno; (3) promover o desenvolvimento regional integrado — condição essencial para a garantia da permanência dos cidadãos graduados na Mesorregião Grande Fronteira Mercosul e a reversão do processo de litoralização hoje em curso.

Da mesma forma, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (2012-2018), a UFFS reafirma esse compromisso com a promoção da educação superior pública, gratuita e de qualidade, promovida pela constante interação entre ensino, pesquisa e extensão, na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento regional, quer pela

⁶“A Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul abrange o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná. Esta Mesorregião localiza-se em área de fronteira com a Argentina e compreende 396 municípios, com área total de 120,8 mil quilômetros quadrados e população de 3,8 milhões de habitantes” (UFFS, 2012, p.15).



formação de pessoas capacitadas a interagirem nos mais diversos espaços produtivos e sociais, quanto pela articulação e inflexão no contexto institucional, dos movimentos e das organizações da sociedade civil e política. Reitera-se um compromisso social, mas também afirma-se um compromisso acadêmico, no sentido da promoção da ciência e da construção do conhecimento, na permanente interação com a cultura geral produzida pela humanidade e os desafios emanados da realidade local-regional.

Por suas características de criação, constituição e missão, a UFFS afirma-se, na sua região de atuação, como uma Universidade Pública que assume um caráter popular, no sentido de emergir das lutas dos movimentos e organizações sociais, por também buscar formas de construir a mediação entre as demandas trazidas por essa sociedade local-regional e os saberes constituídos nas diversas áreas do conhecimento e por realizar uma opção clara de criar instrumentos que viabilizem o acesso prioritário, aos seus cursos e programas, de estudantes provenientes das escolas públicas e de grupos sociais em condições de exclusão e marginalização do acesso ao ensino superior público e gratuito.

No Estatuto, Regimento Geral e Regulamentos específicos (graduação, pós-graduação e extensão e cultura), os três eixos da missão institucional também se fazem presentes, indicando que os diversos programas e projetos tenham sempre presente o compromisso social e a qualidade acadêmica, no sentido de uma Universidade Participante, como preconiza a Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO), em sua Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI⁷. Como universidade pública, a UFFS entende o caráter participante no sentido de interagir proativamente na sociedade, buscando estabelecer parcerias com instituições congêneres nas suas áreas específicas de atuação e também com demais instituições da sociedade civil a fim de criar espaços de formação e atuação dos próprios acadêmicos em atividades desenvolvidas no âmbito dos componentes curriculares do curso, dos estágios supervisionados e voluntários, da Empresa Júnior, da Incubadora Tecnossocial de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários (ITCEES), do Laboratório de Projetos Sociais e Tecnológicos e dos programas de ensino, pesquisa e extensão.

As DCNs dos cursos de graduação em Administração, Bacharelado (Resolução CNE/CES nº 4, de 13 de julho de 2005) também reiteram a necessidade de uma formação que articule a capacidade de construção (elaboração e reelaboração de

⁷ Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>



conhecimentos) de conhecimentos com a capacidade de leitura e percepção da realidade. No seu Art. 3º, ao explicitar o perfil desejado do formando, tem-se a:

capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento, observados níveis graduais do processo de tomada de decisão bem como para desenvolver gerenciamento qualitativo e adequado, revelando a assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação do administrador (CNE/CES, 2005).

Para a concretização deste perfil desejado, as Diretrizes apontam um conjunto de competências e habilidades na linha da formação científico-técnica e da compreensão da realidade, bem como a indicação de conteúdos que “revelem inter-relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio, através da utilização de tecnologias inovadoras” (DCN/CES, 2005, p.02-03).

Percebe-se que os documentos institucionais da UFFS, as indicações da UNESCO e as DCNs dos cursos de graduação em Administração apontam na direção da formação de profissionais com sólida formação científico-técnica e sintonizados com a realidade, no sentido de atuarem nela de forma proativa e interativa, contribuindo para o desenvolvimento das sociedades e organizações nas quais participam. A sólida formação científico-técnica, em um cenário de complexidade do conhecimento e da realidade, requer que o profissional compreenda as bases nas quais os diferentes tipos de conhecimento são produzidos, como interação, como são passíveis de aplicação, quais suas possibilidades e quais seus limites, tendo sempre presente que o objetivo último de qualquer conhecimento é a humanidade, entendida como a totalidade de seres humanos em seus processos de interação com a natureza e vida em sociedade.

Esse imperativo ético do conhecimento, estando a serviço da humanidade, requer que o profissional que se pretenda “formar” nos cursos de administração seja imbuído de pressupostos socioantropológicos que afirmam princípios básicos em relação aos seres humanos, à natureza e à sociedade. Em relação aos seres humanos destacam-se os princípios da liberdade, da dignidade, da igualdade jurídica e de oportunidades, da diversidade e da pluralidade de ideias e de formas de ser, pensar, sentir e viver. Em relação à natureza destaca-se o princípio da sustentabilidade, em suas



múltiplas dimensões. Em relação à sociedade, destacam-se os princípios da democracia, pluralidade de pensamento, diversidade cultural, inclusão social, autonomia dos sujeitos, respeito às individualidades, valorização das instituições, solidariedade e equidade. A opção por alicerçar o processo formativo a partir de princípios de humanidade denota um compromisso com a ética da responsabilidade, na linha apregoada por Max Weber, quando a ação é fundada na racionalidade, capaz de definir fins e meios de forma a prever as consequências e a saber lidar com elas.

Esta compreensão do processo formativo a partir de um imperativo ético de humanidade é fundamental no entendimento do processo de profissionalização do trabalho na sociedade moderna e contemporânea. Ela nos permite compreender a dimensão ontológica do trabalho, enquanto mediação básica na produção de bens, serviços, cultura e conhecimentos; como princípio educativo; e como princípio de organização da vida em sociedade. Permite entender as diferentes profissões como possibilidades de especialização do trabalho, inseridas na divisão sociotécnica do mesmo, a partir das exigências e demandas da sociedade. Viabiliza que se compreenda os imperativos éticos para o exercício profissional, emanados dos direitos humanos universais, do senso de justiça e solidariedade entre os povos, dos objetivos e fins das instituições, dos aparatos legais existentes e na necessidade de contribuir para a construção de sociedades sustentáveis pautadas na justiça social e na convivência solidária entre sujeitos emancipados.

Neste sentido, o curso de administração emerge como um espaço privilegiado, proporcionado por uma Universidade pública, popular e participante, no sentido de contribuir para a formação de sujeitos conscientes de sua realidade, preparados humana e intelectualmente, capacitados a lidar com as ferramentas proporcionadas pelo conhecimento científico, imbuídos de profundo senso ético e comprometidos com uma qualificada atuação profissional e social.

5.2 Referenciais epistemológicos

Vivemos em uma sociedade complexa e que muda constantemente, em velocidades cada vez maiores e mais desafiadoras, especialmente a quem lida com processos de produção, construção/reconstrução e disseminação do conhecimento. Essa complexidade dos processos sociais, do conhecimento e do processo de sua construção



e disseminação requer o que Morin (2005) define como uma “epistemologia da complexidade”, que busca romper com as fragmentações, típicas da ciência cartesiana, na direção de posturas dialógicas que favoreçam uma compreensão acurada e articulada dos fenômenos complexos. “A complexidade é um tecido (complexus: o que é tecido junto) de constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas: ela coloca o paradoxo do uno e do múltiplo” (2007, p.13) Complexidade é o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações e acasos que constitui o universo fenomênico como um todo irremediavelmente relacionado, produto de infinita quantidade de interações e que não pode ser separado sob pena de comprometer sua compreensão. O pensamento complexo aspira ao conhecimento multidimensional, em todas as suas variáveis, incertezas, indeterminações, fenômenos, no sentido de superar a fragmentação e buscar a visão de conjunto. Porém, uma visão de conjunto como “tecido junto”, multidimensional, em pleno processo de construção/reconstrução, ordem/desordem/organização, partes e todo, dinâmico e sempre aberto ao novo.

A epistemologia da complexidade assenta-se em três princípios fundamentais. O primeiro deles é a dialógica, entendida como a unidade complexa entre duas lógicas, entidades ou instâncias complementares, concorrentes e antagônicas que se alimentam uma da outra, se completam, mas também se opõem e combatem. Ela permite compreender termos, ao mesmo tempo complementares e antagônicos. O segundo princípio é o da recursão organizacional, que traz a ideia da simultaneidade, que nos permite compreender que o indivíduo produz a sociedade em que vive, mas, ao mesmo tempo, é produzido por ela em um ciclo auto-constutivo, auto-organizador e auto-produtor. O terceiro é o princípio hologramático, que traz a ideia de ultrapassar o reducionismo, que vê apenas as partes e o holismo que vê apenas o todo, em direção a uma compreensão que articula o todo e as partes, vendo o todo nas partes e as partes no todo. Estes três princípios possibilitam entender o conjunto das relações entre o sujeito e sua auto-organização, entre o objeto e sua auto-organização, e a auto-organização entre ambas as organizações, do sujeito e do objeto, ultrapassando as compreensões dualistas que marcam a ciência e a sociedade moderna, fundadas no paradigma cartesiano (MORIN, 2007).

Uma postura epistemológica fundada na complexidade requer que se trabalhe com os alunos na direção da compreensão dos métodos que permitem o estabelecimento das relações recíprocas e das influências mútuas entre as partes e o todo na complexidade dos fenômenos. No sentido de compreender as diferentes formas de



produção do conhecimento e relações entre elas; as diferentes ciências e as relações entre elas; as diferentes formas de entender a realidade e as relações entre elas; as diferentes formas de organizar a sociedade e as relações entre elas; as diferentes formas de entender as organizações empresariais e as relações entre elas; as diferentes formas de gestão e as relações entre elas; as diferentes formas operacionais e as relações entre elas; entre outros. Trata-se, portanto, de privilegiar a compreensão dos fenômenos em suas múltiplas dimensões e interações, acentuando a dimensão do “ensinar a pensar”, muito mais do que o “ensinar como e o que pensar”.

Este “ensinar a pensar” caminha na direção ativa de compreender a proposta pedagógica do curso e o currículo que a operacionaliza, no contexto dos desafios da realidade, do Projeto Institucional da UFFS, do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, da produção do conhecimento na área e das demandas para a formação e o exercício profissional. A proposta pedagógica do curso de Administração, *Campus Cerro Largo*, busca integrar a formação acadêmica e a profissional, de forma a preparar administradores com competência científica e técnica, mas também comprometidos com o enfrentamento dos desafios da realidade local-regional, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, da justiça social, da emancipação e da cidadania. Busca democratizar o acesso aos conhecimentos elaborados historicamente pela humanidade e também aos próprios meios necessários para produzi-los e socializa-los. O faz através da integração indissociável entre o ensino, a pesquisa e a extensão, presentes, de forma permanente, nos diferentes domínios (comum, conexo e específico), campos interligados de formação (formação básica, formação profissional, estudos quantitativos e suas tecnologias e formação complementar), componentes curriculares, projetos e atividades desenvolvidos ao longo do processo de implantação do curso. Aspectos que são detalhados na organização curricular do curso.

5.3 Referenciais metodológicos

Tendo como referência a epistemologia da complexidade, a centralidade do processo pedagógico não está no domínio e na aplicação de determinados métodos ou instrumentos capazes de viabilizar o processo de ensino-aprendizagem, mas sim na construção de “estratégias de aprendizagem”. Para o pensamento complexo, o método é uma estratégia do sujeito que se apoia em segmentos programados, que poderão ser



revistos em função da dialógica entre estas estratégias e a própria caminhada, ou seja, o método é um programa de aprendizagem que encontra seu êxito não no resultado final, mas através das retroações, da errância e das regulações que ocorrem durante a caminhada. Valoriza-se não apenas os princípios de controle e vigilância do método, mas se vai além, incorporando a abertura, o imprevisto, a eventualidade e a diversidade. Para o pensamento complexo, método é o “que ensina a aprender” e não somente o que permite chegar a uma verdade (FAVERO; TAUCHEN, 2013).

O pensamento complexo propõe caminhos que se mostram mais ou menos frutuosos durante a caminhada dialógica, na qual a participação inventiva do sujeito pode evidenciar os princípios gerativos do método e, ao mesmo tempo, promover a criação de outros princípios, favorecendo o desenvolvimento de estratégias para o conhecimento e para a ação. Portanto, trata-se de uma postura que propõe papel ativo dos sujeitos e dos processos, no sentido de uma construção/reconstrução constante em direção à aprendizagem (FAVERO; TAUCHEN, 2013).

Nesta construção de programas e/ou estratégias de aprendizagem a partir do pensamento complexo, Favero e Tauchen (2013) referem a necessidade de se observar alguns “macroconceitos ou princípios-guia que podem ser considerados operadores cognitivos da complexidade”. Destacam:

1º. O princípio sistêmico-organizacional: que nos ajuda a ligar o conhecimento das partes ao todo e vice-versa; entender os fenômenos como multidimensionais; perceber os conhecimentos para além das informações; entender os conteúdos muito mais do que conceitos, procedimentos e atitudes previstos pelo professor, pois envolvem as dinâmicas do processo pedagógico, que ocorrem por meio das interações que mediatizam a construção de significados múltiplos e imprevisíveis; compreender a aprendizagem como um todo, que representa mais e menos que a soma das dimensões cognitiva, física, técnica, cultural, espiritual e emocional; perceber que a pesquisa, que tem como intencionalidade a compreensão, busca entender o objeto relacionalmente, reconhecendo as redes de relações contextuais que a engloba e condiciona, bem como as propriedades que emergem e que são diferentes das propriedades das partes; e superar o enfoque disciplinar, na direção da transdisciplinaridade e da multirreferencialidade do conhecimento.

2º. O princípio hologramático: que retrata o movimento entre o todo e as partes, entendendo que não só os indivíduos estão nas organizações, mas as organizações estão nos indivíduos; não só o sujeito está no objeto, mas o objeto está no sujeito. Remete



à ideia de movimento, de circularidade constante entre o todo e as partes, as partes e o todo, superando a linearidade das explicações indutivas ou dedutivas que orientam a ciência moderna.

3º. O princípio recursivo: que retrata a ideia de uma organização cujos efeitos e produtos são necessários à sua própria causação e produção. No dá a ideia de uma espiral de autorregulagem e auto-organização, que gera uma dinâmica de natureza autoprodutora daquilo que produz. Nesta perspectiva, o sujeito e o conhecimento produzidos pela ação investigativa são sempre processuais e codeterminados. Não há linearidade, mas uma circularidade interativa e contínua entre sujeito e objeto, em constante vir-a-ser.

4º O princípio dialógico: que busca superar as dicotomias entre ordem e desordem, sujeito e objeto, imaginação e verificação, empirismo e realismo. É o princípio que une fenômenos ou noções que, em um primeiro momento, parecem antagônicos, mas que são complementares e indissociáveis no interior da organização.

5º. O princípio da auto-eco-organização: é o princípio que expressa a relação entre autonomia e dependência, no sentido de que qualquer organização, para conservar sua autonomia, precisa estar aberta ao ecossistema de que se alimenta e que ela transforma. Trazendo este princípio para o processo educativo, quando nos referimos à autonomia do professor e dos alunos, precisamos ter presente que para exercer e conservar sua autonomia eles precisam estar abertos para uma relação de autonomia e dependência com o sistema educacional, com a instituição a qual pertencem, com o ambiente sociocultural, com as estruturas genéticas e com a sociedade.

6º. O princípio da reintrodução do sujeito cognoscente: no processo de produção do conhecimento, o sujeito exerce um papel ativo pois é ele que constrói a realidade e é, também “construído” por ela. O conhecimento não é resultado da acumulação de informações, mas sim a organização interativa destas, na qual o sujeito cognoscente exerce um papel essencial.

Estes princípios deixam evidentes as exigências postas aos professores, aos alunos e à própria instituição para garantir a construção de programas e/ou estratégias de aprendizagem que viabilizem a realização dos objetivos propostos para o curso de Administração. Na direção de uma didática complexa, as situações de aprendizagem a serem criadas, nos diferentes espaços de realização do curso, no âmbito da UFFS, incorporam e relacionam os saberes já conhecidos, tanto por parte dos alunos quanto dos professores, com os desafios a serem enfrentados na construção de novos saberes para fazer frente à realidade e às demandas provenientes do mundo do trabalho como um todo e do trabalho do administrador em específico.



Trabalhar com situações de aprendizagem significa abandonar a perspectiva tão buscada pela racionalidade técnica, de pleno domínio do processo pedagógico, e assumir o risco da incerteza, da abertura ao inesperado, para viabilizar o diálogo de saberes, a conversação e a intersubjetividade. Significa entender que professor e aluno assumem o protagonismo do processo pedagógico e o mesmo somente se torna viável na medida em que ambos assumem este protagonismo. A opção do curso por metodologias ativas insere-se na perspectiva de fazer frente aos desafios postos aos profissionais da área de administração no contexto de transformação cada vez mais intensas e rápidas nos mais variados espaços de atuação profissional. Exige-se um profissional que saiba pensar; preparado para aprender de forma permanente; capaz de ser protagonista; aberto ao diálogo; capaz de conviver e trabalhar em grupo; dotado de conhecimentos acadêmicos e técnicos de qualidade; sensível diante da realidade; dotado de profundo senso ético e responsabilidade social; disposto a construir sua trajetória de vida e profissional; comprometido com a justiça social, com a solidariedade e com a equidade. Este profissional somente será possível se os processos didático-pedagógicos forem orientados nesta direção. Eis um grande desafio que as práticas do dia a dia no curso precisam enfrentar.

5.4 Referenciais orientadores da ação profissional

5.4.1 Concepção de administração e administrador

Administração é a tomada de decisão sobre recursos disponíveis, trabalhando com e através de pessoas para atingir objetivos, é o gerenciamento de uma organização, levando em conta as informações fornecidas por outros profissionais e também pensando previamente as consequências de suas decisões. É também a ciência social que estuda e sistematiza as práticas usadas para administrar.

Os princípios para administrar algo são planejar, organizar, dirigir e controlar, sendo que as principais funções administrativas são:

- Fixar objetivos;
- Analisar e conhecer os problemas;
- Solucionar os problemas;



- Organizar e alocar os recursos, tanto financeiros, quanto tecnológicos e humanos;
- Liderar, comunicando, dirigindo e motivando as pessoas;
- Negociar;
- Tomar decisões;
- Controlar, mensurando e avaliando.

O bom desempenho da administração depende de que o profissional consiga ser um bom líder, capaz de lidar com pessoas, negociando e comunicando, e também apto a tomar decisões, tendo uma visão sistêmica e global da situação que administra. A administração é resultado de um processo de formação que passa pelas mais diversas áreas, desde as exatas, como matemática, até humanas como filosofia.

Cada vez mais esta ciência adquire importância na formação de profissionais para estruturar e impulsionar o funcionamento dos mais diversos setores das organizações. Como as empresas adquirem crescente complexidade e tamanho na economia de mercado, é essencial que haja profissionais com competência para administrar.

O Administrador, numa visão idealizada, é um indivíduo que tem suas atividades baseadas na prática. Deve gerir tarefas difíceis e desafiadoras e muitas vezes precisa encontrar soluções novas e por isso faz apelo a inúmeras fontes de conhecimento. O Administrador é aquele que de fato toma decisões predominantemente de curto prazo, baseado em informações eminentemente não programadas, imprevisíveis, dotadas de significativa logicidade e ambiguidade da vida organizacional, preocupando-se prioritariamente com operações atuais e solução de problemas prementes. É aquele que toma decisões de médio e longo prazo com caráter acentuadamente racional e impessoal, voltadas para o futuro da organização, à implantação da inovação tecnológica e que apresenta um comportamento formal e contemplativo, buscando continuamente, nas transações com o ambiente externo e nas relações com os seus pares, o inter-relacionamento e a interdependência.

5.4.2 Concepção da linha de formação

A Resolução CNE/CES nº 04, de 13 de julho de 2005, ao definir as DCNs para os cursos de graduação em Administração, explicita que “as linhas de formação



específicas nas diversas áreas da Administração não constituem uma extensão ao nome do curso, como também não se caracterizam como uma habilitação, devendo as mesmas constar apenas no Projeto Pedagógico” (Art. 2º, § 3º). A Resolução CNE/CES nº 23, de 03 de janeiro de 2005, esclarece que “a Linha de Formação significa um aprofundamento de estudos numa determinada área estratégica da Administração, e tem por finalidade atender às particularidades regionais e locais”. Por sua vez, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), em seu Art. 43, ao definir as finalidades da Educação Superior, estabelece que cabe à mesma “formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua” (Inciso II); e “estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade” (Inciso VI).

Ao definir o perfil desejado do formando em Administração, a Resolução CNE/CES nº 04, de 13 de julho de 2005, em seu Art. 3º refere a:

Art. 3º O Curso de Graduação em Administração deve ensinar, como perfil desejado do formando capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento, observados níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como para desenvolver gerenciamento qualitativo e adequado, revelando a assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação do administrador.

Ao analisar os documentos institucionais da UFFS, desde seu projeto de criação, passando pelas Conferências de Ensino, Pesquisa e Extensão (I e II COEPES), pelo Estatuto, Regimento Geral, Missão Institucional, Metas, Perfil, Projeto Pedagógico Institucional, Plano de Desenvolvimento Institucional e Regulamento da Graduação tem-se uma perspectiva clara de que os cursos de graduação devem desenvolver projetos pedagógicos capazes de assegurar o acesso à educação superior como fator decisivo para o desenvolvimento da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, a qualificação profissional e a inclusão social; promover o desenvolvimento regional integrado; contribuir para a “formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do Brasil; “combater as



desigualdades sociais e regionais; contribuir para a “valorização e superação da matriz produtiva existente; comprometer-se com o avanço da arte e da ciência e com a melhoria da qualidade de vida para todos; entre outros. Percebe-se que a tônica dominante gira em torno de uma contribuição científica para a compreensão da realidade local-regional e a construção de alternativas capazes de promover o desenvolvimento sustentável, com justiça social e inclusão de todos.

No ano de 2015, o *Campus* Cerro Largo, da UFFS, teve aprovado pela CAPES seu primeiro programa de pós-graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento e Políticas Públicas. Um programa interdisciplinar, que tem como objetivo a formação de profissionais qualificados para identificar, analisar, discutir e avaliar os problemas decorrentes do processo de transformações econômicas e sociais e propor políticas públicas, ações e projetos que contribuam para a promoção do desenvolvimento sustentável de forma interdisciplinar e comprometida com a democracia e a cidadania, constituindo-se em um espaço para estudos, pesquisas e debates sobre o desenvolvimento em suas diversas dimensões. A criação deste programa se dá em articulação com os cursos de graduação desenvolvidos no *Campus*, de forma especial os cursos de Administração, Agronomia e Engenharia Ambiental e Sanitária. Ele cria uma possibilidade concreta de sequência de estudos e pesquisas para os discentes do *Campus*, em especial, neste caso, para os alunos egressos do curso de Administração.

Tendo presente as orientações legais para a organização dos cursos de Administração, os documentos institucionais da UFFS, a criação do curso de Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas e o contexto regional no qual se insere o curso de Administração, opta-se por definir uma linha de formação para o mesmo, voltada para o aprofundamento de estudos na área estratégica do desenvolvimento socioeconômico.

O desenvolvimento socioeconômico entendido aqui a partir de um enfoque histórico-estrutural, na tradição brasileira e latino-americana sistematizada nos escritos de Celso Furtado e Raúl Prebisch. Nesta tradição, a ideia de desenvolvimento possui ao menos três dimensões. A primeira aponta para o necessário incremento da eficácia do sistema social de produção, na medida em que o mesmo, mediante a acumulação e o progresso técnico, eleva a produtividade da força de trabalho. A segunda vincula-se à satisfação das necessidades humanas elementares da população, no sentido de garantir a dignidade e promover a cidadania. A terceira reitera a importância de um projeto ideológico de futuro, que estabeleça objetivos claros, definidos na esfera política e a



partir de interesses de grupos e classes sociais. Nesse sentido, entende-se que só haverá verdadeiro desenvolvimento quando existir um projeto social subjacente.

Nesta perspectiva analítica compreende-se que o desenvolvimento implica, portanto, em um processo de transformação da estrutura produtiva, das relações sociais, das instituições, da organização política, das bases culturais e da própria relação dos seres humanos com a natureza. Trata-se de um fenômeno que acontece na dinâmica das relações sociais e em contextos concretos, conjugando crescimento econômico e melhoria das condições de vida da população como um todo. É objeto do jogo de forças, dos conflitos de classes, dos interesses dos diferentes grupos, das políticas públicas, dos governos e dos organismos nacionais e internacionais. É produto de relações tensas e contraditórias estabelecidas nas sociedades e na relação destas com as demais.

Pode-se dizer que a reflexão sobre o desenvolvimento socioeconômico está na origem da própria ciência da administração. Quando Frederick Winslow Taylor escreveu os “Princípios da Administração Científica” ele estava preocupado com a necessidade de fornecer critérios científicos aos processos de gestão da produção e organização do trabalho. A proposta básica de Taylor buscava a racionalização da produção com o objetivo de alcançar maiores índices de produtividade e a motivação econômica do trabalhador. Na visão de Taylor, a prosperidade para o empregado significava, além de salários mais altos do que os recebidos habitualmente, o aproveitamento dos homens de modo mais eficiente, habituando-os a desempenhar os tipos de trabalhos mais elevados, para os quais tenham aptidões naturais.

Em perspectiva semelhante movem-se outros dois clássicos da ciência da administração em sua constituição originária, Henry Ford e Jules Henri Fayol. O primeiro foi o responsável por estudar os processos de organização da produção e divisão do trabalho, aprimorando e implantando, nas empresas da família, a “famosa” linha de montagem, com distribuição de funções e organização de processos de controle. O segundo foi responsável por analisar a atividade empresarial e estabelecer as principais funções que os processos de gestão devem desempenhar, tais como o planejamento, o controle, a organização, a coordenação e a direção.

Percebe-se, que em sua origem, a ciência da administração está voltada para a compreensão dos processos produtivos e sua gestão. Tendo sempre presente que trata-se de um processo socioeconômico que se insere em uma realidade de expansão da indústria e da necessidade de dotá-la de padrões científicos de organização e de gestão. Os clássicos citados possuíam uma inserção social importante e tinham noção de que a



administração científica não seria apenas uma ferramenta de controle de processos eminentemente técnicos, mas também geraria repercussões nas demais dimensões da organização da vida social. Portanto, tinham percepção clara de que suas propostas teriam inflexões nos “modelos de desenvolvimentos” que estavam se consolidando no cenário internacional, como comprovado pelo decurso da história.

Quando este projeto de curso apresenta como linha de formação o estudo aprofundado do desenvolvimento socioeconômico ele está apresentando uma proposta que possui uma ligação ontológica com o nascimento da moderna ciência da administração. Característica essa que foi se perdendo ao longo da trajetória histórica de desenvolvimento da mesma, especialmente entre o final do século XX e início do XXI, quando a administração orientou-se, cada vez mais, para a dimensão técnica, perdendo grande parte de sua percepção de conjunto dos processos produtivos e sociais. Parte disso também pode ser atribuída ao desenvolvimento de outras ciências que foram ocupando espaços que antes estavam na esfera da ciência da administração.

A proposta de linha de formação na área do desenvolvimento socioeconômico está estruturada em três grandes eixos. O primeiro deles é o estudo das teorias que fundamentam os processos de desenvolvimento socioeconômico ao longo da história moderna e contemporânea. O segundo é o estudo das experiências práticas de processos de desenvolvimento implantados, em diferentes países, a partir de diversos contextos e fundamentados em diferentes teorias. O terceiro é o estudo de indicadores utilizados para aferir o desenvolvimento, especialmente a partir do final do século XX, com o questionamento dos indicadores tradicionais fundados apenas no Produto Interno Bruto (PIB) e no quantitativo populacional.

A operacionalização da linha de formação, nestes três eixos, se dará de forma mais direta, pela oferta de três Componentes Curriculares. O primeiro deles denominado “Desenvolvimento socioeconômico: estudos clássicos”, com 4 créditos (60h), tendo como ementa: introdução ao estudo do desenvolvimento; o liberalismo econômico; o desenvolvimento desigual e combinado; o socialismo; o Estado Social; a Teoria da Modernização; os pólos de crescimento; a Teoria da Causação Circular e Cumulativa; e as teorias da Dependência. O segundo, denominado “Desenvolvimento socioeconômico: estudos contemporâneos”, com 4 créditos (60h), tendo como ementa: a crise do capitalismo e do socialismo real e o processo de reestruturação produtiva; o Neoliberalismo; o Desenvolvimentismo; o Desenvolvimento endógeno; o Desenvolvimento sustentável; o Desenvolvimento como Liberdade; as teorias que



acentuam o papel da indústria; as teorias que acentuam o papel do conhecimento, da técnica e da inovação; as teorias que acentuam o papel dos atores sociais; as Cadeias produtivas em escala global; a sociedade em rede; a Geração de trabalho e renda alternativas ao capitalismo. Estes dois Componentes Curriculares terão como foco o estudo das teorias do desenvolvimento e as experiências práticas de implantação de diferentes propostas de desenvolvimento com base nestas teorias e nos contextos históricos concretos. O terceiro, denominado “Desenvolvimento Socioeconômico: metodologias de análise”, com 4 créditos (60h), tendo como ementa: conceitos básicos relacionadas a indicadores sociais e econômicos; metodologias de análise de indicadores de desenvolvimento socioeconômico; discussão de Indicadores de desenvolvimento socioeconômico do mundo; comparativo entre indicadores locais, nacionais e internacionais. Este terceiro componente tem seu objeto voltado, especialmente, para a análise de indicadores utilizados, nos mais variados lugares do mundo, para aferir o desenvolvimento das sociedades.

Além destes componentes curriculares específicos, a linha de formação vai permear o curso como um todo, tendo a preocupação de relacionar os conceitos básicos da administração e do desenvolvimento socioeconômico das sociedades nos CCRs do domínio comum, domínio conexo e domínio específico. As reuniões do Núcleo Docente Estruturante e do colegiado do curso servirão para o planejamento, o acompanhamento e a avaliação permanente do processo de implantação da proposta, constituindo espaços de mediação com os professores que atuam no curso.

5.5 Referenciais legais e institucionais

Âmbito nacional:

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 – regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – que dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, observando: I – a integração da educação ambiental às



disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.

Portaria nº 3.284, de 07/11/2003 – dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 – institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 – regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002 e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a inserção obrigatória de Língua Brasileira de Sinais – Libras para todos os cursos de Licenciatura e a inserção optativa para todos os cursos de bacharelado.

Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006 - dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Lei nº 11.465, de 10 de março de 2008 – altera a Lei nº 9.394/1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 e inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – dispõe sobre estágio de estudantes.

Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010 – normatiza o Núcleo Docente Estruturante de cursos de graduação da Educação Superior como um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.



Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012 – estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Estabelece a necessidade de que os Projetos Pedagógicos de curso contemplem a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior, baseada no Parecer CNE/CP nº 8/2012.

Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 – regulamenta a lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio (Legislação de cotas).

Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 – institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, garantindo a este público acesso à educação e ao ensino profissionalizante.

No que se refere à proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista e demais deficiências, há na UFFS o Núcleo de Acessibilidade, que desempenha ações que visam garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem para esses estudantes.

Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) – MEC/2013.

Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014 – aprova o Plano Nacional de Educação, com vigência até 2024, tendo definido a seguinte estratégia para atingimento da Meta 12 (elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior): “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.

Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016 – possibilita às instituições de ensino superior introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos a oferta de parte da carga horária na modalidade semipresencial, com base no art. 81 da Lei n. 9.394, de 1996, e no disposto nesta Portaria.



Portaria nº 21, de 21 de dezembro de 2017 – dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC.

Âmbito institucional:

PPI – Projeto Pedagógico Institucional, que aponta os princípios norteadores da UFFS, que são 10 pontos, onde se destaca o respeito à identidade universitária, integrando ensino, pesquisa e extensão, o combate às desigualdades sociais e regionais, o fortalecimento da democracia e da autonomia, por meio da pluralidade e diversidade cultural, a garantia de universidade pública, popular e de qualidade, em que a ciência esteja comprometida com a superação da matriz produtiva existente e que valorize a agricultura familiar como um setor estruturador e dinamizador do desenvolvimento.

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, documento que identifica a UFFS no que diz respeito à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou pretende desenvolver, conforme o artigo 16, do Decreto nº 5773, de 09 de maio de 2006.

Resolução nº 01/2011 – CONSUNI/CGRAD – institui e regulamenta, conforme a Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010, e respectivo Parecer Nº 04, de 17 de junho de 2010, o Núcleo Docente Estruturante, no âmbito dos cursos de graduação da UFFS e estabelece as normas de seu funcionamento.

Resolução nº 11/2012 – CONSUNI - reconhece a Portaria nº 44/UFFS/2009, cria e autoriza o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS.

Resolução nº 13/2013/CGRAD – institui o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) da UFFS, sendo que o Núcleo de Apoio Pedagógico está vinculado à Coordenação Acadêmica através da Diretoria de Organização Pedagógica da Pró-Reitoria de



Graduação da UFFS e tem por finalidade ser um espaço institucional de apoio didático e pedagógico aos professores da UFFS e de articulação para a formação docente.

Resolução nº 32/2013/CONSUNI – institui em parceria entre a UFFS e a Embaixada do Haiti no Brasil, o Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes haitianos – PROHAITI, com o objetivo contribuir para integrar os imigrantes haitianos à sociedade local e nacional, por meio do acesso aos cursos de graduação da UFFS, e qualificar profissionais que ao retornar possam contribuir com o desenvolvimento do Haiti.

Resolução nº 33/2013/CONSUNI – institui o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da UFFS.

Resolução nº 004/2014 –CONSUNI/CGRAD – normatiza a organização e o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS. Estabelece os princípios e objetivos da graduação, define as atribuições e composição da coordenação e colegiado dos cursos de graduação, normatiza a organização pedagógica e curricular, as formas de ingresso, matrícula, permanência e diplomação, além de definir a concepção de avaliação adotada pela UFFS. (Regulamento da Graduação da UFFS)

Resolução nº 005/2014 – CONSUNI/CGRAD – versa sobre a possibilidade de oferta de componentes curriculares no formato semipresencial nos cursos de graduação presenciais da UFFS, desde que previamente descrito e fundamentado nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Resolução nº 008/2014 – CONSUNI/CGRAD – regulamenta os procedimentos para a validação de componente curricular nos cursos de graduação da UFFS mediante o aproveitamento de conhecimentos prévios.

Resolução nº 004/2015 – CONSUNI – estabelece normas para distribuição das atividades do magistério superior da UFFS.

Resolução nº 6/2015/CGRAD – aprova o Regulamento do Núcleo de Acessibilidade da UFFS, que tem por finalidade primária atender, conforme expresso em legislação



vigente, servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na UFFS, podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional.

Resolução nº 7/2015 – CONSUNI/CGRAD – aprova o regulamento de estágio da UFFS e que organiza o funcionamento dos estágios obrigatórios e não-obrigatórios.

Resolução nº 10/2017 – CONSUNI/CGRAD – regulamenta o processo de elaboração/reformulação, os fluxos e prazos de tramitação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFFS.

Resolução nº 04/2018 – CONSUNI/CGAE - regulamenta a organização dos componentes curriculares de estágio supervisionado e a atribuição de carga horária de aulas aos docentes responsáveis pelo desenvolvimento destes componentes nos cursos de graduação da UFFS.

Específicas do curso:

RESOLUÇÃO Nº 2/2007 - CNE/CES - dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

RESOLUÇÃO Nº 4/2005, CNE/CES - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências.



6 OBJETIVOS DO CURSO

6.1 Objetivo geral

O curso de Administração, *Campus* Cerro Largo, tem como objetivo geral a formação de profissionais da administração com capacidade analítica e domínio conceitual, comprometidos com valores humanos e éticos para atuarem em organizações privadas, públicas e do terceiro setor, com poder de argumentação e interpretação dos fenômenos econômicos, sociais e ambientais, voltados para o desenvolvimento regional integrado e sustentado.

6.2 Objetivos específicos

- Proporcionar a formação de bacharéis com sólida formação em administração, por meio de processo de incentivo ao ensino, à pesquisa e à extensão;
- Desenvolver, no discente, a capacidade de reconhecer e definir problemas, de equacionar soluções, de pensar estrategicamente, de introduzir modificações em processos produtivos, de atuar preventivamente, de transferir e generalizar conhecimentos e de exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;
- Oportunizar uma formação profissional voltada para o desenvolvimento de competências e habilidades para o pleno cumprimento das responsabilidades perante a sociedade, por meio da reflexão, da interpretação e da aplicação da Administração;
- Formar profissionais com capacidade de analisar e interpretar a cultura e os objetivos das diversas organizações, além de instrumentalizá-los para atuarem perante uma sociedade globalizada e em constantes transformações;
- Aprimorar o raciocínio lógico, o pensamento crítico e analítico para operações com valores matemáticos e estatísticos presentes nas relações formais e causais dos fenômenos produtivos, administrativos e de controle, em diferentes contextos organizacionais;
- Aplicar metodologias que permitam a reflexão sobre o empreendedorismo, a liderança e a inovação nas organizações;



- Desenvolver ações de cooperação com as demais áreas profissionais para fomentar projetos voltados para o desenvolvimento socioeconômico.



7 PERFIL DO EGRESSO

O curso de Administração, *Campus* de Cerro Largo, prima por desenvolver atitudes, habilidades e competências baseadas na formação do profissional administrador empreendedor voltado para desenvolvimento socioeconômico, através de sólida base teórica construída durante sua formação.

O profissional egresso do curso de Administração revela um perfil pautado nas seguintes competências: competência para aprender a conhecer, competência para aprender a fazer, competência para conviver, competência para ser e competência para aprender a comunicar.

Essas competências darão suporte à inserção dos egressos no mercado de trabalho, não apenas como mais um profissional, mas sim, enquanto pessoa capaz de contribuir com o desenvolvimento do contexto onde está inserido. A formação acadêmica do curso dará condições para que os egressos exerçam suas profissões pautadas nas seguintes capacidades de:

- Pensar estrategicamente, identificando e solucionando problemas complexos por meio da tomada de decisão;
- Comunicar-se, expressar-se e de relacionar-se em diferentes níveis de socialização (inter-grupos, intra-grupos, organizações);
- Refletir e agir sobre os processos e funções administrativas;
- Mitigar as demandas das diferentes áreas funcionais da administração com as condições tecnológicas em constante transformação;
- Exercitar o raciocínio lógico, crítico e analítico em diferentes contextos organizacionais;
- Agir com iniciativa, originalidade e criatividade frente às demandas da profissão;
- Ter consciência sobre as implicações éticas da profissão;
- Desenvolver e transferir conhecimentos da vida e das experiências cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional;
- Adaptar-se a diferentes organizações, modelos e/ou políticas;
- Elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações;



- Realizar consultoria em gestão e administração, pareceres e perícias administrativas, estratégicas, gerenciais e operacionais;
- Atuar com liderança, como agente de mudança e de inovação no ambiente profissional que está inserido;
- Gerar e consolidar empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico;
- Cooperar com demais áreas profissionais com vistas a fomentar projetos que visem o desenvolvimento socioeconômico.



8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Para atingir o perfil do egresso preconizado neste projeto de formação, o curso de Administração organiza a trajetória acadêmica dos estudantes conectando as especificidades da formação na UFFS (contemplando os três domínios de formação: domínio comum, domínio conexo e domínio específico) e também aquilo que se apresenta como necessário para a formação do administrador, presente nas DCNs, sem que uma dimensão exclua a outra. Desse modo, os conteúdos de formação básica materializam-se em grande medida nos componentes curriculares do domínio comum e os conteúdos de formação profissional, quantitativos e suas tecnologias são abordados nos componentes denominados como específicos do curso e, por fim, a interdisciplinaridade e a flexibilização da matriz são eixos que transversalizam a formação por meio do domínio conexo, dos componentes optativos e das atividades curriculares complementares.

A interdisciplinaridade é um dos eixos norteadores do domínio conexo na UFFS. Para o curso de Administração, a interdisciplinaridade ocorre pelo uso de múltiplas metodologias, técnicas, instrumentos e ferramentas, difundidas entre os docentes e que de maneira prática permitem ao aluno utilizar estes conhecimentos, compreensões e práticas em diferentes componentes da matriz curricular. Assim, uma técnica aprendida em um componente curricular poderá ser adequada ou adaptada a outros ou para solução de problemas específicos.

A interação entre a teoria e a prática ocorre de diferentes modos, seja pela aplicação de exercícios práticos que refletem a realidade ou por trabalhos e pesquisas de campo no mundo dos negócios e das instituições públicas e privadas. A realização de visitas técnicas em empresas modelos é uma forma interessante de levar o aluno diante a realidade, na qual ele confronta o seu aprendizado, tendo a possibilidade de observar o que acontece na prática.

A Administração é uma ciência multidisciplinar, exigindo a aprendizagem e o conhecimento das diversas áreas das ciências. Assim, a característica holística dos conteúdos permite as mais diversas formas de avaliar tanto o desenvolvimento intelectual do aluno como o de domínios de técnicas e ferramentas exigidas à prática profissional.



A pesquisa na área da Administração caracteriza-se como eixo ou elemento indispensável à compreensão e ao acompanhamento da evolução da arte. Nesse sentido, o incentivo à pesquisa se dá pela possibilidade em inserir o aluno na iniciação científica de atividades ou trabalhos inerentes e indispensáveis à aprendizagem de diversos conteúdos curriculares. Paralelamente aos componentes do currículo, os projetos de pesquisa e de extensão estão direcionados para aprimorar estes conhecimentos e dar aplicabilidade a eles, como forma de exercício da profissão em âmbito da graduação. Nesse sentido, os projetos de extensão da Empresa Júnior e da Incubadora Tecnossocial de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários possibilitam desenvolver as seguintes capacidades nos alunos: cooperação, empreendedorismo, inovação, liderança, organização, bem como visão sistêmica dos departamentos que formam a empresa, e a relação da empresa com o mundo/mercado.

Para garantir experiências ligadas ao mundo do trabalho e também ações de extensão junto à comunidade o currículo prevê a realização do Estágio curricular supervisionado, com carga horária de 90 horas, Trabalho de conclusão de curso, com carga horária de 105 horas e a realização de atividades curriculares complementares com 180 horas. O estágio curricular supervisionado e trabalho de conclusão de curso visam integrar teoria e prática, permitindo que o acadêmico demonstre domínio sobre os conhecimentos teóricos assimilados no decorrer do curso, sistematize o conhecimento adquirido em contraste com a observação personalizada na empresa e desenvolva o perfil profissional. A flexibilidade na escolha das atividades curriculares complementares dá ao acadêmico a autonomia e também o responsabiliza, em partes, pela trajetória formativa. Como são atividades, na sua maioria, vivenciadas no âmbito externo da universidade, configuram-se como importante espaço de interação com o mundo do trabalho e ações/interações junto à comunidade.

8.1 Articulação entre os domínios curriculares

Conforme prevê a atual forma de organização curricular da UFFS, o currículo dos cursos de graduação é constituído de um corpo de conhecimentos organizados em três domínios, expressos na matriz em componentes curriculares e outras modalidades de organização do conhecimento.



O curso de graduação em Administração - bacharelado, ofertado no *Campus* Cerro Largo-RS, tem por referencial o *modus operandi* institucional de integração entre três domínios complementares de conhecimento: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico. Esses três domínios mantem uma relação orgânica e integrada desde a primeira fase do curso.

O Domínio Comum tem como objetivo inserir os acadêmicos no contexto da universidade e na produção do conhecimento por meio de dois eixos. O primeiro eixo é o de contextualização acadêmica, em que o estudante desenvolve habilidades e competências ligadas à leitura, à interpretação e à produção de conhecimento em diferentes linguagens. O segundo é o de formação crítico-social, em que o estudante desenvolve a capacidade de interpretar as relações de poder, as valorações sociais e ambientais, a organização sócio-político-econômica e cultural das sociedades, compreender a realidade, contextualizar valores e práticas políticas, assumir responsabilidades e agir criticamente.

O Domínio Conexo compreende aqueles componentes curriculares situados na interface que o curso de graduação em Administração – bacharelado faz com outras áreas do conhecimento. O objetivo é oportunizar o diálogo interdisciplinar com outros cursos de graduação oferecidos no *Campus* da UFFS de Cerro Largo-RS.

O Domínio Específico caracteriza-se pelo conjunto de disciplinas identificadas como próprias do curso de Administração, voltadas à formação profissional. Nesse sentido, e com base nas habilidades, competências e conteúdos específicos definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais, o Domínio Específico propõe desenvolver, no discente, a capacidade de reconhecer e definir problemas, de equacionar soluções, e de pensar estrategicamente em diferentes contextos organizacionais.

Assim, os Domínios Comum, Conexo e Específico do curso de graduação em Administração – bacharelado da UFFS *Campus* Cerro Largo-RS, estão articulados entre si e alinhados com a Resolução 4/2014/CONSUNI/CGRAD; a Resolução 9/CONSUNI CGAE/UFFS/2018 da Universidade Federal da Fronteira Sul; e a Resolução 4/2005 do Conselho Nacional de Educação, que institui as diretrizes curriculares dos Cursos de Graduação em Administração – bacharelado, em todo o território nacional.

8.1.1 Componentes curriculares do domínio comum



Os componentes curriculares que compõem o domínio comum são obrigatórios para todos os estudantes do curso. São dispostos em dois eixos: contextualização acadêmica 16 (dezesseis) créditos e formação crítico-social 12 (doze) créditos, perfazendo 28 (vinte oito) créditos (Quadro 02).

Quadro 02: Componentes curriculares que compõem o domínio comum do curso de Administração

DOMÍNIO COMUM		
COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Carga horária
EIXO CONTEXTUALIZAÇÃO ACADÊMICA		
Estatística básica	4	60
Iniciação a prática científica	4	60
Matemática C	4	60
Produção textual acadêmica	4	60
EIXO FORMAÇÃO CRÍTICO-SOCIAL		
Direitos e cidadania	4	60
Introdução ao pensamento social	4	60
Meio ambiente, economia e sociedade	4	60
Total	28	420

8.1.2 Componentes curriculares do domínio conexo

Os componentes curriculares que compõem o domínio conexo são obrigatórios para todos os estudantes do curso. No *Campus* Cerro Largo, o Domínio Conexo é formado por componentes curriculares que são ofertadas para mais de um curso de graduação (mas não fazem parte do Domínio Comum). Essas componentes permitem que os alunos tenham uma formação interdisciplinar, inclusive com a possibilidade de turmas formadas por estudantes de cursos diferentes. O curso de Administração prevê dois CCRs pertencentes ao Domínio Conexo, que são Cálculo I e Empreendedorismo, totalizando 8 (oito) créditos (Quadro 03). O componente curricular Cálculo I está presente nos cursos de Agronomia, Engenharia Ambiental Sanitária, Licenciatura em Física e Licenciatura em Química. O componente curricular Empreendedorismo, por sua vez, está presente também no curso de Engenharia Ambiental e Sanitária.



Quadro 03 – Componentes curriculares que compõem o domínio conexo do curso de Administração

DOMÍNIO CONEXO		
COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Carga horária
Cálculo I	4	60
Empreendedorismo	4	60
Total	8	120

8.1.3 Domínio Específico

Os componentes curriculares que compõem o domínio específico são obrigatórios para todos os estudantes do curso. Esses componentes (Quadro 04) caracterizam-se por contemplar os conteúdos necessários para a formação profissional do graduando, conforme o perfil do egresso estabelecido neste PPC e também conforme as DCNs.

Quadro 04 – Componentes curriculares que compõem o domínio específico do curso de Administração

DOMÍNIO ESPECÍFICO		
COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Carga horária
Administração da produção I	4	60
Administração da produção II	5	75
Administração de marketing	4	60
Administração de materiais	4	60
Administração financeira I	5	75
Administração financeira II	5	75
Comportamento organizacional	4	60
Contabilidade gerencial	4	60
Contabilidade introdutória	5	75
Direito empresarial	4	60
Direito tributário e do trabalho	5	75



DOMÍNIO ESPECÍFICO		
COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Carga horária
Desenvolvimento socioeconômico: Estudos clássicos	4	60
Desenvolvimento socioeconômico: Estudos contemporâneos	4	60
Desenvolvimento socioeconômico: Metodologias de análise	4	60
Economia brasileira e políticas de desenvolvimento	4	60
Economia I	4	60
Economia II	4	60
Estágio curricular supervisionado	6	90
Estratégia de marketing	4	60
Filosofia e ética	2	30
Fundamentos socioantropológicos	4	60
Gestão de custos	5	75
Gestão de pessoas I	4	60
Gestão de pessoas II	4	60
Gestão de tecnologias e sistemas de informação	4	60
Logística	5	75
Matemática financeira	4	60
Organização, sistemas e métodos	4	60
Pesquisa de marketing	5	75
Pesquisa operacional	4	60
Planejamento estratégico I	5	75
Planejamento estratégico II	4	60
Planejamento financeiro e orçamentário	4	60
Projeto de trabalho de conclusão curso	4	60
Teorias da administração I	4	60
Teorias da administração II	5	75
Trabalho de conclusão curso	7	105
Total	161	2.415

8.2 Organização curricular segundo as DCNs

Os cursos de graduação em Administração devem contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem inter-relações com



a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio através da utilização de tecnologias inovadoras e que atendam aos seguintes campos interligados de formação:

- 1) **Conteúdos de formação básica:** relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas;
- 2) **Conteúdos de formação profissional:** relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços;
- 3) **Conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias:** abrangendo pesquisa operacional, teoria dos jogos, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração; e,
- 4) **Conteúdos de formação complementar:** estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando (Resolução CNE/CES 4/2005. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de julho de 2005, Seção 1, p. 26).

8.2.1 Conteúdos de formação básica

Quadro 05 - Componentes curriculares que compõem os conteúdos de formação básica do curso de Administração

FORMAÇÃO BÁSICA			
COMPONENTE CURRICULAR		Créditos	Carga horária
Antropológicos	Fundamentos socioantropológicos	4	60
Sociológicos e políticos	Introdução ao pensamento social	4	60
	Meio ambiente, economia e sociedade	4	60
Filosóficos e ético-profissionais	Filosofia e ética	2	30
Psicológicos e Comportamentais	Comportamento organizacional	4	60
Econômicos	Economia I	4	60



FORMAÇÃO BÁSICA			
COMPONENTE CURRICULAR		Créditos	Carga horária
	Economia II	4	60
	Economia brasileira e políticas de desenvolvimento	4	60
Contábeis	Contabilidade introdutória	5	75
	Contabilidade gerencial	4	60
Tecnologias da comunicação	Gestão de tecnologias e sistemas de informação	4	60
Ciências jurídicas	Direitos e cidadania	4	60
	Direito empresarial	4	60
	Direito tributário e do trabalho	5	75
Produção textual e iniciação científica	Produção textual acadêmica	4	60
	Iniciação à prática científica	4	60
Total		64	960

8.2.2 Conteúdos de formação profissional

Quadro 06 – Componentes curriculares que compõem os conteúdos de formação profissional do curso de Administração

FORMAÇÃO PROFISSIONAL			
COMPONENTE CURRICULAR		Créditos	Carga horária
Teorias da administração e das organizações	Teorias da administração I	4	60
	Teorias da administração II	5	75
	Organização, sistemas e métodos	4	60
	Empreendedorismo	4	60
Recursos humanos	Gestão de pessoas I	4	60
	Gestão de pessoas II	4	60
Mercados e marketing	Administração de marketing	4	60
	Pesquisa de marketing	5	75
	Estratégia de marketing	4	60
Materiais, produção e logística	Administração da produção I	4	60
	Administração da produção II	5	75
	Administração de materiais	4	60
	Logística	5	75
Financeira e orçamentária	Gestão de custos	5	75
	Administração financeira I	5	75
	Administração financeira II	5	75
	Planejamento financeiro e orçamentário	4	60



FORMAÇÃO PROFISSIONAL			
COMPONENTE CURRICULAR		Créditos	Carga horária
Sistemas de informações	Contemplada no CCR Gestão de tecnologias e sistemas de informação		
Planejamento estratégico	Planejamento estratégico I	5	75
	Planejamento estratégico II	4	60
Serviços	Contemplada no CCR Administração da produção II		
Estudos de integração	Projeto de trabalho de conclusão curso	4	60
	Trabalho de conclusão curso	7	105
	Estágio curricular supervisionado	6	90
Linha de formação: Desenvolvimento socioeconômico	Desenvolvimento socioeconômico: Estudos clássicos	4	60
	Desenvolvimento socioeconômico: Estudos contemporâneos	4	60
	Desenvolvimento socioeconômico: Metodologias de análise	4	60
Total		113	1.695

8.2.3 Conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias

Quadro 07 – Componentes curriculares que compõem os conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias do curso de Administração

ESTUDOS QUANTITATIVOS E SUAS TECNOLOGIAS			
COMPONENTE CURRICULAR		Créditos	Carga horária
Pesquisa operacional	Pesquisa operacional	4	60
Teoria dos jogos	Contemplada no CCR Planejamento estratégico I		
Modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias*	Matemática C	4	60
	Cálculo I	4	60
	Matemática financeira	4	60
	Estatística básica	4	60
	*Aplicação de tecnologias contemplada no CCR Gestão de tecnologias e sistemas de informação		
Total		20	300



8.2.4 Conteúdos de formação complementar

Quadro 08 – Componentes curriculares que compõem os conteúdos de formação complementar do curso de Administração

FORMAÇÃO COMPLEMENTAR		
COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Carga horária
Componentes Optativos (I, II, III e IV)	12	180
Atividades curriculares complementares (ACCs)	12	180
Total	24	360

8.3 Oferta de componentes curriculares no formato semi-presencial

O Ministério da Educação (MEC), através da Portaria nº. 1.134, de 10 de outubro de 2016 regulamentou a introdução na organização curricular de cursos reconhecidos a oferta de componentes integrantes do currículo que utilizem modalidade a distância. No parágrafo:

Art. 1º As instituições de ensino superior que possuam pelo menos um curso de graduação reconhecido poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, a oferta de disciplinas na modalidade a distância.

§ 1º As disciplinas referidas no caput poderão ser ofertadas, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso.

Ainda, conforme RESOLUÇÃO Nº 5/CONSUNI/CGRAD/UFFS/2014, parágrafo:

§ 1º. formato semipresencial é aquele que inclui atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na autoaprendizagem, nos quais a mediação didático-pedagógica é realizada com o uso de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares e/ou tempos diversos.



Cada vez mais as chamadas “novas tecnologias” estão presentes no cotidiano das pessoas, conforme estudo de Pilatti e Lievore (2018), por meio da quarta Revolução Industrial, a qual impactou profundamente na educação tradicional, especialmente no ensino superior que precisa se adaptar às novas demandas, alterando suas características e implementando um treinamento no ambiente de trabalho, um ensino mais industrializado, flexível e multifuncional, formando profissionais voltados para as questões práticas e imediatas do setor produtivo. Essa evolução permite que a maioria da população tenha acesso à informação, em especial as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs).

As TICs são entendidas como o conjunto de recursos tecnológicos que, integrados, proporciona a comunicação nos processos existentes nos negócios, no ensino e na pesquisa científica, ou seja, são tecnologias usadas para reunir, distribuir e compartilhar informações. Moran (2007) destaca que muitas aulas convencionais estão ultrapassadas, aulas baseadas no método expositivo, onde o professor é o retentor do conhecimento e o aluno é o receptor, ou seja, o professor transmite o conhecimento e o aluno decora o conteúdo para a realização de provas. Porém, o autor afirma também que, “[...] se ensinar dependesse só de tecnologias, já teríamos achado as melhores soluções há muito tempo. Elas são importantes, mas não resolvem as questões de fundo” (MORAN, 2007, p. 12), por isso a importância da incorporação das mesmas como forma de semipresencialidade.

Com o avanço das TIC para as salas de aula, criam-se os ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs), que representam a sala de aula *on-line*, sendo um conjunto de interfaces, ferramentas e estruturas decisivas para a construção da interatividade e da aprendizagem (ROSTAS; ROSTAS, 2009) E dentre os AVAs tem-se o MOODLE, que é usado pela UFFS, mas que não precisa ser o único meio de aprendizado, já que o uso de TICs é muito mais abrangente.

Moodle, sendo um AVA, potencializa a aprendizagem colaborativa, apresentando diversos recursos importantes, dentre eles: *chat*, fórum, mensagem, *workshop* (oficina de trabalho) e *wiki* (coleção de documentos em hipertexto).

- O Moodle é um sistema de administração de atividades educacionais destinado à criação de comunidades *online*.
- O Moodle aplica-se tanto à forma como foi feito como a uma sugestiva maneira pela qual um estudante ou um professor pode se integrar estudando ou ensinando um curso *online*.



Dispõe de uma proposta bastante diferenciada: “aprender em colaboração” no ambiente *online*. Informações mais detalhadas dessa ferramenta podem ser encontradas no endereço <http://moodle.org> (ROSTAS; ROSTAS, 2009, p.140).

Dentre os 50 componentes curriculares ofertados pelo curso de Administração, 18 serão no formato semipresencial, com 1 (um) ou 2 (dois) créditos destinados a este formato, perfazendo um total de 405 (quatrocentas e cinco) horas, ou seja, 12% (doze por cento) da carga horária total de disciplinas. Esses componentes serão ofertados regularmente, conforme o Quadro 09, estando distribuídos da primeira à sétima fase, como forma de flexibilizar o curso e auxiliar no desenvolvimento dos acadêmicos, tanto em termos de ganhos pedagógicos, quanto da formação do perfil profissional dos administradores, evoluindo-se para um perfil que possua competências ligadas às tecnologias.

Quadro 09 – Componentes curriculares que compõem os conteúdos semipresenciais do curso de Administração

Fase	Componente Curricular	Créditos	Aulas presenciais	Aulas não presenciais	Total de horas
1ª fase	Teorias da administração I	4	45	15	60
2ª fase	Gestão de pessoas I	4	45	15	60
	Comportamento organizacional	4	30	30	60
3ª fase	Administração da produção I	4	45	15	60
	Organização, sistemas e métodos	4	30	30	60
	Iniciação à prática científica	4	45	15	60
4ª fase	Desenvolvimento socioeconômico: Estudos clássicos	4	45	15	60
	Gestão de pessoas II	4	30	30	60
	Pesquisa de marketing	5	30	30	75*
5ª fase	Estratégia de marketing	4	30	30	60
	Desenvolvimento socioeconômico: Estudos contemporâneos	4	45	15	60
	Pesquisa Operacional	4	45	15	60
6ª	Administração de materiais	4	45	15	60



Fase	Componente Curricular	Créditos	Aulas presenciais	Aulas não presenciais	Total de horas
fase	Desenvolvimento socioeconômico: Metodologias de análise	4	30	30	60
	Empreendedorismo	4	30	30	60
7ª fase	Planejamento financeiro e orçamentário	4	30	30	60
	Gestão de tecnologias e sistemas de informação	4	30	30	60
	Logística	5	45	15	75*

*CCR com 15 horas de extensão

Os docentes dos componentes curriculares, em formato semipresencial, terão a disposição as ferramentas do MOODLE, bem como demais ferramentas digitais, e o formato pedagógico a ser adotado, estará no plano de ensino, que será desenvolvido anualmente, levando em consideração a necessidade de estimular o ensino-aprendizado e também promover um ensino de qualidade. Os planos deverão ser apresentados ao colegiado de curso para apreciação e aprovação. Dentre as estratégias metodológicas, para o ensino semipresencial, que os docentes poderão utilizar nos seus planos de ensino, conforme Art. 7 da RESOLUÇÃO Nº 5/CONSUNI CGRAD/UFFS/2014, destacam-se:

- a) Utilização dos diversos recursos incluídos no Ambiente virtual de ensino aprendizagem (AVEA) mantido pela UFFS - MOODLE;
- b) Desenvolvimento de metodologias de comunicação síncronas (relação professor aluno em tempo agendado), tais como fórum de discussão, chat (bate-papo), blogs, etc.;
- c) Desenvolvimento de metodologias de comunicação assíncrona, (que independem de lugar e tempo) tais como material didático impresso online, vídeo-aula, enquete, bloco de anotações, etc.;
- d) Uso de recursos disponíveis na internet para a realização de estudos, pesquisas e extensão, a fim de construir com os acadêmicos critérios para a seleção de boas fontes, para a prática didático-pedagógica, quanto teórica;
- e) Acompanhamento e orientação constantes sobre o gerenciamento do tempo e dos recursos didáticos nas atividades à distância, com o objetivo de desenvolver a autonomia do estudante;



f) Estímulo à produção de estudos organizacionais, por parte dos discentes, utilizando linguagens variadas e os diversos recursos disponíveis na internet.

h) Promoção do feedback ao aluno, quanto às atividades desenvolvidas, fazendo com que haja uma troca entre acadêmicos e docentes, potencializando o diálogo e a troca de conhecimento.

g) Uso de horários individuais e coletivos capazes de promover a discussão, compartilhar informações, desenvolver o pensamento crítico e a capacidade de análise, síntese e avaliação, fazendo com que o acadêmico seja, ao mesmo tempo, consumidor e produtor de conhecimento.

Ressalta-se que estas são algumas sugestões, pois como nas demais atividades do curso, cada docente tem a prerrogativa de buscar o aperfeiçoamento das metodologias propostas, em constante diálogo com os discentes, com o colegiado de curso, com o NDE, com o NAP e com a comunidade acadêmica. Além disso, conforme prevê a Resolução, as avaliações das atividades semi-presenciais serão realizadas presencialmente, mantendo o caráter diagnóstico, processual, contínuo, cumulativo e formativo que deve caracterizar todos os processos avaliativos do curso.

8.4 Oferta de componentes curriculares com atividades de extensão

O Ministério da Educação (MEC), através da Resolução CNE N° 7, de 18 de dezembro de 2018 regulamenta as atividades acadêmicas de extensão dos cursos de graduação, na forma de componentes curriculares, considerando seus aspectos que se vinculam à formação dos estudantes. Conforme seu Art. 4º

As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos.

A extensão contemplará o ciclo de construção do conhecimento, por meio de atividades que integrem a sociedade e que pode contribuir para a melhora na vida das populações afetadas, e promover uma educação crítica, ética e cidadã do corpo acadêmico. E tem por objetivo a integração do ensino/pesquisa e incorpora a extensão universitária às práticas de ensino e pesquisa, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável. Esta troca de conhecimentos é benéfica tanto para a população



beneficiada, como para a formação dos estudantes inseridos e aos professores que repassam este conhecimento, bem como na própria instituição superior. As atividades de extensão podem promover uma rede de relacionamentos com agentes preocupados em desenvolver e inserir pessoas na sociedade e usar metodologias de ensino-aprendizagem usando os discentes envolvidos como no âmbito extensionista (SANTOS, 2013).

Dentre os 50 componentes curriculares ofertados pelo curso de Administração, 13 terão atividades de extensão em sua composição, com 1 (um), 2 (dois) ou 3 (três) créditos destinados a este formato, além de 100 (cem) horas por meio de Atividades curriculares complementares, perfazendo um total de 340 (trezentos e quarenta) horas, ou seja, 10% (dez por cento) da carga horária total do curso. Esses componentes serão ofertados regularmente, conforme o Quadro 10, estando distribuídos da primeira à oitava fase, como forma de garantir a interação da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social, globalizado.

Quadro 10 – Componentes curriculares que compõem atividades de extensão no curso de Administração

Fase	Componente Curricular	Créditos	Aulas Presenciais	Atividades de Extensão	Total de Horas
1ª fase	Contabilidade introdutória	5	60	15	75
2ª fase	Teorias da administração II	5	60	15	75
4ª fase	Administração da produção II	5	60	15	75
4ª fase	Pesquisa de marketing	5	30	15	75*
5ª fase	Administração financeira I	5	60	15	75
5ª fase	Planejamento estratégico I	5	60	15	75
5ª fase	Gestão de custos	5	60	15	75
6ª fase	Administração financeira II	5	60	15	75
6ª fase	Planejamento estratégico II	4	30	30	60
7ª fase	Logística	5	45	15	75**
7ª fase	Direito tributário e do trabalho	5	60	15	75
8ª fase	Fundamentos Socioantropológicos	4	45	15	60
8ª fase	Componente Optativo IV	4	15	45	60



	Atividades curriculares complementares			100	180***
--	--	--	--	-----	--------

* CCR com 30 horas não presenciais.

** CCR com 15 horas não presenciais.

*** 80 horas com outras Atividades curriculares complementares, conforme regulamentação específica.

Os docentes dos componentes curriculares, com atividades de extensão, deverão no seu plano de ensino detalhar as ações a serem desenvolvidas, os quais serão apresentados ao colegiado de curso para apreciação e aprovação. Já as ACCs são desenvolvidas e validadas conforme regulamentação própria. Dentre as estratégias metodológicas, para as atividades de extensão, que os docentes poderão utilizar nos seus planos de ensino, conforme Resolução Nº 1/CONSUNI CEXT/UFFS/2014 e Art. 8 da Resolução CNE Nº 7, de 18 de dezembro de 2018.

As atividades extensionistas, segundo sua caracterização nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, se inserem nas seguintes modalidades: I - programas; II - projetos; III - cursos e oficinas; IV - eventos; V - prestação de serviços.

Dentre as estratégias metodológicas, para as atividades de extensão, que os docentes poderão utilizar nos seus planos de ensino, destacam-se:

- a) Os programas que compõem pelo menos dois projetos e outras ações de extensão, de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, desenvolvido de forma processual e contínua por mais de um ano, integrando o ensino e a pesquisa;
- b) O Projeto que também possui caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com duração determinada de em média 1 (um) ano, integrando o ensino e a pesquisa, podendo ou não estar vinculado a um programa;
- c) Os cursos ou oficinas são ação pedagógica de caráter teórico e/ou prático, que são planejadas e organizadas de modo sistemático, com carga horária, e critério de avaliação definidos, podem ser de atualização, de aperfeiçoamento ou treinamento, para comunidade ou organizações.
- d) Evento é a ação que implica na apresentação pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico ou tecnológico, como: congressos, seminários, ciclos de debate, exposição.
- e) A prestação de serviço refere-se à realização de trabalho oferecido pela Instituição de Educação Superior e pode-se se dar por meio de atendimento ao público,



serviços eventuais, atividades de propriedade intelectual, exames e laudos técnicos, atendimentos empresariais.

Salienta-se que estas são algumas sugestões de atividades que podem ser utilizadas pelos docentes, pois como nas demais atividades do curso, cada docente tem a prerrogativa de buscar o aperfeiçoamento das metodologias propostas, em constante diálogo com os discentes e com a comunidade acadêmica como um todo, pois a atividade preza esta relação.

8.5 Atendimento às legislações específicas

O curso de Administração, *Campus* Cerro Largo, atende às seguintes legislações específicas:

8.5.1 Legislação nacional

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 – dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, observando: I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.

O curso oferece uma série de CCRs obrigatórios que contemplam nas respectivas ementas conteúdos de educação ambiental. Em Meio Ambiente, Economia e Sociedade, a ementa aborda temas como a relação entre o meio ambiente e modelos de organização das sociedades, ecologia, sustentabilidade, sociedade civil e questão ambiental. Além disso, a educação ambiental é integrada a outras disciplinas, de modo transversal. O CCR Filosofia e Ética, por exemplo, aborda a responsabilidade social e ecológica das organizações. Considerando os componentes direcionados à linha de formação do curso, Desenvolvimento Socioeconômico, tem-se no CCR Desenvolvimento socioeconômico: Estudos contemporâneos a abordagem direta das questões ligadas ao desenvolvimento sustentável.

Também cabe salientar o papel dinâmico do Laboratório do Curso de Administração referente à Incubadora Tecnossocial de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários (ITCEES), institucionalizado desde 2013, com a missão de “ser um local onde se desenvolvam ações de incubação e cooperação em Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários, atuando como um espaço



de estudos, pesquisa-ação e desenvolvimento de tecnologias voltadas à organização do trabalho coletivo com foco na sustentabilidade e autogestão dos empreendimentos”.

Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004 – institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

Os CCRs obrigatórios de Fundamentos Socioantropológicos e Direitos e Cidadania preveem nas respectivas ementas temas como diversidade cultural, identidade nacional, conflitos e desigualdade, no primeiro; e o processo de constituição dos direitos civis, políticos e sociais, no segundo. Tais temas abordam as relações étnico-raciais e temáticas relativas aos afrodescendentes, incluindo questões de classe social, status e inclusão, conforme prevê a resolução em questão.

Para além dos CCRs obrigatórios, os acadêmicos têm a possibilidade cursar a disciplina de História da Fronteira Sul, ofertada como domínio comum, entre os cursos do *Campus* Cerro Largo, discutindo as construções socioculturais e de povoamento da Região Sul do Brasil. Por fim, cabe ressaltar o papel do Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da UFFS, instituído com o intuito de promover os valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, que também vai ao encontro da respectiva Resolução.

Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012 – estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Estabelece a necessidade de que os Projetos Pedagógicos de Curso contemplem a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior, baseada no Parecer CNE/CP nº 8/2012.

As orientações desta resolução são contempladas na CCR Direitos e Cidadania, que prevê em sua ementa o tema direitos e cidadania na Constituição de 1988. Essa CCR aborda, especificamente, os direitos políticos, o direito à saúde, o direito à educação e o financiamento dos direitos fundamentais no Brasil. Ainda, dentre os componentes direcionados à linha de formação do curso, Desenvolvimento Socioeconômico, tem-se o CCR de Desenvolvimento socioeconômico: estudos



contemporâneos, obrigatório, que contempla discussões referentes as teorias que acentuam o papel dos atores sociais e da geração de trabalho e renda alternativas ao capitalismo. Nesse sentido, a literatura estudada abrange as temáticas de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento, bem como o estado de bem-estar social no século XXI.

8.5.2 Instrumentos legais da UFFS

Resolução nº 4/2015 – CONSUNI/CGRAD – Institui a Política de Acesso e Permanência da Pessoa com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/ Superdotação na UFFS.

Resolução nº 9 – CONSUNI/CGAE/UFFS/2018 - Altera a Resolução nº 4/2014-CONSUNI/CGRAD, que aprova o Regulamento da Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul.



8.6 Matriz curricular

8.6.1 Componentes obrigatórios

Curso de graduação em Administração – Bacharelado, Campus Cerro Largo						Atividades					Total de horas	Pré- re- qui- sito	
Fase	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Créditos	Aulas presenciais	Aulas não presenciais	Estágio	Extensão	Pesquisa			
1ª fase	01	ES	GCS0593	Teorias da administração I	4	45	15				60		
	02	CM	GLA0104	Produção textual acadêmica	4	60					60		
	03	ES	GCS0594	Economia I	4	60					60		
	04	ES	GCS0595	Contabilidade introdutória	5	60				15		75	
	05	ES	GCH1318	Filosofia e ética	2	30						30	
	06	CM	GEX0213	Matemática C	4	60						60	
Subtotal					23	315	15		15		345		
2ª fase	07	ES	GCS596	Teorias da administração II	5	60			15		75	1	
	08	ES	GCS597	Gestão de pessoas I	4	45	15				60		
	09	ES	GCS598	Administração de marketing	4	60					60		
	10	ES	GCS599	Contabilidade gerencial	4	60					60	4	
	11	ES	GCS600	Comportamento organizacional	4	30	30				60		
	12	CX	GEX961	Cálculo I	4	60					60	6	
Subtotal					25	315	45		15		375		
3ª fase	13	ES	GCS601	Administração da produção I	4	45	15				60		
	14	ES	GCS602	Organização, sistemas e métodos	4	30	30				60		
	15	ES	GCS603	Economia II	4	60					60		
	16	CM	GCH1788	Iniciação à prática científica	4	45	15				60		
	17	CM	GEX210	Estatística básica	4	60					60		
	18			Componente optativo I	4	60					60		
Subtotal					24	300	60				360		
4ª fase	19	ES	GCS604	Administração da produção II	5	60			15		75		
	20	ES	GCS605	Desenvolvimento socioeconômico: Estudos clássicos	4	45	15				60		
	21	ES	GCS606	Pesquisa de marketing	5	30	30		15		75		
	22	ES	GCS607	Gestão de pessoas II	4	30	30				60	8	
	23	ES	GCS608	Economia brasileira e políticas de desenvolvimento	4	60					60		
	24	ES	GCS609	Matemática financeira	4	60					60		
Subtotal					26	285	75		30		390		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



Curso de graduação em Administração – Bacharelado, Campus Cerro Largo						Atividades					Total de horas	Pré- requi- sito
Fase	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Créditos	Aulas presenciais	Aulas não presenciais	Estágio	Extensão	Pesquisa		
5ª fase	25	ES	GCS610	Estratégia de marketing	4	30	30				60	9
	26	ES	GCS611	Desenvolvimento socioeconômico: Estudos contemporâneos	4	45	15				60	20
	27	ES	GCS612	Administração financeira I	5	60			15		75	4
	28	ES	GCS613	Planejamento estratégico I	5	60			15		75	7
	29	ES	GCS614	Gestão de custos	5	60			15		75	
	30	ES	GCS615	Pesquisa operacional	4	45	15				60	
	31			Componente optativo II	2	30					30	
Subtotal					29	330	60		45		435	
6ª fase	32	ES	GCS616	Administração de materiais	4	45	15				60	
	33	ES	GCS617	Desenvolvimento socioeconômico: Metodologias de análise	4	30	30				60	26
	34	ES	GCS618	Administração financeira II	5	60			15		75	24
	35	ES	GCS619	Planejamento estratégico II	4	30			30		60	28
	36	CX	GCS620	Empreendedorismo	4	30	30				60	
	37	CM	GCS239	Direitos e cidadania	4	60					60	
	38			Componente optativo III	2	30					30	
Subtotal					27	285	75		45		405	
7ª fase	39	ES	GCS621	Projeto de trabalho de conclusão de curso	4	60					60	8, 13, 16, 29, 35, 36
	40	ES	GCS622	Planejamento financeiro e orçamentário	4	30	30				60	
	41	ES	GCS623	Logística	5	45	15		15		75	32
	42	ES	GCS624	Direito tributário e do trabalho	5	60			15		75	
	43	ES	GCS625	Gestão de tecnologias e sistemas de informação	4	30	30				60	
	44	CM	GCH291	Introdução ao pensamento social	4	60					60	
Subtotal					26	285	75		30		390	
8ª fase	45	ES	GCS626	Trabalho de conclusão de curso	7	60				45	105	39
	46	ES	GCS627	Estágio curricular supervisionado	6	15		75			90	7
	47	ES	GCS628	Fundamentos socioantropológicos	4	45			15		60	
	48	ES	GCS629	Direito empresarial	4	60					60	



Curso de graduação em Administração – Bacharelado, Campus Cerro Largo						Atividades					Total de horas	Pré- requi- sito
Fase	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Créditos	Aulas presenciais	Aulas não presenciais	Estágio	Extensão	Pesquisa		
	49	CM	GCS238	Meio ambiente, economia e sociedade	4	60					60	
	50		CLE0001 ou 2	Componente optativo IV	4	15			45		60	
Subtotal					29	255		75	60	45	435	
Subtotal Geral					209	2.370	405	75	240	45	3.135	
Atividades curriculares complementares*					12				100		180	
Total Geral					221		405	75	340	45	3.315	

CM – Domínio Comum CX – Domínio Conexos ES – Domínio Específico

8.6.2 Componentes optativos

Os componentes optativos do curso de Administração têm como objetivo flexibilizar a formação do acadêmico, oportunizando a adequação do seu currículo conforme os seus interesses particulares, as demandas sociais e os temas emergentes da área. A carga horária total de componentes optativos a ser cursada será de 180 horas (12 créditos), estando a oferta desses componentes distribuídas nas diferentes fases do curso e no formato de 30 horas (2 créditos) ou 60 horas (4 créditos). A seguir estão listados estes componentes, possuindo ementas em aberto, tendo em vista que serão ofertados considerando os aspectos da realidade vivenciada pelo curso, a partir dos anseios dos acadêmicos, da contemporaneidade dos temas às suas formações e da disponibilidade dos docentes. A exceção refere-se aos componentes de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), Teoria cooperativista I, Responsabilidade socioambiental e História da Fronteira Sul. Ressalta-se também que oferta dos componentes optativos será analisada e deferida pelo colegiado do curso.



Curso de graduação em Administração – Bacharelado, Campus Cerro Largo				Atividades		Total de Horas
				Aulas presenciais	Extensão	
Nº	Código	Componente Curricular	Créditos			
51	GLA212	Língua Brasileira de Sinais (Libras)	4	60		60
52	GCS073	Teoria cooperativista I	4	60		60
53	GCS085	Responsabilidade socioambiental	2	30		30
54	GCH292	História da Fronteira Sul	4	60		60
55	GCS630	Tópicos especiais I	4	60		60
56	GCS631	Tópicos especiais II	4	60		60
57	GCS632	Tópicos especiais III	4	60		60
58	GCS633	Tópicos especiais IV	4	60		60
59	GCS634	Tópicos especiais V	4	60		60
60	GCS635	Tópicos especiais VI*	4	15	45	60
61	GCS636	Tópicos especiais VII*	4	15	45	60
62	GCS637	Tópicos especiais VIII*	4	15	45	60
63	GCS638	Tópicos especiais IX*	4	15	45	60
63	GCS639	Tópicos especiais X*	4	15	45	60
65	GCS640	Tópicos especiais XI	2	30		30
66	GCS641	Tópicos especiais XII	2	30		30
67	GCS642	Tópicos especiais XIII	2	30		30
68	GCS643	Tópicos especiais XIV	2	30		30
69	GCS644	Tópicos especiais XV	2	30		30
70	GCS645	Tópicos especiais XVI	2	30		30
71	GCS646	Tópicos especiais XVII	2	30		30
72	GCS647	Tópicos especiais XVIII	2	30		30
73	GCS648	Tópicos especiais XIX	2	30		30



* Tópicos especiais VI, VII, VIII, IX e X correspondem ao Componentes optativo IV. Esse componente será obrigatoriamente ofertado no oitavo semestre com quarenta e cinco horas de extensão e quinze horas teóricas.

8.7 Análise vertical e horizontal da matriz curricular

1º SEMESTRE 345 horas	2º SEMESTRE 375 horas	3º SEMESTRE 360 horas	4º SEMESTRE 390 horas	5º SEMESTRE 435 horas	6º SEMESTRE 405 horas	7º SEMESTRE 390 horas	8º SEMESTRE 435 horas
1 ES Teorias da administração I 60	7 ES Teorias da administração II 1 75	13 ES Administração da produção I 60	19 ES Administração da produção II 75	25 ES Estratégia de marketing 9 60	32 ES Administração de materiais 60	39 ES Projeto de trabalho de conclusão de curso 8, 13, 16, 29, 35, 36 60	45 ES Trabalho de conclusão de curso 60h teóricas e 45h pesquisa 39 105
2 CM Produção textual acadêmica 60	8 ES Gestão de pessoas I 60	14 ES Organização, sistemas e métodos 60	20 ES Desenvolvimento socioeconômico: Estudos clássicos Linha de formação 60	26 ES Desenvolvimento socioeconômico: Estudos contemporâneos Linha de formação 20 60	33 ES Desenvolvimento socioeconômico: Metodologias de análise Linha de formação 26 60	40 ES Planejamento financeiro e orçamentário 60	46 ES Estágio curricular supervisionado 75h práticas e 15h teóricas 7 90
3 ES Economia I 60	9 ES Administração de marketing 60	15 ES Economia II 60	21 ES Pesquisa de marketing 75	27 ES Administração financeira I 4 75	34 ES Administração financeira II 24 75	41 ES Logística 32 75	47 ES Fundamentos socioantropológicos 60
4 ES Contabilidade introdutória 75	10 ES Contabilidade gerencial 4 60	16 CM Iniciação à prática científica 60	22 ES Gestão de pessoas II 8 60	28 ES Planejamento estratégico I 7 75	35 ES Planejamento estratégico II 28 60	42 ES Direito tributário e do trabalho 75	48 ES Direito empresarial 60
5 ES Filosofia e ética 30	11 ES Comportamento organizacional 60	17 CM Estatística básica 60	23 ES Economia brasileira e políticas de desenvolvimento 60	29 ES Gestão de custos 75	36 CX Empreendedorismo 60	43 ES Gestão de tecnologias e sistemas de informação 60	49 CM Meio ambiente, economia e sociedade 60
6 CM Matemática C 60	12 CX Cálculo I 6 60	18 Componente optativo I 60	24 ES Matemática financeira 60	30 ES Pesquisa Operacional 60	37 CM Direitos e cidadania 60	44 CM Introdução ao pensamento social 60	50 Componente optativo IV 60
Ordem	Domínio	Fomação básica		31 Componente optativo II		38 Componente optativo III	
COMPONENTE CURRICULAR		Formação profissional		30		30	
Pré-requisito	C. horária	Estudos quantitativos e suas tecnologias					
		Formação complementar					
		Domínio comum (CM)					
		Domínio conexo (CX)					
		Domínio específico (ES)					
		Componentes optativos e ACCs					
Atividades curriculares complementares (ACCs)							
180							



8.8 Modalidades de componentes curriculares presentes na matriz do curso

8.8.1 Estágios curriculares supervisionados (Normatização no ANEXO I)

Conforme disposto no Art. 1º RESOLUÇÃO N° 7/CONSUNI/CGRAD/UFFS/2015:

Para os fins do disposto neste Regulamento, considera-se estágio o conjunto de atividades de caráter acadêmico-profissional e social vinculadas à área de formação do estudante e desenvolvidas em Unidades Concedentes de Estágio (UCEs), em conformidade com as exigências da legislação de estágio, com os princípios institucionais, com os projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFFS e com o presente Regulamento.

O estágio curricular supervisionado, conforme estabelecido no Art 2º N° 7/CONSUNI/CGRAD/UFFS/2015, definido como estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para integralização do curso e obtenção de diploma, e tem por objetivo:

- I - fortalecer a formação teórico-prática a partir do contato e da vivência de situações profissionais e socioculturais vinculadas à área de formação dos acadêmicos;
- II - fomentar o diálogo acadêmico, profissional e social entre a UFFS e as UCEs;
- III - aproximar o estudante da realidade profissional e social de sua área de formação;
- IV - desenvolver atividades curriculares previstas nos projetos pedagógicos dos cursos;
- V - aprimorar o exercício da observação e da interpretação contextualizada da realidade profissional e social;
- VI - promover o planejamento e o desenvolvimento de atividades de intervenção profissional e/ou social que envolvam conhecimentos da área de formação do estagiário;
- VII - fomentar a prática da pesquisa como base da observação, do planejamento, da execução e da análise dos resultados das atividades desenvolvidas pelo acadêmico no âmbito dos estágios;
- VIII - ampliar a oferta de possibilidades de formação acadêmico-profissional e social dos cursos, para além dos componentes curriculares obrigatórios;



- IX - fortalecer o exercício da reflexão e do questionamento acadêmico, profissional e social e o aperfeiçoamento dos projetos formativos dos cursos;
- X - fortalecer o diálogo curricular entre os cursos da UFFS e as áreas afins e com os domínios que integram seus currículos.

Assim, concebe-se o estágio como um tempo-espço de formação teórico-prática orientada e supervisionada que mobiliza um conjunto de saberes acadêmicos e profissionais para observar, analisar e interpretar práticas institucionais e profissionais e/ou para propor intervenções, cujo desenvolvimento se traduz numa oportunidade de reflexão acadêmica, profissional e social, de iniciação à pesquisa e de redimensionamento dos projetos de formação.

O estágio curricular supervisionado do curso de Administração é uma disciplina obrigatória, pois compreende a uma das bases curriculares para atingir o perfil formativo do acadêmico de Administração. Segue a concepção de estágio proposta pela política de estágio da UFFS (Resolução n. 7/2015 – CONSUNI/CGRAD e RESOLUÇÃO Nº 5/CONSUNI CGAE/UFFS/2018).

O desenvolvimento do estágio curricular supervisionado, está estruturado em 1 (uma) disciplina - Estágio curricular supervisionado - que contempla o estágio nas organizações (75 horas) e aulas teóricas presenciais (15 horas) totalizando 06 créditos e 90 horas. Para o desenvolvimento do mesmo o acadêmico deve ter cursado apenas a disciplina de Teorias da Administração II, ofertada na 2ª fase do curso, a fim oportunizar ao acadêmico a inserção em atividades práticas o mais breve possível durante a sua graduação. O estágio poderá ser desenvolvido em uma das seguintes áreas: Administração Geral; Administração Financeira; Administração da Produção, Logística e Materiais; Administração de Pessoas; Administração de Marketing; Administração de Cooperativas; Planejamento Estratégico; Pesquisa Operacional; Comércio Exterior; Administração Pública e, Administração de Sistemas de Informação.

As atividades de estágio curricular supervisionado do curso de Administração são normatizadas por regulamento próprio, constante no Anexo I.

8.8.2 Atividades curriculares complementares (Normatização no ANEXO II)

As atividades curriculares complementares (ACCs) são atividades realizadas pelo acadêmico, de sua escolha, desde que vinculadas à sua formação e que possibilitam



a complementação dos conteúdos ministrados no curso e/ou atualização de temas emergentes ligados à Administração ao mesmo tempo em que favoreçam a prática de estudos independentes, transversais e/ou interdisciplinares, bem como o desenvolvimento das habilidades comportamentais, políticas e sociais, auxiliando na consolidação do perfil do egresso. Tem como objetivo flexibilizar o currículo obrigatório, aproximar o acadêmico da realidade social e profissional e propiciar a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar, promovendo a integração entre comunidade e universidade, por meio da participação do acadêmico em atividades que visem à formação profissional e cidadã.

As ACCs têm uma carga horária mínima prevista de 180 (cento e oitenta) horas, representando 12 (doze) créditos. São normatizadas em regulamento próprio, constando do Anexo II, e serão avaliadas e reconhecidas, semestralmente, por comissão composta de 03 (três) professores do curso que emitem relatório específico para os registros acadêmicos.

8.8.3 Trabalho de conclusão de curso (Normatização no ANEXO III)

O trabalho de conclusão de curso (TCC) consiste na elaboração de estudo formal, identificando um problema e encontrando sua solução por meio de uma reflexão crítica, a partir dos conhecimentos assimilados ao longo do curso de Administração. A materialização se dará com defesa em banca. A elaboração do TCC seguirá o que estabelece o Anexo III, totaliza 11 créditos e contempla ao todo 165 horas, divididos em 4 créditos (60 horas) no projeto de trabalho de conclusão de curso (PTCC) e 7 créditos (105 horas) no TCC. Diante da importância desses componentes curriculares na formação acadêmica do curso de Administração, é indispensável que sejam cumpridos os seguintes componentes como pré-requisitos: Gestão de pessoas I; Administração de marketing; Administração da produção I; Iniciação à prática científica; Gestão de custos; Empreendedorismo; Planejamento estratégico II.

A consecução desses componentes curriculares se dá em dois momentos distintos, o primeiro no PTCC e o segundo no TCC, constituindo-se em apresentação escrita, na forma de relatório, no prazo previamente estabelecido pelo professor responsável pelo componente curricular do PTCC e TCC, ambos com banca examinadora. A avaliação deverá ser processual, ocorrendo sistemática e continuamente ao longo dos semestres que os componentes forem cursados. O TCC possui papel



culminante na formação no curso de Administração, pois, por meio da integração da teoria a prática, desafiará o acadêmico na identificação e solução de problemas emergidos ao longo da sua formação acadêmica.



8.9 Ementários, bibliografias básicas e complementares dos componentes curriculares

8.9.1 Componentes curriculares de oferta regular

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS593	TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO I	4	60
EMENTA			
Introdução a administração. Ambiente externo. Planejamento. Organização. Liderança. Controle. Administração científica. Escola normativista. Escola das relações humanas.			
OBJETIVO			
Fazer com que os acadêmicos compreendam o contexto organizacional, o universo profissional e a evolução do pensamento administrativo por meio das escolas da administração.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
DAFT, Richard L. Administração . São Paulo: Cengage Learning, 2010. MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Introdução a administração . 8. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1981. MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012. MONTANA, Patrick J.; CHARNOV, Bruce H. Administração . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. RIBEIRO, Antonio de Lima. Teorias da administração . 3. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. STONER, James A. F; FREEMAN, R. Edward. Administração . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1994.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BATEMAN, Thomas S; SNELL, Scott A. Administração: novo cenário competitivo . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010. BLANCHARD, Kenneth; PEALE, Norman Vincent. O poder da administração ética . 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011. DRUCKER, Peter F. Introdução à administração . São Paulo: Pioneira, 2002. FAYOL, Henry. Administração industrial e geral: previsão, organização, comando, coordenação e controle . São Paulo: Atlas, 2007. FERREIRA, Ademir Antonio; REIS, Ana Carla Fonseca; PEREIRA, Maria Isabel. Gestão empresarial: de Taylor aos nossos dias: evolução e tendências da moderna administração de empresas . São Paulo: Pioneira, 2002. LACOMBE, Francisco José Masset; HEILBORN, Gilberto Luiz José. Administração: princípios e tendências . 2. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008. LONGENECKER, Justin Gooder. Administração de pequenas empresas . São Paulo: Cengage Learning, 2007. ROBBINS, Stephen P.; DECENZO, David A. Fundamentos de administração: conceitos essenciais e aplicações . 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004. HANDY, Charles B. Deuses da administração: como enfrentar as constantes mudanças da cultura empresarial . [5. ed.]. São Paulo: Saraiva, 2010. SCHERMERHORN, John R. Administração . 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GLA104	PRODUÇÃO TEXTUAL ACADÊMICA	04	60
EMENTA			
Língua, linguagem e sociedade. Leitura e produção de textos. Mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos: resumo, resenha, handout, seminário. Estrutura geral e função sociodiscursiva do artigo científico. Tópicos de revisão textual.			
OBJETIVO			
Desenvolver a competência textual-discursiva de modo a fomentar a habilidade de leitura e produção de textos orais e escritos na esfera acadêmica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANTUNES, I. Análise de Textos: fundamentos e práticas . São Paulo: Parábola, 2010. CITELLI, Adilson. O texto argumentativo . São Paulo: Scipione, 1994. MACHADO, Anna R.; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília S. Resenha . São Paulo: Parábola Editorial, 2004. MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão . São Paulo: Parábola Editorial, 2008. MEDEIROS, João B. Redação científica . São Paulo: Atlas, 2009. MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. Produção textual na universidade . São Paulo: Parábola Editorial, 2010. SILVEIRA MARTINS, Dileta; ZILBERKNOP, Lúbia S. Português Instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT . 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NRB 6028 : Informação e documentação - Resumos - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003. _____. NRB 6023 : Informação e documentação – Referências - Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. _____. NRB 10520 : Informação e documentação - Citações - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita . São Paulo: Ática, 2005. COSTA VAL, Maria da Graça. Redação e textualidade . São Paulo: Martins Fontes, 2006. COSTE, D. (Org.). O texto: leitura e escrita . Campinas: Pontes, 2002. FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristovão. Oficina de texto . Petrópolis: Vozes, 2003. GARCEZ, Lucília. Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever . São Paulo: Martins Fontes, 2008. KOCH, Ingedore V. O texto e a construção dos sentidos . São Paulo: Contexto, 1997. _____. Desvendando os segredos do texto . São Paulo: Cortez, 2009. _____, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e escrever: estratégias de produção textual . São Paulo: Contexto, 2009. MOYSÉS, Carlos A. Língua Portuguesa: atividades de leitura e produção de texto . São Paulo: Saraiva, 2009. PLATÃO, Francisco; FIORIN, José L. Lições de texto: leitura e redação . São Paulo: Ática, 2006. SOUZA, Luiz M.; CARVALHO, Sérgio. Compreensão e produção de textos . Petrópolis: Vozes, 2002.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS594	ECONOMIA I	4	60
EMENTA			
Conceitos básicos. Introdução ao pensamento econômico. Teoria do consumidor. Demanda individual e de mercado. Oferta. Equilíbrio de mercado. Elasticidades. Teoria da firma: produção e custos de produção. Estruturas de mercado.			
OBJETIVO			
Proporcionar aos estudantes de Administração o entendimento básico quanto aos principais conceitos que envolvem a Teoria Microeconômica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia . 5. ed. São Paulo: Pioneira, 2009. PINDYCK, Robert S; RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia . 7. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2010. PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia . 20. ed. São Paulo: Atlas, 2003. VARIAN, Hal R. Microeconomia: princípios básicos, uma abordagem moderna . Rio de Janeiro: Campus, 2006. VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. Economia: micro e macro . 5. ed. São Paulo: Atlas 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CÁRIO, S. A. F. Introdução à economia de empresas . Florianópolis, SC: UFSC, Departamento de Ciências da Administração, 2008. HUNT, E. K. História do pensamento econômico . 2. ed. atual. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2005. KRUGMAN, P. R; OBSTFELD, M. Economia internacional: teoria e política . 8. ed. SP: Makron Books, 2010. KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil . 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2013. PASSOS, C. R.M.; NOGAMI, O. Princípios de economia . 5. ed. rev. São Paulo: Pioneira, 2005. 658 p. PORTER, M.E. Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência . Rio de Janeiro: Campus, 2004. 362 p. ISBN 8535215263. STIGLITZ, J. E.; WALSH, C. E.. Introdução à microeconomia . Rio de Janeiro: Campus, 2003. THOMPSON JUNIOR, A. A.; FORMBY, J. P. Microeconomia da firma: teoria e prática . 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998. TIDD, J.; BESSANT, J.; PAVITT, K. Gestão da inovação . 3. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2008. 600 p. VEIGA, José Eli da. Economia socioambiental . São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2009. 378 p. ISBN 9788573599206.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS595	CONTABILIDADE INTRODUTÓRIA	5	75
EMENTA			
Contabilidade, conceito, objetivo, objeto, finalidade, técnica e campo de aplicação. Patrimônio, ativo, passivo e patrimônio líquido. Contabilidade por balanços sucessivos. Partidas dobradas. Princípios fundamentais de contabilidade. Operações com Mercadorias. Inventário Permanente e Periódico de Estoques de Mercadorias. Avaliação dos Estoques de Produtos em Processo. Apuração do Resultado. Demonstrações Contábeis. Elaboração do Balancete de Verificação. Balanço Patrimonial. Demonstração do Resultado do Exercício. Demonstração do Valor Adicionado. Balanço Social.			
OBJETIVO			
Compreender os principais conceitos, operações e relatórios contábeis, levando-se em conta os diferentes usuários das informações para tomada de decisão.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CONTABILIDADE introdutória. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010. IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. Contabilidade para não contadores : para as áreas de administração, economia, direito e engenharia. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. IUDÍCIBUS, Sérgio de, et al. Manual de contabilidade societária : aplicável a todas as sociedades. São Paulo, SP: Atlas, 2010. MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial . 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009. MARION, José Carlos. Contabilidade básica . 10. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2009. RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade básica fácil . 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
ASSUMPÇÃO, Marcio José. Contabilidade aplicada ao setor público . Curitiba, PR: IBPEX, 2011. BORGERT, Altair; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Contabilidade gerencial . Florianópolis, SC: UFSC, Departamento de Ciências da Administração, 2009 BRINCKMANN, Roque; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO. Contabilidade básica . Florianópolis, SC: UFSC, Departamento de Ciências da Administração, 2009. CARNIEL, Fabiana Regina. A contabilidade e sua importância na vida da pequena empresa . Taquara: FACCAT, 2000. IUDÍCIBUS, Sérgio de. Contabilidade gerencial . 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998. OLIVEIRA, Luís Martins de. Controladoria : conceitos e aplicações. 2. ed. São Paulo, SP: Futura, 2002. PADOVEZE, Clóvis Luís. Contabilidade gerencial : um enfoque em sistema de informação contábil. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010. SANTOS, Ariovaldo dos. Contabilidade das sociedades cooperativas : aspectos gerais e prestação de contas. São Paulo: Atlas, 2008. SILVA, César Augusto Tibúrcio; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Contabilidade geral . [Brasília, DF]: CAPES, 2009. SILVA, César Augusto Tibúrcio; TRISTÃO, Gilberto. Contabilidade básica . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1318	FILOSOFIA E ÉTICA	2	30
EMENTA			
Introdução à filosofia. Abordagem filosófica da moral e da ética. Ciência, técnica e ética. Ética ambiental e princípios de Educação Ambiental. Ética das organizações e sua responsabilidade social e ecológica. Ética nas organizações. Implicações éticas do exercício profissional do administrador.			
OBJETIVO			
Conduzir os alunos à compreensão filosófica do papel da ética nas organizações, na sociedade e nas relações com o ambiente.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ASSMANN, Selvino José; Ministério da Educação. Programa Nacional de Formação em Administração Pública. Filosofia e ética . [Brasília, DF]: CAPES, 2009. LOUREIRO, F. B. Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania . 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. MARCONDES, Danilo. Textos básicos de ética: de Platão a Foucault . Rio de Janeiro: Zahar, c2007. MATOS, Francisco Gomes de. Ética na gestão empresarial: da conscientização à ação . São Paulo: Saraiva, 2012. MORIN, Edgar. Ciência com consciência . 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. SÁ, Antônio Lopes de. Ética profissional . 9. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Atlas, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ASSMANN, Selvino José; Universidade Federal de Santa Catarina Departamento de Ciências da Administração. Filosofia . Florianópolis, SC: UFSC, Departamento de Ciências da Administração, 2008. BLANCHARD, Kenneth; PEALE, Norman Vincent. O poder da administração ética . 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011. LOUREIRO, F. B. Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania . 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. CHAUI, Marilena. Convite à filosofia . 13. ed. São Paulo: Ática, 2005. FARIAS, André B. de. Ética para o meio ambiente . In: TORRES, João Carlos Brum (org.). <i>Manual de Ética: Questões de ética teórica e aplicada</i> . Petrópolis/RJ: Vozes; Caxias do Sul/RS: Universidade de Caxias do Sul; Rio de Janeiro: BNDES, 2014, p. 604-623. KARKOTLI, Gilson; ARAGÃO, Sueli Duarte. Responsabilidade social: uma contribuição à gestão transformadora das organizações . Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. MORIN, Edgar. Ciência com consciência . 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo . 5.ed. Porto Alegre : Sulina, 2015. MORRIS, Tom. A Nova Alma do Negócio . Rio de Janeiro: Campus, 1998. RODRIGUEZ Y RODRIGUEZ, Martius Vicente (org). Ética e responsabilidade social nas empresas . Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2005. SROUR, Robert Henry. Ética empresarial: o ciclo virtuoso dos negócios . 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 2008.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX213	MATEMÁTICA C	4	60
EMENTA			
Noções de lógica. Noções de conjuntos. Relações. Funções. Trigonometria. Matrizes e Sistemas Lineares. Noções de Matemática Financeira. Sistemas de medidas. Geometria Plana e Espacial			
OBJETIVO			
Utilizar conceitos e procedimentos em situações-problema para analisar dados, elaborar modelos, resolver problemas e interpretar suas soluções; sintetizar, criticar, deduzir, construir hipóteses, estabelecer relações e comparações, detectar contradições, decidir, organizar, expressar-se e argumentar com clareza, coerência e coesão.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BATSCHLET, Edward. Introdução à matemática para biocientistas . Rio de Janeiro: Interciência, 1978.			
IEZZI, G.; MURAKAMI, C. et al. Fundamentos de matemática elementar . 7. ed. São Paulo: Atual, 1999. 11 v.			
IEZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel; DEGENSZAJN, David. Fundamentos de matemática elementar 11: matemática comercial, matemática financeira, estatística descritiva . São Paulo: Atual, 2004. v.11.			
LEITHOLD, Louis. O cálculo com geometria analítica . 3. ed. São Paulo: HARBRA, 1994. v. 1.			
LIMA, Elon Lages,; CESAR, Paulo,; WAGNER, E.; MORGADO, A. C. A matemática do ensino médio . 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Sociedade Brasileira de Matemática, 2006. v.3.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BASSANEZI, Rodney Carlos. Ensino-aprendizagem com modelagem matemática: uma nova estratégia . 3. ed. São Paulo: Contexto, c2004.			
CARVALHO, Paulo César Pinto. Introdução à geometria espacial . 4. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2005.			
EVES, Howard Whitley. Introdução a história da matemática . Campinas, SP: UNICAMP, 2004.			
HEFEZ, Abramo. Elementos de aritmética . 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Sociedade Brasileira de Matemática, 2011. (Textos universitários)			
LIMA, Elon Lages. Medida e forma em geometria: comprimento, área, volume e semelhança . 4. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2011. (Coleção professor de matemática)			
POLCINO MILIES, César; COELHO, Sônia Pitta. Números: uma introdução à matemática . 3. ed. São Paulo: Edusp, 2001.			
MOREIRA, Plínio Cavalcanti; DAVID, Maria Manuela M. S. A formação matemática do professor: licenciatura e prática docente escolar . 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, c2005.			
NEWTON-SMITH, W. H. Lógica: um curso introdutório . Lisboa: Editora Gradiva, 1998.			
CARRAHER, Terezinha Nunes; CARRAHER, David William; SCHLIEMANN, Analúcia. Na vida dez, na escola zero . 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.			
SÉRATES, J. Raciocínio lógico: lógico matemático, lógico quantitativo, lógico numérico, lógico analítico, lógico crítico . 5. ed. Brasília: Gráfica e Editora Olímpica Ltda, 1997.			
WAGNER, Eduardo. Construções geométricas . 6. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2007. (Coleção do professor de matemática).			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS596	TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO II	5	75
EMENTA			
Escola do comportamento humano. Escola burocrática. Escola estruturalista. Escola de sistemas. Escola da administração por objetivos. Escola do desenvolvimento organizacional. Teoria contingencial. Downsizing. Qualidade Total. Globalização.			
OBJETIVO			
Dar continuidade aos estudos das escolas da administração iniciadas em Teorias da administração I.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
DAFT, Richard L. Administração . São Paulo: Cengage Learning, 2010. MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012. MONTANA, Patrick J.; CHARNOV, Bruce H. Administração . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. NETO MORETTO, Luís; SCHMITT, Valentina Gomes Haensel; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Teoria geral da administração . Florianópolis, SC: UFSC, Departamento de Ciências da Administração, 2008. RIBEIRO, Antonio de Lima. Teorias da administração . 3. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. SCHERMERHORN, John R. Administração . 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BATEMAN, Thomas S; SNELL, Scott A. Administração: liderança & colaboração no mundo competitivo . São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 2007. CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração . 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. FERREIRA, Ademir Antonio; REIS, Ana Carla Fonseca; PEREIRA, Maria Isabel. Gestão empresarial: de Taylor aos nossos dias: evolução e tendências da moderna administração de empresas . São Paulo: Pioneira, 2002. (Biblioteca Pioneira de administração e negócios) HANDY, Charles B. Deuses da administração: como enfrentar as constantes mudanças da cultura empresarial . [5. ed.]. São Paulo: Saraiva, 2010. LONGENECKER, Justin Gooder. Administração de pequenas empresas . São Paulo: Cengage Learning, 2007. ROBBINS, Stephen P. Administração: mudanças e perspectivas . São Paulo: Saraiva, 2000. SILVA, Reinaldo O. da. Teorias da Administração . São Paulo: Pearson Prentice-Hall, 2008. STONER, James A. F; FREEMAN, R. Edward. Administração . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1994. CHIAVENATO, Idalberto. Teoria Geral da Administração . Rio de Janeiro: Campus, 2002. v. 1. WREN, Daniel A. Idéias de administração: o pensamento clássico . São Paulo: Ática, 2007.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS597	GESTÃO DE PESSOAS I	4	60
EMENTA			
Desafio da Gestão de Recursos Humanos. Estratégia e Planejamento de Recursos Humanos. Igualdade de Oportunidades de Emprego e a Gestão de Recursos Humanos. Análise de Cargos, Envolvimento do Funcionário e Esquemas de Trabalho Flexíveis. Expandindo o Quadro de Talentos: Recrutamento e Carreiras. Seleção de Pessoal. Tópicos emergentes em recursos humanos.			
OBJETIVO			
Proporcionar a aprendizagem no desenvolvimento e implementação dos processos que compõem os subsistemas de recursos humanos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BITENCOURT, Claudia. Gestão contemporânea de pessoas : novas práticas, conceitos tradicionais. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. BOHLANDER, George; SNELL, Sco.tt. Administração de recursos humanos 14. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. CHIAVENATO, Idalberto. Administração de recursos humanos : fundamentos básicos. 7. ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2009. MILKOVICH, George T; BOUDREAU, John W; MARCONDES, Reynaldo C. (trad.). Administração de recursos humanos . São Paulo, SP: Atlas, 2000. CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas . 3. ed. total. rev. atual. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2010. VERGARA, Sylvia Constant. Gestão de pessoas . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CARBONE, Pedro Paulo et al. Gestão por competências e gestão do conhecimento . 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV Ed., 2009. CARVALHO, Antonio Vieira de; SERAFIM, Oziléa Clen Gomes. Administração de recursos humanos : volume II. São Paulo: Pioneira, 1995. (Biblioteca Pioneira de administração e negócios). DESSLER, Gary. Administração de recursos humanos . 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2003. DUTRA, Joel Souza (Org). Gestão por competências : um modelo avançado para o gerenciamento de pessoas. 11. ed. São Paulo: Editora Gente, 2001. GIL, Antonio Carlos. Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais . São Paulo: Atlas, 2011. LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina et al. As pessoas na organização . 15. ed. São Paulo: Gente, [c2002]. MARRAS, Jean Pierre. Administração de recursos humanos : do operacional ao estratégico. 14. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2011. OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. Desvendando o departamento de pessoal . 4. ed. rev. e ampl. Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Viena, 2008. PONTES, B. R. Administração de cargos e salários : carreiras e remuneração. 15. ed. São Paulo: LTr, 2011. RIBEIRO, Antonio de Lima. Teorias da administração . 3. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS598	ADMINISTRAÇÃO DE MARKETING	4	60
EMENTA			
Fundamentos de marketing. Ambiente de marketing. Composto de marketing (produto e serviço, preço, praça e promoção). Estratégias do composto de marketing. Mercados e o comportamento dos compradores.			
OBJETIVO			
Possibilitar ao administrador o aprendizado dos conceitos centrais de marketing para o desenvolvimento e a administração de relacionamentos com o cliente, baseados em valor.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CHURCHILL JR, Gilbert A; PETER, J. Paul. Marketing: criando valor para os clientes . São Paulo: Saraiva, 2012. KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. Princípios de marketing . 12. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2008. KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. Administração de marketing . 12. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2006. LIMA, Miguel; SAPIRO, Arão; VILHENA, João Baptista; GANGANA, Mauricio. Gestão de marketing . 8. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2007. MADRUGA, Roberto Pessoa; CHI, Ben Thion; SIMÕES, Marcos Licínio da Costa; TEIXEIRA, Ricardo Franco. Administração de marketing no mundo contemporâneo . 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2011. OLIVEIRA, José Antonio Ferreira de et al. Fundamentos de marketing . 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
AAKER, David A. Administração estratégica de mercado . 9. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2011. COBRA, Marcos. Administração de marketing no Brasil . 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. CERTO, Samuel C. et al. Administração estratégica: planejamento e implantação de estratégias . 3.ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010. DIAS, Sérgio Roberto. Gestão de marketing . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. KOTLER, Philip. Marketing para o século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados . São Paulo, SP: Ediouro, 2009. KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. Marketing 4.0: do Tradicional ao Digital . Rio de Janeiro: Sextante, 2017. LAS CASAS, Alexandre Luzzi (coord). Novos rumos do marketing . São Paulo: Atlas, 2001. SCHIFFMAN, Leon G; KANUK, Leslie Lazar. Comportamento do consumidor . 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009. SOLOMON, Michael R. O comportamento do consumidor: comprando, possuindo e sendo . 11. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016. URDAN, Andre Torres; URDAN, Flavio Torres. Marketing: Teoria e Aplicações . São Paulo: Atlas, 2010.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS599	CONTABILIDADE GERENCIAL	4	60
EMENTA			
A contabilidade como sistema de informação gerencial. Contabilidade Financeira e Contabilidade Gerencial. Usuários da contabilidade gerencial, mensuração de ativos e valores de entradas e saídas. Análise de custo, volume e lucro. Margem de contribuição unitária e geral. Ponto de equilíbrio econômico. Ponto de equilíbrio financeiro. Preço de transferência. Custos conjuntos. Demonstrações gerenciais. Relatórios de planejamento e controle gerencial, resultados, desempenho e de patrimônio gerencial.			
OBJETIVO			
Capacitar o acadêmico quanto a geração e utilização das informações produzidas pela contabilidade gerencial para a tomada de decisões.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BORNIA, Antonio Cezar. Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. BORGERT, Altair; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Contabilidade gerencial. Florianópolis, SC: UFSC, Departamento de Ciências da Administração, 2009. IUDÍCIBUS, Sérgio. Contabilidade Gerencial. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998. PADOVEZE, Clóvis Luís. Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos: . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. LEONE, George Sebastião Guerra; LEONE, Rodrigo José Guerra. Curso de contabilidade de custos. 4. ed. rev. São Paulo: Atlas, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
SANTOS, Joel J. Análise de Custos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005. HANSEN, Don R. Gestão de custos: contabilidade e controle. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001. MAHER, Michael. Contabilidade de custos: criando valor para a administração. São Paulo: Atlas, 2001. SANTOS, Joel José dos. Fundamentos de custos para formação do preço e do lucro. 5. ed., rev. ampl. e mod. São Paulo: Atlas, 2005. MATARAZZO, Dante Carmine. Análise financeira de balanços: abordagem gerencial. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010. SAVYTZKY, Taras. Análise de balanços: método prático. 6. ed., rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2010. IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. Curso de contabilidade para não contadores: para as áreas de administração, economia, direito, engenharia. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 274 p. BRITO, Elói Jesus de. Controladoria: um estudo sobre relevância da contabilidade gerencial no processo de gestão empresarial. 2016. 66 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Contabilidade e Controladoria) - Universidade Federal do Amazonas, 2016. MACOHON, Edson Roberto. Assimilação organizacional de sistemas integrados da contabilidade gerencial sob a ótica da teoria da estruturação. 2015. 387 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis do Centro de Ciências Sociais Aplicadas) Universidade Regional de Blumenau, 2015. PADOVEZE, Clóvis Luiz. O papel da contabilidade gerencial no processo empresarial de criação de valor. Cadernos de Estudo, São Paulo, n. 21, mai/ago.			



1999.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS600	COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL	4	60
EMENTA			
Introdução ao comportamento organizacional. Diversidade nas organizações. Satisfação e Motivação no trabalho. Grupos e equipes de trabalho. Liderança. Poder, conflito e negociação. Mudança organizacional e gestão do estresse.			
OBJETIVO			
Propiciar uma reflexão crítica acerca das variáveis do comportamento influentes nos níveis individual, grupal e organizacional, possibilitando a compreensão de como podem afetar a eficácia da organização.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BATEMAN, Thomas S; SNELL, Scott A. Administração: novo cenário competitivo . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
BITENCOURT, Claudia. Gestão contemporânea de pessoas: novas práticas, conceitos tradicionais . 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.			
DAFT, Richard L. Administração . São Paulo: Cengage Learning, c2010.			
LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina et al. As pessoas na organização . 15. ed. São Paulo: Gente, [c2002].			
PASETTO, Neusa Vítola; MESADRI, Fernando Eduardo. Comportamento organizacional: integrando conceitos da administração e da psicologia . Curitiba, PR: IBPEX, 2012.			
WAGNER, John A.,; HOLLENBECK, John R. Comportamento organizacional: criando vantagem competitiva . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
AGUIAR, Maria Aparecida Ferreira de. Psicologia aplicada à administração: uma abordagem interdisciplinar . São Paulo, SP: Saraiva; 2005.			
BATEMAN, Thomas S; SNELL, Scott A. Administração: liderança & colaboração no mundo competitivo . São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 2007.			
CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações . 4.ed. São Paulo: Manole, 2014. 494 p.			
HITT, Michael A.; MILLER, C. Chet; COLELLA, Adrienne. Comportamento organizacional . 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2013.			
MINICUCCI, Agostinho. Dinâmica de grupo: teorias e sistemas . 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2002.			
MONTANA, Patrick J.; CHARNOV, Bruce H. Administração . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.			
ROBBINS. S.P; JUDGE.T.A; SOBRAL.F. Comportamento organizacional: teorias e Práticas no contexto brasileiro .14 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.			
SPECTOR, Paul E. Psicologia nas organizações . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.			
WALLAU, Sonia Maria de. Estresse laboral e síndrome de Bournout: uma dualidade em estudo . Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2003.			
ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt. Psicologia, organizações e trabalho no Brasil . Porto Alegre: Artmed, 2004. (Biblioteca Artmed. Psicologia geral, da personalidade, social e organizacional Biblioteca Artmed. Psicologia organizacional e institucional)			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX961	CÁLCULO I	4	60
EMENTA			
Limites e continuidade. Diferenciação. Valores extremos de funções e aplicações. Integrais. Álgebra matricial. Sistemas de equações e inequações lineares. Valores extremos de funções em regiões planas			
OBJETIVO			
Prover os alunos de conhecimentos de matemática elementar para aplicação na teoria econômico-administrativa.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FLEMMING, D. M.; GONÇALVES, M. B. Cálculo A: funções, limite, derivação e integração. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. MORETTIN, Pedro Alberto; HAZZAN, Samuel; BUSSAB, Wilton de Oliveira. Cálculo: funções de uma e várias variáveis. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. TAN, S. T. Matemática Aplicada A Administração e Economia. 2. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2007. SILVA, Sebastião Medeiros da; SILVA, Elio Medeiros da; SILVA, Ermes Medeiros da. Matemática: para os cursos de economia, administração, ciências contábeis, volume I. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. v.1. SILVA, Sebastião Medeiros da; SILVA, Elio Medeiros da; SILVA, Ermes Medeiros da. Matemática: para os cursos de economia, administração, ciências contábeis, volume II. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012. v. 2.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. Matemática para Administração. Rio de Janeiro: LTC, 2002. LEITHOLD, Louis. Matemática Aplicada à Economia e à Administração. São Paulo: Harbra, 2001.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS601	ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO I	4	60
EMENTA			
Introdução à Administração da Produção. Planejamento Industrial. Planejamento e Controle da Produção. Plano Mestre de Produção. Planejamento das necessidades de materiais (MRP).			
OBJETIVO			
O objetivo da disciplina é de oportunizar o desenvolvimento do aluno na área da administração da produção, viabilizando os conceitos de administração da produção, planejamento industrial e planejamento e controle da produção, bem como das técnicas de planejamento das necessidades de materiais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CAMPOS, Vicente Falconi. TQC controle da qualidade total (no estilo japonês) . 8. ed. Nova Lima, MG: INDG Tecnologia e Serviços, 2004. 256p. GAITHER, Norman; FRAZIER, Greg. Administração da produção e operações . 8. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. MARTINS, Petrônio G; LAUGENI, Fernando P. Administração da produção . 2. ed. rev, ampl. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, c2005 MOREIRA, Daniel Augusto. Administração da produção e operações . 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2008. SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. Administração da produção . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. TUBINO, Dalvio Ferrari. Planejamento e controle da produção: teoria e prática . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
ANTUNES, Junico. Sistemas de Produção . São Paulo: Bookman, 2007. CORRÊA, Henrique L; GIANESI, Irineu G. N; CAON, Mauro. Planejamento, programação e controle da produção: MRP II/ERP: conceitos, uso e implantação: base para SAP, Oracle applications e outros softwares integrados de gestão . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007. CORRÊA, Henrique L; GIANESI, Irineu G. N. Just in time, MRP II e OPT: um enfoque estratégico . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1993. DAVIS, Mark M.; AQUILANO, Nicholas J.; CHASE, Richard B. Fundamentos da administração da produção . 3. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2001. FERNANDES, Flavio Cesar Faria. Planejamento e controle da produção: dos fundamentos ao essencial . São Paulo: Atlas, 2010. FITZSIMMONS, James A; FITZSIMMONS, Mona J. Administração de Serviços: Operações, Estratégia e Tecnologia da Informação . 7. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014. JURAN, Joseph M. A qualidade desde o projeto: novos passos para o planejamento da qualidade em produtos e serviços . São Paulo: Cengage Learning, 2011. LOBO, Renato Nogueirol; SILVA, Damião Limeira da. Planejamento e controle da produção . São Paulo. Editora Érica, 2014. PALADINI, Edson P. Gestão da qualidade: teoria e prática . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. RITZMAN, Larry P.; MALHORTA, Manoj; KAJEWSKI, Lee. Administração da Produção e Operações . 8. ed. São Paulo: Pearson, 2008.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS602	ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS	4	60
EMENTA			
Críticas a Teoria das Organizações. Arranjos físicos. Fluxogramas e descrição de procedimentos. Estruturas organizacionais: modelos, divisão do trabalho e organogramas. Manualização. Princípios da racionalização e simplificação do trabalho. Impacto da tecnologia e do ambiente na estrutura. Análise e diagnóstico organizacional. Padronização e mapeamento de processos. Reengenharia.			
OBJETIVO			
Capacitar o acadêmico quanto aos elementos que constituem o estudo na área de OSM.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BALLESTERO-ALVAREZ, Maria Esmeralda. Manual de organização, sistemas e métodos : abordagem teórica e prática da engenharia da informação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.			
DAFT, Richard L. Administração . São Paulo: Cengage Learning, 2010.			
MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Teoria geral da administração : da revolução urbana à revolução digital. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.			
CURY, Antonio. Organização e métodos : uma visão holística. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2005.			
ARAÚJO, Luis Cesar G. de. Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional . 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2011.v. 1.			
CRUZ, Tadeu. Sistemas, organização & métodos : estudo integrado das novas tecnologias de informação e introdução à gerência do conteúdo e do conhecimento. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
ABRAHÃO, Júlia et al. Introdução à ergonomia : da prática à teoria. São Paulo: Buchler, 2009.			
CHAMPY, J; HAMMER, M. Reengenharia : Revolucionando a Empresa. 19. ed. Campus, 1994.			
D'ASCENÇÃO, Luis Carlos M. Organização, sistemas e métodos : Análise, redesenho e informatização de processos administrativos. São Paulo: Atlas, 2001.			
GONÇALVES, J.E.L. Processo, que processo? Revista de Administração de Empresas , v. 40, n. 4, p. 8-19, 2000.			
HALL, Richard H. Organizações: estruturas, processos e resultados . 8. ed. São Paulo: Prentice Hall. 2004.			
LLATAS, Maria Virgínia. OSM : organização, sistemas e métodos. São Paulo: Prentice Hall. 2012.			
MINTZBERG, Henry. Criando organizações eficazes : estruturas em cinco configurações. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.			
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas, organização e métodos : uma abordagem gerencial. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2011.			
PRÉVE, Altamiro Damian; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO. Organização, sistemas e métodos . Florianópolis, SC: UFSC, Departamento de Ciências da Administração, 2009.			
TOMASKO, R. M. Downsing : reformulando e redimensionando sua empresa para o futuro. São Paulo, Makron Books, 1995.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS603	ECONOMIA II	4	60
EMENTA			
Introdução à macroeconomia. Noções de contabilidade nacional. Determinação da renda. Moeda. Inflação. Economia internacional e balanço de pagamentos. Mercado de trabalho. Crescimento e desenvolvimento econômico.			
OBJETIVO			
Proporcionar aos estudantes de Administração, o entendimento básico quanto aos principais conceitos que envolvem a Teoria Macroeconômica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BLANCHARD, O. Macroeconomia . 4 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007. FROYEN, R. T. Macroeconomia . São Paulo: Saraiva, 1999. LOPES, Luiz Martins; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (org.). Manual de macroeconomia: nível básico e nível intermediário . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. MANKIW, N. G. Introdução à Economia . 5. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009. PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei (org). Manual de economia . 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. VASCONCELLOS, M. A. S. Economia: micro e macro . 5. ed. São Paulo, Atlas, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BACHA, C.J.C. Economia e política agrícola no Brasil . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 248 p. DORNBUSCH, R.; FISCHER, S.; STARTZ, R.. Macroeconomia . 11. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013. GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S. de; TONETO JÚNIOR, R. Economia brasileira contemporânea . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007. HUNT, E. K. História do pensamento econômico 2. ed. atual. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2005. PASSOS, C.R.M.; NOGAMI, O. Princípios de economia . 5ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learnig, 2005. KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. Economia internacional: teoria e política . [8. ed.]. São Paulo: Pearson, 2010. xvi, 558 p. REGO, J.M.; MARQUES, R.M.; SERRA, R. A. M.; LACERDA, A. C (Col.). Economia brasileira . 4. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010. xiv, 306 p. ROSSETTI, J. P. Introdução à Economia . 20 ed. São Paulo: Atlas, 2003. SIMONSEN, M.H; CYSNE, R. P. Macroeconomia . 4. ed. São Paulo (SP): Atlas, 2009. SOUZA, N.J. Desenvolvimento econômico . 6. ed. rev. São Paulo, SP: Atlas, 2012.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1788	INICIAÇÃO À PRÁTICA CIENTÍFICA	4	60
EMENTA			
O contexto da Universidade: Ensino, Pesquisa e Extensão. Epistemologia da Ciência. Instrumentos, métodos científicos e normas técnicas. Projeto, execução e publicação da pesquisa. A esfera político-acadêmica: instituições de fomento à pesquisa. Ética na pesquisa científica, propriedade intelectual e autoria. Associações de pesquisa e eventos científicos.			
OBJETIVO			
Proporcionar reflexões sobre as relações existentes entre universidade, sociedade e conhecimento científico e fornecer instrumentos para iniciar o acadêmico na prática da atividade científica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ADORNO, T. Educação após Auschwitz. In: ADORNO, T. Educação e emancipação. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.			
ALVES, Rubem. Filosofia da ciência : introdução ao jogo e a suas regras. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2010. (Leituras filosóficas)			
CHAUI, M. Escritos sobre a Universidade . São Paulo: UNESP, 2001.			
HENRY, J. A Revolução Científica : origens da ciência moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.			
JAPIASSU, Hilton F. Epistemologia . O mito da neutralidade científica. Rio de Janeiro: Imago, 1975. (Série Logoteca)			
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
APPOLINÁRIO. Metodologia da ciência : filosofia e prática da pesquisa. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Cengage Learning, 2012.			
D'ACAMPORA, A. J. Investigação científica . Blumenau: Nova Letra, 2006.			
GALLIANO, A. G. O Método Científico : teoria e prática. São Paulo: HARBRA, 1986.			
OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (org). Correntes fundamentais da ética contemporânea . 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.			
GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.			
GONSALVES, E. P. Iniciação à Pesquisa Científica . Campinas, SP: Alínea, 2001.			
MORIN, Edgar. Ciência com consciência . 14. ed. rev. e modificada pelo autor. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.			
OMMÈS, R. Filosofia da ciência contemporânea . São Paulo: Unesp, 1996. (Biblioteca básica)			
REY, L. Planejar e redigir trabalhos científicos . 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.			
SANTOS, Antônio Raimundo dos. Metodologia científica : a construção do conhecimento. 7. ed. rev. (conforme NBR 14724:2005). Rio de Janeiro, RJ: Lamparina, 2007.			
SILVER, Brian L. A escalada da ciência . 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	ESTATÍSTICA BÁSICA	4	60
EMENTA			
Noções básicas de Estatística. Séries e gráficos estatísticos. Distribuições de frequências. Medidas de tendência central. Medidas de dispersão. Medidas separatrizes. Análise de Assimetria. Noções de amostragem e inferência			
OBJETIVO			
Utilizar ferramentas da estatística descritiva para interpretar, analisar e sintetizar dados estatísticos com vistas à compreensão de contextos diversos			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às Ciências Sociais . 7. ed. Florianópolis: UFSC, 2008.			
BUSSAB, Wilton de Oliveira; Morettin, Pedro Alberto. Estatística Básica . 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.			
CRESPO, A. A. Estatística Fácil . 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.			
FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de Estatística . 6. ed. 12. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.			
PINHEIRO, João Ismael D. et. al. Estatística Básica: a arte de trabalhar com dados . Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.			
TOLEDO, G. L.; OVALLE, I. I. Estatística Básica . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BORNIA, Antonio Cezar; REIS, Marcelo Menezes; BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística para cursos de engenharia e informática . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.			
BUSSAB, Bolfarine H.; BUSSAB, Wilton O. Elementos de Amostragem . São Paulo: Blucher, 2005.			
CARVALHO, S. Estatística Básica: teoria e 150 questões . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.			
LAPPONI, Juan Carlos. Estatística usando Excel . 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.			
MAGALHÃES, Marcos Nascimento; LIMA, Antônio Carlos Pedroso de. Noções de Probabilidade e Estatística . 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.			
MONTGOMERY, Douglas C.; RUNGER, George C.; HUBELE, Norma F. Estatística aplicada à Engenharia . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.			
SILVA, E. M. et al. Estatística para os cursos de: Economia, Administração e Ciências Contábeis . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.			
SPIEGEL, M. R. Estatística . 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1993.			
TRIOLA, Mario F. Introdução à Estatística . 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.			
VIEIRA, S.; HOFFMANN, R. Elementos de Estatística . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS604	ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO II	5	75
EMENTA			
MRP II. O sistema ERP na produção. Teoria das restrições (OPT). Filosofias de controles da administração da produção. Just-in-time. Kanban. Qualidade total. Operacionalização do método PDCA. A Administração de Serviços. Certificações de qualidade e seus critérios ligados à produção e a prestação de serviços.			
OBJETIVO			
Fornecer aos discentes conceitos e técnicas de administração da produção, complementares aos da disciplina Administração da Produção I, bem como viabilizar uma visão geral de administração da qualidade, permitindo uma visão holística da administração de produção e de serviços.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CAMPOS, Vicente Falconi. TQC controle da qualidade total (no estilo japonês) . Nova Lima, MG: INDG Tecnologia e Serviços, 2004. GAITHER, N.; FRAZIER, G. Administração de produção e operações . 8. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2002. JURAN, Joseph M. A qualidade desde o projeto: novos passos para o planejamento da qualidade em produtos e serviços . São Paulo: Cengage Learning, 2011. MARTINS, Petrônio G.; LAUGENI, Fernando P. Administração da produção . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. MOREIRA, Daniel A. Administração da produção e operações . 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008. TUBINO, Dalvio Ferrari. Planejamento e controle da produção: teoria e prática . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ANTUNES, Junico. Sistemas de Produção . São Paulo: Bookman, 2007. CORRÊA, Henrique L; GIANESI, Irineu G. N. Just in time, MRP II e OPT: um enfoque estratégico . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1993. CORRÊA, Henrique L; GIANESI, Irineu G. N; CAON, Mauro. Planejamento, programação e controle da produção: MRP II/ERP: conceitos, uso e implantação: base para SAP, Oracle applications e outros softwares integrados de gestão . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007. DAVIS, M. M.; AQUILANO, N. J.; CHASE, R. B. Fundamentos da Administração da Produção . 3. ed. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2001. FERNANDES, Flavio Cesar Faria. Planejamento e controle da produção: dos fundamentos ao essencial . São Paulo: Atlas, 2010. FITZSIMMONS, James A; FITZSIMMONS, Mona J. Administração de Serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação . 7. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014. LOBO, Renato Nogueiro; SILVA, Damião Limeira da. Planejamento e controle da produção . São Paulo. Editora Érica, 2014. GIANESI, Irineu G. Nogueira. Administração Estratégica de Serviço: Operações para satisfação do cliente . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2018. PALADINI, Edson P. Gestão da Qualidade: teoria e prática . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. RITZMAN, Larry P.; MALHORTA, Manoj; KAJEWSKI, Lee. Administração da Produção e Operações . 8 ed. São Paulo: Pearson, 2008.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS605	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO: ESTUDOS CLÁSSICOS	4	60
EMENTA			
Introdução ao estudo do desenvolvimento. O liberalismo econômico. O desenvolvimento desigual e combinado. O socialismo. O Estado Social. A Teoria da Modernização. Os polos de crescimento. A Teoria da Causação Circular e Cumulativa. As teorias da Dependência.			
OBJETIVO			
Analisar os estudos clássicos sobre o desenvolvimento buscando identificar suas bases teóricas e experiências.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS (06)			
CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina : ensaio de interpretação sociológica. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. FURTADO, Celso. Introdução ao desenvolvimento : enfoque histórico-estrutural. 3.ed. revista pelo autor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda . Tradução: Mário R. da Cruz. São Paulo: Atlas, 1992. MARX, Karl. O capital : Crítica da economia política. Livro Terceiro: O processo global da produção capitalista. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. v. 4. SCHUMPETER, J. A Teoria do Desenvolvimento Econômico . São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas) SMITH, Adam. Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações . Tradução: Teodora Cardoso e Luís Cristóvão de Aguiar. 4. ed. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 2 v.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES. (10)			
HOBSBAWM, Eric. Os trabalhadores . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. KLINK, Jeroen Johannes. A cidade-região : regionalismo e reestruturação no grande ABC paulista. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. LIMA, Ana C. da Cruz; SIMÕES, Rodrigo F. Teorias Clássicas do desenvolvimento. Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE , Salvador, ano XII, n. 21, jul. 2010. MERQUIOR, José Guilherme; PAIM, Antônio; KUJAWSKI, Gilberto de Mello. O liberalismo social : uma visão histórica. São Paulo: Massao Ohno Editor, 1998. NAPOLEONI, Cláudio. Smith, Ricardo e Marx . Tradução: José Fernandes Dias. 8. ed. São Paulo: Graal, 2000. NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme F. W. (org.). Introdução às teorias do desenvolvimento . Porto Alegre: UFRGS, 2016. POLANYI, Karl. A grande transformação : as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação . Tradução: Rolf Kuntz. Os Pensadores. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. ROSTOW, W.W. Etapas do desenvolvimento econômico . Tradução: Octávio Alves velho. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. ROTTA, Edemar. Desenvolvimento regional e políticas sociais no noroeste do estado do Rio Grande do Sul . Tese (Doutorado em Serviço Social), PPGSS/PUCRS, Porto Alegre, 2007.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS606	PESQUISA DE MARKETING	5	75
EMENTA			
Os sistemas de informação de marketing. A pesquisa em marketing nas organizações. Introdução e Fases Iniciais da Pesquisa de Marketing. Formulação da Concepção de Pesquisa. Coleta, Preparação e Análise de Dados e Relatório de Pesquisa.			
OBJETIVO			
Capacitar o administrador para acompanhar e desenvolver uma pesquisa de marketing como instrumento de gestão e decisão organizacional.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
AAKER, David A; KUMAR, V; DAY, George S. Pesquisa de marketing . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.			
GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.			
MALHOTRA, Naresh K. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada . 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.			
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
ZIKMUND, William G. Princípios da pesquisa de marketing . São Paulo: Thomson Learning, 2006.			
HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, Pilar. Metodologia de pesquisa . 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
CRESWELL, John W.; PLANO CLARK, Vicki L. Pesquisa de métodos mistos . 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.			
FLICK, Uwe. Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes . Porto Alegre, RS: Penso, 2013.			
FOWLER, Floyd J. Pesquisa de levantamento . 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2011.			
HAIR JR., Joseph F. Análise multivariada de dados . 6.ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.			
KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. Administração de marketing . 12. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2006.			
MATTAR, FauzeNajib. Pesquisa de marketing 1: metodologia, planejamento . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. v. 1.			
MATTAR, FauzeNajib. Pesquisa de marketing 2: execução, análise . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011. v. 2.			
OLSEN, Wendy Kay. Coleta de dados: debates e métodos fundamentais em pesquisa social . Porto Alegre: Penso, 2015. 231 p.			
SHIRAIISHI, Guilherme (org.). Pesquisa de marketing . São Paulo, SP: Pearson, 2012.			
YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos . 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS607	GESTÃO DE PESSOAS II	4	60
EMENTA			
Treinamento e Desenvolvimento. Avaliação e Aprimoramento do Desempenho. Gerenciando a Remuneração. Recompensas de Incentivo. Administração de Programas de Benefícios. Segurança e Saúde. Criando Sistemas de Trabalho de Elevado Desempenho. Tópicos emergentes em recursos humanos.			
OBJETIVO			
Dar continuidade ao aprendizado e de desenvolvimento e implementação dos processos que compõem os subsistemas de recursos humanos iniciados em Gestão de pessoas I.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BOHLANDER, George; SNELL, Scott. Administração de recursos humanos . 14. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. CARBONE, Pedro Paulo et al. Gestão por competências e gestão do conhecimento . 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009. CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas . 3. ed. total. rev. atual. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2010. GIL, Antonio Carlos. Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais . São Paulo: Atlas, 2011. LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina et al. As pessoas na organização . 15. ed. São Paulo: Gente, 2002. MILKOVICH, George T., BOUDREAU, John W. Administração de recursos humanos . São Paulo: Atlas, 2000.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BOOG, Gustavo G; BOOG, Magdalena (coord.) ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO (PATROCINADORA). Manual de treinamento e desenvolvimento: processos e operações . São Paulo: Pearson Prentice Hall, c2007. DUTRA, Joel Souza (org). Gestão por competências: um modelo avançado para o gerenciamento de pessoas . 11. ed. São Paulo: Editora Gente, 2001. FERNANDES, Gustavo Andrey de A. L. Dinâmica comportamental no setor público . Rio de Janeiro: FGV Ed., 2014. MARRAS, Jean Pierre. Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico . 14. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2011. PONTES, B. R. Administração de cargos e salários: carreiras e remuneração . 15. ed. São Paulo: LTr, 2011. ROCHA-PINTO, Sandra Regina da. Dimensões funcionais da gestão de pessoas . 9. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2007. SIQUEIRA, Mirlene Maria Matias. Medidas do comportamento organizacional . Porto Alegre: Artmed, 2008. SIQUEIRA, Mirlene Maria Matias. Novas medidas do comportamento organizacional . Porto Alegre: Artmed, 2014. SOUZA, Maria Zélia de Almeida. Cargos, carreiras e remuneração . 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2011. WOOD JÚNIOR, Thomaz; PICARELLI FILHO, Vicente. Remuneração estratégica . 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2004.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS608	ECONOMIA BRASILEIRA E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO	4	60
EMENTA			
Análise das políticas de desenvolvimento no Brasil a partir de 1930. A construção do projeto nacional do período Vargas. O período desenvolvimentista. O período militar. A inflação e os Planos de estabilização. O período da globalização. Economia brasileira recente e os desafios contemporâneos.			
OBJETIVO			
Desenvolver conhecimentos que permitam discutir o processo de desenvolvimento econômico do Brasil.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ABREU, M. P. et al. A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989) . Rio de Janeiro, Campus, 1990. BIELSCHOWSKY, R.A. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo . 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. CANO, W. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1995) . Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998. FURTADO, Celso. A formação econômica do Brasil . 34. ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 2010. GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S. de; TONETO JÚNIOR, R. Economia brasileira contemporânea . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007. REGO, J. M. et al. Economia Brasileira . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BELLUZZO, L. G. e ALMEIDA, J. G.: Depois da Queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. BRESSER-PEREIRA, L. C. Novo Desenvolvimentismo e a Ortodoxia Convencional . São Paulo: Perspectiva, 2006. BRUM, A. J. O desenvolvimento econômico brasileiro . 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. CALIXTRE, B.: BIANCARELLI, A. M.; MACEDO CINTRA, M. A. Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro . Brasília : IPEA, 2014. CASTRO, A. B. De; PIRES, F. E. P. A economia brasileira em marcha forçada . 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. ERBER, F. As Convenções de Desenvolvimento no Governo Lula: um Ensaio de Economia Política. Revista de Economia Política , v. 31, n. 1 (121), jan/mar. 2011. FONSECA, P.C.D. Vargas: o capitalismo em construção . 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1999. FISHLOW, A.. Origens e Conseqüências da Substituição de Importações no Brasil. Revista de Estudos Econômicos , v. 2, n. 6, 1972. FURTADO, C. A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos . 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. GIAMBIAGI, F., CASTRO, L. B., VILLELA, A., HERMANN, J. Economia Brasileira Contemporânea, 1945-2004 . São Paulo: Campus, 2004. HOLANDA, S.B.. Raízes do Brasil . 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. MELLO, J.M.C. Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira . 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. PRADO Jr., C. A história econômica do Brasil . 36. ed. São Paulo, 1945. TAVARES, M. C. Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil. <i>In</i> :TAVARES, M. C. Da Substituição de Importações ao Capitalismo			



Financeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1972. p. 29-58.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS609	MATEMÁTICA FINANCEIRA	4	60
EMENTA			
Capitalizações simples e compostas. Descontos simples e compostos. Rendas certas. Rendas variáveis. Equivalência de fluxos de caixa. Amortização de empréstimos.			
OBJETIVO			
Fornecer ao aluno o instrumental analítico básico que o capacite a compreender e a aplicar o conceito de juro na solução de problemas de empréstimos e investimentos de capital.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ASSAF NETO, A. Matemática Financeira e suas aplicações . 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
CRESPO, Antônio Arnot. Matemática financeira fácil . 14. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2009.			
HAZZAN, Samuel; POMPEO, José Nicolau. Matemática financeira . 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.			
IEZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel; DEGENSZAJN, David. Fundamentos de matemática elementar 11: matemática comercial, matemática financeira, estatística descritiva . São Paulo: Atual, 2004. v.11.			
VERAS, Lilia Ladeira. Matemática financeira: uso de calculadoras financeiras, aplicações ao mercado financeiro, introdução à engenharia econômica, mais de 300 exercícios resolvidos e propostos com respostas . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.			
VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. Matemática financeira: juros, capitalização, descontos e séries de pagamentos; operações realizadas no Sistema Financeiro Brasileiro; utilização de minicalculadoras financeiras . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2000.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BRUNI, A. L.; FAMÁ, R. Matemática financeira: com HP 12C e Excel . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
CASAROTTO FILHO, Nelson; KOPITCKE, Bruno Hartmut. Análise de investimentos: matemática financeira, engenharia econômica, tomada de decisão, estratégia empresarial . 11. ed. São Paulo: Atlas, c1994.			
CASTANHEIRA, Nelson Pereira; MACEDO, Luiz Roberto Dias de. Matemática financeira aplicada . Curitiba, PR: Intersaberes, 2012.			
CASTELO BRANCO, Anísio Costa. Matemática financeira aplicada: método algébrico, HP-12C, Microsoft Excel . 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2010.			
GUERRA, Fernando; TANEJA, Inder Jeet; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Matemática financeira . Florianópolis, SC: UFSC, Departamento de Ciências da Administração, 2009.			
HOJI, M. Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.			
MATHIAS, Washington Franco; GOMES, José Maria. Matemática financeira: com mais de 600 exercícios resolvidos e propostos . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática financeira: objetiva e aplicada . 9. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Elsevier, 2011.			
SAMANEZ, Carlos Patrício. Matemática financeira . 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.			
TAN, S. T. Matemática aplicada a administração e economia . São Paulo: Cengage Learning, c2015.			





Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS610	ESTRATÉGIA DE MARKETING	4	60
EMENTA			
Análise de mercado. Estratégias mercadológicas. Planejamento de marketing. Plano de marketing.			
OBJETIVO			
Proporcionar ao administrador a teoria e a prática da elaboração de um plano de marketing.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
AAKER, David A. Administração estratégica de mercado . 9. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2011.			
BATEMAN, Thomas S; SNELL, Scott A. Administração: novo cenário competitivo . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
DAFT, Richard L. Administração . São Paulo: Cengage Learning, c2010.			
KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. Princípios de marketing . 12. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2008.			
KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. Administração de marketing . 12. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2006.			
LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Plano de marketing para micro e pequenas empresa . 6. ed. São Paulo: Atlas, c1999.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CASAROTTO FILHO, Nelson. Elaboração de projetos empresariais: análise estratégica, estudo de viabilidade e plano de negócio . São Paulo: Atlas, 2009.			
CERTO, Samuel C. et al. Administração estratégica: planejamento e implantação de estratégias . 3.ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.			
CHURCHILL JR, Gilbert A; PETER, J. Paul. Marketing: criando valor para os clientes . São Paulo: Saraiva, 2012.			
FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. Administração de serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação . 7. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2014.			
HOOLEY, Graham J; PIERCY, Nigel; NICOULAUD, Brigitte. Estratégia de marketing e posicionamento competitivo . 4. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, c2011.			
LENZI, Fernando César; KIESEL, Marcio Daniel; ZUCCO, Fabricia Durieux (orgs.). Ação empreendedora: como desenvolver e administrar o seu negócio com excelência . São Paulo: Gente, 2010.			
LONGENECKER, Justin Gooder. Administração de pequenas empresas . São Paulo, SP: Cengage Learning, 2007.			
MADRUGA, Roberto Pessoa; CHI, Ben Thion; SIMÕES, Marcos Licínio da Costa; TEIXEIRA, Ricardo Franco. Administração de marketing no mundo contemporâneo . 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2011.			
SILVA, Helton Haddad. Planejamento estratégico de marketing . 4.ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV Ed., 2011.			
WRIGHT, Peter L; KROLL, Mark J.; PARNELL, John A. Administração estratégica: conceitos . São Paulo: Atlas, 2000.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS611	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO: ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS	4	60
EMENTA			
A crise do capitalismo e do socialismo real e o processo de reestruturação produtiva. Neoliberalismo. Desenvolvimentismo. Desenvolvimento endógeno. Desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento Humano. As teorias que acentuam o papel da indústria. As teorias que acentuam o papel do conhecimento, da técnica e da inovação. As teorias que acentuam o papel dos atores sociais. Cadeias produtivas em escala global. A sociedade em rede. Geração de trabalho e renda alternativas ao capitalismo.			
OBJETIVO			
Analisar os estudos contemporâneos sobre o desenvolvimento buscando identificar suas bases teóricas e experiências.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS (06)			
BECKER, Dinizar F.; WITTMANN, Milton Luiz (org.). Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003. CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, [1999]. (A era da informação : economia, sociedade e cultura (Fundação Calouste Gulbenkian, 1). PUTNAM, Robert D; LEONARDI, Robert; NANETTI, Raffaella. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. SEN, Amartya Kumar. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2000. VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES. (10)			
ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo (org.). Razões e ficções do desenvolvimento. São Paulo: Editora UNESP; Edusp, 2001. BECATTINI, Giacomo. Os Distritos Industriais da Itália. Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. BENKO, Georges. Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. CALIXTRE, André B.; BIANCARELLI, André M.; CINTRA, Marcos A. M. (org.). Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro. Brasília: IPEA, 2014. CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura: fim de Milênio. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v. 3. CHAUI, Marilena; SANTOS, Boaventura de Sousa. Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2013. DELGADO, Mauricio Godinho; PORTO, Lorena Vasconcelos (org.). O estado de bem-estar social no século XXI. São Paulo, SP: LTr, 2007. ETGES, Virginia Elisabeta; CADONÁ, Marco André, (org.). Globalização em tempos de regionalização: repercussões no território. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2016. HOBSBAWM, E. J. Era dos extremos: o breve século XX : 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. IGLIORI, D. Economia dos Clusters Industriais e Desenvolvimento. São Paulo: Iglu, 2001. POCHMANN, M. (org.). Reestruturação produtiva: perspectivas de			



desenvolvimento local com inclusão social. Petrópolis: Vozes, 2004.
VIZENTINI, Paulo F. (org.). **A grande crise**: a nova (des)ordem internacional dos anos 80 aos 90. Petrópolis: Vozes, 1992.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS612	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA I	5	75
EMENTA			
Visão geral da administração financeira. Análise das demonstrações contábeis. Análise financeira. Análise patrimonial. Análise econômica. Estudo da eficiência operacional da empresa. Análise da receita e do custo. Desempenho operacional e alavancagem. Decisões financeiras de investimentos de longo prazo.			
OBJETIVO			
Desenvolver a teoria e a prática do uso das modernas técnicas de gerenciamento financeiro de curto prazo, aprofundando-se nas análises que possibilitam avaliar e acompanhar a gestão financeira empresarial, necessárias ao processo de tomada de decisão.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRAGA, Roberto. Fundamentos e técnicas de administração financeira . São Paulo: Atlas, c1988. GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira . 12. ed. São Paulo: Pearson Education, 2010. LEMES JÚNIOR, Antônio Barbosa; RIGO, Claudio Miessa; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo. Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras . 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2010. MATARAZZO, Dante Carmine. Análise financeira de balanços: abordagem gerencial . 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010. ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph; JORDAN, Bradford D. Princípios de administração financeira . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000. ROSS, Stephen A. Administração financeira . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ARAÚJO, Adriana Maria Procópio de; ASSAF NETO, Alexandre. A contabilidade tradicional e a contabilidade baseada em valor. Revista Contabilidade & Finanças , v. 14, n. 33, p. 16-32, 2003. ASSAF NETO, Alexandre. A dinâmica das decisões financeiras. Caderno de estudos , n. 16, p. 01-17, 1997. CASAROTTO FILHO, Nelson; KOPITTKE, Bruno Hartmut. Análise de investimentos: matemática financeira, engenharia econômica, tomada de decisão, estratégia empresarial . 11. ed. São Paulo: Atlas, c1994. DAMODARAN, Aswath. Avaliação de investimentos: ferramentas e técnicas para a determinação do valor de qualquer ativo . 2. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2010. SANTOS, Ariovaldo dos; NOVA, Silvia Pereira de Castro Casa. Proposta de um modelo estruturado de análise de demonstrações contábeis. RAE-eletrônica , v. 4, n. 1, 2005. SANTOS, Elieber Mateus dos; PAMPLONA, Edson de Oliveira. Teoria das Opções Reais: uma atraente opção no processo de análise de investimentos. Revista de Administração-RAUSP , v. 40, n. 3, 2005. SANVICENTE, Antonio Zoratto. Administração financeira . 3. ed. São Paulo: Atlas, 1987. SAVYTZKY, Taras. Análise de balanços: método prático . 6. ed., rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2010. SILVA, José Pereira da. Análise financeira das empresas . 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012.			



SILVA, José Pereira da. **Gestão e análise de risco de crédito**. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS613	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO I	5	75
EMENTA			
Evolução do pensamento estratégico. Teoria dos jogos. Escolas da estratégia. Teoria do processo de planejamento estratégico.			
OBJETIVO			
Proporcionar visão geral da administração estratégica, para a formulação, escolha e implantação de estratégias competitivas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. Planejamento estratégico: fundamentos e aplicações . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. FIANI, Ronaldo. Teoria dos jogos: com aplicações em economia, administração e ciências sociais . 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. MINTZBERG, Henry et al. O processo da estratégia: conceitos, contexto e casos selecionados . 4. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2006. MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce W; LAMPEL, Joseph. Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico . 2. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2010. PORTER, Michael E. Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior . 25. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, c1989. WRIGHT, Peter L; KROLL, Mark J; PARNELL, John A. Administração estratégica: conceitos . São Paulo: Atlas, 2000.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ANSOFF, H. Igor. Administração estratégica . São Paulo: Atlas, 1983. CERTO, Samuel C. et al. Administração estratégica: planejamento e implantação de estratégias . 3.ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010. CLEGG, Stewart; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R; CALDAS, Miguel P; FACHIN, Roberto Costa; FISCHER, Tânia (org). Handbook de estudos organizacionais: volume 1: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais . São Paulo, SP: Atlas, 1999. JÚLIO, Carlos Alberto. A arte da estratégia: pense grande, comece pequeno e cresça rápido! Rio de Janeiro, RJ: Elsevier: Campus, 2005. KIM, W. Chan; MAUBORGNE, Renée. A estratégia do oceano azul: como criar novos mercados e tornar a concorrência irrelevante . 20. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005. MINTZBERG, Henry. Criando organizações eficazes: estruturas em cinco organizações . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003. PORTER, Michael E. Estratégia competitiva: [técnicas para análise de indústrias e da concorrência] . Rio de Janeiro: Campus, 2004. PUGLIESI, Heloisa Sarzana Sunzi; (trad.). A arte da guerra: por uma estratégia perfeita . São Paulo, SP: Madras, 2004. TAVARES, Mauro Calixta. Gestão estratégica . 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010. WAGNER, John A.; HOLLENBECK, John R. Comportamento organizacional: criando vantagem competitiva . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS614	GESTÃO DE CUSTOS	5	75
EMENTA			
Introdução à teoria geral de custos: da contabilidade geral à gerencial. Terminologia aplicável a custos. Classificação dos custos. Métodos e Sistemas de Custos. Sistemas de Produção. Custos para controle e tomada de decisões. Margem de contribuição. Comportamento dos custos. Ponto de equilíbrio. Aspectos técnicos e práticos de sistemas de custos.			
OBJETIVO			
Habilitar o aluno do curso de administração a calcular o custo dos produtos e serviços utilizando diferentes metodologias e em diferentes segmentos econômicos, visualizando-o como um importante instrumento no processo controle e tomada de decisões.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
HANSEN, Don R.; MOWEN, Maryanne M. Gestão de custos : contabilidade e controle. São Paulo: Pioneira, c2001. IUDÍCIBUS, Sérgio de; MELLO, Gilmar Ribeiro de. Análise de custos : uma abordagem quantitativa. São Paulo: Atlas, 2013. LEONE, George Sebastião Guerra. Curso de contabilidade de custos . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010. MAHER, Michael. Contabilidade de Custos : criando valor para a administração. São Paulo: Atlas, 2001. MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. SOUZA, Alceu; CLEMENTE, Ademir. Gestão de custos : aplicações operacionais e estratégicas: exercícios resolvidos e propostos com utilização do EXCEL. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BORNIA, Antonio Cezar. Análise gerencial de custos : aplicação em empresas modernas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. BRIMSON, James A. Contabilidade por atividades : uma abordagem de custeio baseado em atividades. São Paulo: Atlas, 1996. DANTAS FILHO, Jerônimo Vieira. Gestão de Custos na Piscicultura no Município de Presidente Médici – Rondônia – Brasil. Revista ABCustos , São Leopoldo: Associação Brasileira de Custos, v. 12, n. 2, p. 29-53, mai./ago. 2017. FIGUEIREDO, Lilian Mendes. Custo da regulação contábil no setor público brasileiro: aplicação do Standard Cost Model na adoção de IPSAS pelos ministérios federais . 2017. 84 f. Dissertação (Ciências Contábeis) - Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília (UnB), 2017. HERNANDEZ PEREZ JÚNIOR, José; OLIVEIRA, Luís Martins de; COSTA, Rogério Guedes. Gestão estratégica de custos : livro de exercícios. São Paulo: Atlas, 2001. IUDÍCIBUS, Sérgio de. Contabilidade gerencial . 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998. NAKAGAWA, Masayuki. ABC : custeio baseado em atividades. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001. OLIVEIRA FILHO, João B.; NERGER, Rodrigo. Gestão de custos em empresas de agronegócios das culturas de soja e milho no cerrado brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 11., 2004, Porto Seguro. Anais eletrônicos... Disponível em: < https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/download/2250/2250 >. Acesso em: 02 mai. 2018.			



SANTOS, Joel José dos. **Fundamentos de custos para formação do preço e do lucro**. 5. ed., rev, ampl. e mod. São Paulo: Atlas, c2005.

SÖTHER, Ari; GUBIANI, Clésia A.; MARX, Fernando. Costing system in agro industries: An application of cost management in a small winery. In: CONTECSI - Conferência Internacional sobre Sistemas de Informação e Tecnologia de Gestão, 9., 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2012. CD-ROM. Disponível em: <http://www.tecsi.fea.usp.br/9contecsi/index.php/envio/article/view/9CONTECSI2012%2FRF-543>. Acesso em: 10 mar. 2018.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS615	PESQUISA OPERACIONAL	4	60
EMENTA			
Introdução histórica e conceitual sobre a pesquisa operacional. Modelagem e programação linear. Estruturação e resolução de modelos lineares. Programação utilizando planilhas e sistematizações eletrônicas.			
OBJETIVO			
Prover os alunos de conhecimentos sobre os conceitos básicos da Pesquisa Operacional, os métodos para resolução de problemas empresariais, bem como a utilização de planilhas eletrônicas para cálculos de otimização (maximização e minimização) aplicados a diversas áreas de negócios.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ARENALES, Marcos Nereu. Pesquisa operacional: [para cursos de engenharia]. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2007.			
ANDRADE, Eduardo Leopoldino de. Introdução à pesquisa operacional: métodos e modelos para análise de decisões. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Gen, 2009.			
CAIXETA-FILHO, José Vicente. Pesquisa operacional: técnicas de otimização aplicadas a sistemas agroindustriais. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.			
LOESCH, Cláudio; HEIN, Nelson. Pesquisa Operacional: fundamentos e modelos. São Paulo: Saraiva, 2009.			
LACHTERMACHER, Gerson. Pesquisa operacional na tomada de decisões. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.			
SOUTO-MAIOR, Cesar Duarte; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Pesquisa operacional. Florianópolis, SC: UFSC, Departamento de Ciências da Administração, 2009.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
ABENSUR, Eder Oliveira. Pesquisa Operacional para cursos de engenharia de produção. São Paulo: Blucher, 2018.			
BARBOSA, Marcos Antonio; ZANARDINI, Ricardo Alexandre Deckmann. Iniciação à Pesquisa Operacional no ambiente de gestão. 3 ed. São Paulo: Intersaberes, 2015.			
BELFIORE, P; FÁVERO, L.P. Pesquisa Operacional: para cursos de administração, contabilidade e economia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.			
COLIN, Emerson Carlos. Pesquisa operacional: 170 aplicações em estratégia, finanças, logística, produção, marketing e vendas. Rio de Janeiro, RJ: Gen, 2007.			
HILLIER, F.; LIEBERMAN, G. Introdução à Pesquisa Operacional. 9. ed. Porto Alegre, RS: McGraw-Hill, 2013.			
LONGARAY, André Andrade. Introdução à pesquisa operacional. São Paulo, SP: Saraiva, 2014.			
MUROLO, Afrânio Carlos; SILVA, Elio Medeiros da; SILVA, Ermes Medeiros da; GONÇALVES, Valter. Pesquisa Operacional: para os cursos de administração e engenharia. 5. ed. São Paulo, Atlas, 2017.			
SILVA, Ermes Medeiros. Pesquisa Operacional: programação linear – Simulação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.			
TAHA, Hamdy A. Pesquisa operacional. 8. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2008.			
VIRGILITO, Salvatore Benito. Pesquisa Operacional. São Paulo, SP: Saraiva, 2017.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS616	ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS	4	60
EMENTA			
Conceitos de Administração de Materiais. Funções e objetivos da Administração de Materiais. Normalização de Materiais: classificação e especificação de materiais. Análise de Valor. Compras: informações básicas, cadastro de fornecedores, análise de propostas, negociação e follow-up. Gestão de estoque, sistemas básicos de estocagem, movimentação e manuseio de materiais no recebimento, processamento e distribuição.			
OBJETIVO			
Apresentar ferramentas da administração de materiais visando à competência técnica na gestão de materiais na empresa e eficácia na logística de recepção, manuseio e distribuição desses materiais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ARNOLD, J. R. Tony. Administração de materiais : uma introdução. São Paulo: Atlas, 1999. DIAS, Marco Aurélio P. Administração de materiais : uma abordagem logística. São Paulo: Atlas, 5. ed. 2010. DIAS, Marco Aurélio P. Administração de materiais : princípios, conceitos e gestão. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes. Administração de materiais . 3. ed. São Paulo: Elsevier, 2010. MARTINS, Petrônio C.; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de materiais e recursos patrimoniais . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. VIANA, João José. Administração de materiais : um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2000.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALVARENGA, Antônio Carlos; NOVAES, Antônio Galvão. Logística aplicada : suprimento e distribuição física. 3 ed. São Paulo: Blucher, 2000. BATALHA, Mário Otávio; (Coord.) GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS AGROINDUSTRIAIS. Gestão agroindustrial . 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2007. v. 2 BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos/logística empresarial . 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. BALLOU, R. Logística Empresarial : transportes, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Editora Atlas, 1993. GAITHER, N.; FRAZIER, G. Administração de produção e operações . 8. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2002. MARTINS, Petrônio G; LAUGENI, Fernando P. Administração da produção . 2. ed. rev, ampl. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, c2005. MOREIRA, Daniel Augusto. Administração da produção e operações . 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2008. NOVAES, Antonio Galvão; NOVAES, Antônio G. N. Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição : estratégia, operação e avaliação. 3. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. POZO, Hamilton. Administração de recursos materiais e patrimoniais : uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. Administração da produção . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS617	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO: METODOLOGIAS DE ANÁLISE	4	60
EMENTA			
Conceitos básicos relacionados a indicadores sociais e econômicos. Metodologias de análise de indicadores de desenvolvimento socioeconômico. Discussão de Indicadores de desenvolvimento socioeconômico do mundo. Comparativo entre indicadores, locais, nacionais e internacionais.			
OBJETIVO			
Possibilitar aos futuros administradores conhecimento sobre algumas das principais metodologias, de indicadores de desenvolvimento socioeconômico, utilizadas local, nacional e internacionalmente.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CARLEY, Michael. Indicadores sociais: teoria e prática . Rio de Janeiro: Zahar, 1985. FEIJÓ, Ricardo Luis Chaves. História do pensamento econômico: de Lao Zi a Robert Lucas . 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2007. JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações . 6. ed., rev. e ampl. Campinas, SP: Alínea, 2017. SCHUMPETER, Joseph A. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico . Tradução: Maria Silvia Possas. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. SOUZA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento econômico . 6. ed. rev. São Paulo, SP: Atlas, 2012. SEN, Amartya Kumar. Desenvolvimento como liberdade . São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
FURTADO, Celso. Teoria e política do desenvolvimento econômico . São Paulo: Abril Cultural, 2000. GIAMBIAGI, Fabio. Brasil, raízes do atraso: paternalismo versus produtividade . Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, Mark. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica . 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, c2013. JANNUZZI, Paulo Martino de.; CAVATI So., H. Informação econômica no Sistema Estatístico Brasileiro . Rio de Janeiro, 2005. (mimeo). JANUZZI, Paulo Martino de; PATARRA, N. Manual para Capacitação em Indicadores Sociais nas Políticas Públicas e em Direitos Humanos . São Paulo: Oficina Editorial, 2006. KILSZTAIN, Samuel. Paridade de poder de compra, renda per capita e outros indicadores econômicos . Pesquisa & Debate, São Paulo, v.11, n.2(18), p.93-102, 2000. PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de, (org). Manual de introdução à economia . São Paulo: Saraiva, 2006. VEIGA, José Eli da. Meio ambiente & desenvolvimento . 2. ed. São Paulo: SENAC/SP, 2006. VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI . Rio de Janeiro: Garamond, 2010. VEIGA, José Eli da; ZATZ, Lia. Desenvolvimento sustentável: que bicho é esse? Campinas, SP: Autores Associados, 2008.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS618	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA II	5	75
EMENTA			
Capital de giro. Administração do disponível. Administração de valores a receber. Administração e avaliação da decisão de estocar. Fontes de financiamento a curto prazo. Gestão baseada em valor.			
OBJETIVO			
Desenvolver conhecimentos que permitam a administração financeira de curto prazo, bem como dos métodos de avaliação de investimento e sua utilidade na tomada de decisão.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRAGA, Roberto. Fundamentos e técnicas de administração financeira . São Paulo: Atlas, c1988.			
GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira . 12. ed. São Paulo: Pearson Education, 2010.			
GROPPELLI, Angelico A.; NIKBAKHT, Ehsan. Administração financeira . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.			
LEMES JÚNIOR, Antônio Barbosa; RIGO, Claudio Miessa; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo. Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras . 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2010.			
ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph; JORDAN, Bradford D. Princípios de administração financeira . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.			
ROSS, Stephen A. Administração financeira . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ARAÚJO, Adriana Maria Procópio de; ASSAF NETO, Alexandre. A contabilidade tradicional e a contabilidade baseada em valor. Revista Contabilidade & Finanças , v. 14, n. 33, p. 16-32, 2003.			
BRITO, Giovani Antonio Silva; CORRAR, Luiz J.; BATISTELLA, Flávio Donizete. Fatores determinantes da estrutura de capital das maiores empresas que atuam no Brasil. Revista Contabilidade & Finanças , v. 18, n. 43, p. 9-19, 2007.			
GIANESI, Irineu Gustavo Nogueira; DE BIAZZI, Jorge Luiz. Gestão estratégica dos estoques. Revista de Administração , v. 46, n. 3, p. 290-304, 2011.			
MARQUES, José Augusto Veiga da Costa; BRAGA, Roberto. Análise dinâmica do capital de giro: o modelo Fleuriet. Revista de Administração de Empresas , v. 35, n. 3, p. 49-63, 1995.			
MONTEIRO, Andréa Alves Silveira. Fluxos de caixa e capital de giro: uma adaptação do modelo de Fleuriet. Pensar Contábil , v. 6, n. 20, 2015.			
SÁ, Carlos Alexandre. Fluxo de caixa: a visão da tesouraria e da controladoria . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.			
SANTOS, Lucas Maia dos; MARQUES FERREIRA, Marco Aurélio; RODRIGUES DE FARIA, Evandro. Gestão financeira de curto prazo: características, instrumentos e práticas adotadas por micro e pequenas empresas. Revista de Administração da UNIMEP , v. 7, n. 3, 2009.			
SANVICENTE, Antonio Zoratto. Administração financeira . 3. ed. São Paulo: Atlas, 1987.			
SILVA, José Pereira da. Análise financeira das empresas . 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012.			
SILVA, José Pereira da. Gestão e análise de risco de crédito . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS619	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO II	4	60
EMENTA			
Elaboração do planejamento estratégico: visão geral da empresa, diagnóstico estratégico externo e interno, construção de cenários, formulação, execução e análise da estratégia.			
OBJETIVO			
Capacitar o administrador para conduzir o planejamento e elaborar um plano estratégico organizacional.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de. Manual de planejamento estratégico . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
CASAROTTO FILHO, Nelson. Elaboração de projetos empresariais: análise estratégica, estudo de viabilidade e plano de negócio . São Paulo: Atlas, 2009.			
CERTO, Samuel C. et al. Administração estratégica: planejamento e implantação de estratégias . 3.ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.			
CHIAVENATO, Idalberto. Planejamento estratégico . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.			
OLIVEIRA, Djalma de Pinto Rebouças. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas . São Paulo: Atlas, 2001.			
PEREIRA, Maurício Fernandes. Planejamento estratégico: teorias, modelos e processos: volume 1 . São Paulo: Atlas, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
ANSOFF, H. Igor, McDONNEL, Edward J. Implantando a administração estratégica . São Paulo: Atlas, 1992.			
GOLDE, Roger A. Planejamento prático para pequenas empresas . São Paulo: Nova Cultural, 1987.			
GHOSHAL, Sumantra; BARROS, Betânia Tanure de. Estratégia e gestão empresarial: construindo empresas brasileiras de sucesso: estudos de casos . Rio de Janeiro, RJ: Campus, 2004.			
LORANGE, Peter; VANCIL, R. F. Como projetar um sistema de planejamento estratégico . São Paulo: Nova Cultural, 1987.			
KICH, Juliane Ines Di Francesco; PEREIRA, Maurício Fernandes. Planejamento estratégico: os pressupostos básicos para uma implantação eficaz . São Paulo: Atlas, 2011. v.2			
MARCIAL, Elaine Coutinho; GRUMBACH, Raul José dos Santos. Cenários prospectivos: como construir um futuro melhor . 5. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2008.			
MINTZBERG, Henry et al. O processo da estratégia: conceitos, contexto e casos selecionados . 4. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2006.			
TAVARES, Mauro Calixta. Gestão estratégica . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
VALERIANO, Dalton L. Gerenciamento estratégico e administração por projetos . São Paulo: Makron Books, c2001.			
WRIGHT, Peter L; KROLL, Mark J; PARNELL, John A. Administração estratégica: conceitos . São Paulo: Atlas, 2000.			



Código	Componente Curricular	Créditos	Horas
GCS620	EMPREENDEDORISMO	04	60
Ementa			
Fundamentos conceituais da teoria do empreendedorismo. A articulação dos conceitos de empreendedorismo com a Administração. Formação empreendedora. A visão, o <i>networking</i> , o modelo, a aprendizagem e o plano de negócio. O papel do empreendedor nas organizações e sociedade.			
Objetivo			
Oportunizar aos discentes interpretações teóricas sobre empreendedorismo e sua importância para a administração em diversas organizações.			
Referência Básica			
CASAROTTO FILHO, Nelson. Elaboração de projetos empresariais: análise estratégica, estudo de viabilidade e plano de negócio. São Paulo: Atlas, 2009.			
CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. 4. ed. São Paulo: Manole, 2012.			
DOLABELA, Fernando. O segredo de Luísa: uma ideia, uma paixão e um plano de negócios : como nasce o empreendedor e se cria uma empresa. São Paulo: Sextante, 2008.			
DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando idéias em negócios. 3. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 2008.			
DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando idéias em negócios. 4. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Campus: Elsevier, 2012.			
LENZI, Fernando César; KIESEL, Marcio Daniel; ZUCCO, Fabricia Durieux (org.). Ação empreendedora: como desenvolver e administrar o seu negócio com excelência. São Paulo: Gente, 2010.			
MENDES, Jerônimo. Manual do empreendedor: como construir um empreendimento de sucesso. São Paulo, SP: Atlas, 2008.			
Referência Complementar			
DORNELAS, José Carlos Assis. Plano de negócios: seu guia definitivo. 2. ed. São Paulo: Empreender, 2016.			
ETZKOWITZ, Henry; ZHOU, Chunyan. Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. Estudos Avançados. v. 31, n. 90, São Paulo, May/Aug. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ea/v31n90/0103-4014-ea-31-90-0023.pdf			
FERREIRA, Flavio Mangili; PINHEIRO, Camila Roberta Muniz Serra. Plano de Negócios Circular: instrumento de ensino de empreendedorismo e desenvolvimento do perfil empreendedor. Gestão e Produção[online]. 2018, v.25, n.4, pp.854-865. Epub 20-Ago-2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2018000400854&lng=pt&tlng=pt			
FONTENELE, Raimundo Eduardo Silveira. Empreendedorismo, Competitividade e Crescimento Econômico: Evidências Empíricas. Revista de Administração Contemporânea. Curitiba, v. 14, n. 6, art. 6, pp. 1094-1112, Nov./Dez. 2010. Disponível em: https://rac.anpad.org.br/index.php/rac/article/view/815/812			
FREIRE, Carlos Torres; MARUYAMA, Felipe Massami; POLLI, Marco. Inovação e empreendedorismo: Políticas públicas e ações privadas. Novos estudos. CEBRAP SÃO PAULO, v. 36.03, p. 51-76, nov. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/nec/v36n3/1980-5403-nec-36-03-51.pdf			
KURATKO, Donald F. Empreendedorismo - Teoria, Processo e Prática. 10 Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.			
OLIVEIRA, Edson Marques. Empreendedorismo social: da teoria à prática, do			



sonho à realidade. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Qualitymark, 2008.

ORSIOLLI, Thálita Anny Estefanuto; NOBRE, Farley Simon. Empreendedorismo Sustentável e *Stakeholders* Fornecedores: Criação de Valores para o Desenvolvimento Sustentável. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, art. 6, pp. 502-523, Jul./Ago. 2016. Disponível em: <https://rac.anpad.org.br/index.php/rac/article/view/1185/1181>

ROMA, Andréia; ARRUDA, Marli Chagas. **Networking & Empreendedorismo**. São Paulo: Leader, 2017.

VALE, Gláucia Maria Vasconcellos; CORRÊA, Victor Silva; REIS, Renato Francisco dos. Motivações para o Empreendedorismo: Necessidade Versus Oportunidade? **Revista de Administração Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, art. 4, pp. 311-327, Maio/Jun. 2014. Disponível em: <https://rac.anpad.org.br/index.php/rac/article/view/1037/1033>



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	DIREITOS E CIDADANIA	4	60
EMENTA			
Origens da concepção de cidadania: Grécia e Roma. O processo moderno de constituição dos direitos civis, políticos e sociais. Alcance e limites da cidadania burguesa. A tensão entre soberania popular e direitos humanos. Políticas de reconhecimento e cidadania. Relação entre Estado, mercado e sociedade civil na configuração dos direitos. Direitos e cidadania no Brasil na Constituição de 1988: a) Direitos políticos; b) Direito à saúde; c) Direito à educação; d) Financiamento dos direitos fundamentais no Brasil. A construção de um conceito de cidadania global			
OBJETIVO			
Permitir ao estudante uma compreensão adequada acerca dos interesses de classe, das ideologias e das elaborações retórico-discursivas subjacentes à categoria cidadania, de modo possibilitar a mais ampla familiaridade com o instrumental teórico apto a explicar a estrutural ineficácia social dos direitos fundamentais e da igualdade pressuposta no conteúdo jurídico-político da cidadania na modernidade			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BOBBIO, Norberto. A era dos direitos . Rio de Janeiro: Campus, 2004 CARVALHO, José Murilo. Desenvolvimento da cidadania no Brasil . México: Fundo de Cultura Econômica, 1995. HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais . 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2009. MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status . Rio de Janeiro: Zahar, 1967. MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel, 1843 . 2. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2010. TORRES, Ricardo Lobo (org.). Teoria dos direitos fundamentais . 2. ed., rev. atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BRASIL. Constituição da República Brasileira . Brasília, 1988. CAMPOS, Gastão Wagner de Souza et al. (org.). Tratado de saúde coletiva . São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006. DAL RI JÚNIOR, Arno; OLIVEIRA, Odete Maria de (org.). Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas nacionais, regionais, globais . 2. ed. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2003. FINKELMAN, Jacobo (org.). Caminhos da Saúde Pública no Brasil . Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. HABERMAS, Jürgen. A inclusão do outro: estudos de teoria política . São Paulo: Loyola, 2002 IANNI, Octavio. A sociedade global . 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. LOSURDO, Domenico. Democracia e Bonapartismo . São Paulo: Editora UNESP, 2004. REZENDE, A. L. M. de. Saúde, dialética do pensar e do fazer . 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989. SAES, Décio Azevedo. Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania . Disponível em: http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/16saes.pdf . SANTOS, Wanderley G. Cidadania e justiça . Rio de Janeiro: Campus, 1977. SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional . 10. ed., rev. atual. ampl. São Paulo: Livraria do Advogado, 2011.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS621	PROJETO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	4	60
EMENTA			
Apresentação do Regulamento do Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (PTCC) e do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em Administração – Bacharelado, <i>Campus Cerro Largo</i> . Elaboração de PTCC: tema, problema, objetivos, justificativa, referencial teórico, metodologia, cronograma e referências bibliográficas.			
OBJETIVO			
Capacitar o discente na elaboração do Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.			
PADILHA, Simone (coord.). Manual de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal da Fronteira Sul . . 2. ed. rev. e atual. Chapecó, SC: UFFS, 2015. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/pastas-ocultas/bd/pro-reitoria-de-graduacao/biblioteca/documentos/manual-de-trabalhos-academicos-2015.odf			
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica . 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Regulamento do Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (PTCC) e do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em Administração – Bacharelado . Cerro Largo, RS: UFFS, 2019.			
SANTOS, Antônio Raimundo dos. Metodologia científica: a construção do conhecimento . 7. ed. rev. (conforme NBR 14724:2005). Rio de Janeiro, RJ: Lamparina, 2007.			
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BASTOS, Cleverson Leite; KELLER, Vicente. Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica . 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, c1991.			
BELL, Judith. Projeto de pesquisa: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais . Porto Alegre, RS: Artmed: Bookman, 2008.			
COSTA, Sérgio Francisco. Método científico: os caminhos da investigação . São Paulo: HARBRA, 2001.			
DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo . 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.			
FOWLER, Floyd J. Pesquisa de levantamento . 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2011.			
GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, Pilar. Metodologia de pesquisa . 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.			
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico . 7.ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2013.			
MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas . 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
RUIZ, João Álvaro. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos . 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS622	PLANEJAMENTO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO	04	60
EMENTA			
Planejamento financeiro: conceitos e inter-relações com o planejamento organizacional. Orçamentos empresariais e demonstrações financeiras projetadas. Controle orçamentário e análise de variações orçamentárias.			
OBJETIVO			
Apresentação do processo de Planejamento Financeiro e análise dos principais componentes, identificando sua importância para empresa. Desenvolvimento de um sistema orçamentário, demonstrando a relevância para a organização.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FREZATTI, Fábio. Orçamento empresarial: planejamento e controle gerencial . 5. ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2009. LUNKES, Rogério João. Manual de orçamento . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007. MOREIRA, José Carlos. Orçamento empresarial: manual de elaboração . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002. SÁ, Carlos Alexandre. Fluxo de caixa: a visão da tesouraria e da controladoria . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012. SANVICENTE, Antonio Zoratto; SANTOS, Celso da Cunha. Orçamento na administração de empresas: Planejamento e controle . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995. WELSCH, Glenn A. Orçamento empresarial . 4. ed. São Paulo: Atlas, 1983.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BIN, Daniel; CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. Racionalidade e política no processo decisório: estudo sobre orçamento em uma organização estatal. Revista de Administração Contemporânea , v. 11, n. 3, p. 35-56, 2007. CALVO, I. P. et al. Orçamento empresarial . Rio de Janeiro: FGV, 2012. FREZATTI, F. Beyond budgeting: inovação ou resgate de antigos conceitos do orçamento empresarial? Revista de Administração de Empresas , v. 45, n. 2, p. 23-33, 2005. FREZATTI, Fábio et al. Críticas ao orçamento: problemas com o artefato ou a não utilização de uma abordagem abrangente de análise?. ASAA-Advances in Scientific and Applied Accounting , v. 3, n. 2, p. 190-216, 2013. LEITE, R. M. et al. Orçamento empresarial: levantamento da produção científica no período de 1995 a 2006. Revista Contabilidade & Finanças , v. 19, n. 47, p. 56-72, 2008. MERCHANT, Kenneth A. O modelo do sistema de orçamento corporativo: influências no comportamento e no desempenho gerencial. Revista de Contabilidade e Organizações , v. 1, n. 1, p. 107-124, 2007. MINARDI, Andrea Maria Accioly Fonseca; SAITO, Richard. Orçamento de capital. RAE-Revista de Administração de Empresas , v. 47, n. 3, p. 79-83, 2007. MUCCI, Daniel Magalhães; FREZATTI, Fábio; DIENG, Mamadou. As múltiplas funções do orçamento empresarial. Revista de Administração Contemporânea , v. 20, n. 3, p. 283-304, 2016. SOUZA, P.; LUNKES, R. J. Práticas de orçamento de capital: um estudo em empresas hoteleiras de Florianópolis (SC). Revista Universo Contábil , v. 9, n. 1, p. 28-45, 2013. VANZELLA, Cláide; LUNKES, Rogério João. Orçamento baseado em atividades: um estudo de caso em empresa distribuidora de energia elétrica. Contabilidade Vista & Revista , v. 17, n. 1, p. 113-132, 2009.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS623	LOGÍSTICA	5	75
EMENTA			
Conceitos e funções da logística. Cadeias de suprimentos e seus processos. Gestão da cadeia de suprimentos. O produto da logística e o serviço ao cliente. Tecnologia e sistemas de informação na logística. Organização e Controle da logística.			
OBJETIVO			
Viabilizar ao aluno os conhecimentos básicos de funcionamento e gerenciamento da cadeia de suprimentos, através da exposição e discussão de modelos e sistemas utilizados nas funções administrativas e logísticas, de maneira que ele perceba as inter-relações com as outras áreas da administração.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALVARENGA, Antônio Carlos; NOVAES, Antônio Galvão. Logística aplicada: suprimento e distribuição física. 3 ed. São Paulo: Blucher, 2000.			
BALLOU , Ronald H. Logística empresarial: transportes, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Atlas, 1993.			
BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos/logística empresarial. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.			
DIAS, Marco Aurélio P. Administração de materiais: uma abordagem logística. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
NOVAES, Antonio Galvão; NOVAES, Antônio G. N. Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição: estratégia, operação e avaliação. 3. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.			
POZO, Hamilton. Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
ARNOLD, J. R. Tony. Administração de materiais: uma introdução. São Paulo: Atlas, 1999.			
BATALHA, Mário Otávio (Coord.). Gestão agroindustrial: GEPAI : Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009. v.2			
GAITHER, Norman; FRAZIER, Greg. Administração da produção e operações. 8. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.			
GONÇALVES, Paulo S. Administração de materiais: obtendo vantagens competitivas. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.			
MARTINS, Petrônio G.; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de materiais e recursos patrimoniais. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.			
MARTINS, Petrônio G; LAUGENI, Fernando P. Administração da produção. 2. ed. rev, ampl. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, c2005.			
MOREIRA, Daniel Augusto. Administração da produção e operações. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2008.			
SIMCHI-LEVI, David; KAMINSKY, Philip; SIMCHI-LEVI, Edith. Cadeia de suprimentos: projeto e gestão : conceitos, estratégias e estudos de caso. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.			
SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. Administração da produção. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
VIANA, João José. Administração de materiais: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2000.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS624	DIREITO TRIBUTÁRIO E DO TRABALHO	5	75
EMENTA			
Histórico do Sistema Tributário Constitucional Brasileiro. Princípios do Direito Tributário. Espécies tributárias. Obrigação tributária. Fato Gerador. Lançamento. Crédito Tributário. Competências. Tributos. Estudo do Direito do Trabalho. Relação jurídica do emprego: sujeitos. Contrato de trabalho: formação e extinção. Regulamentação trabalho (duração da jornada, proteção ao trabalho do menor, mulher e trabalhador nacional, repouso semanal, FGTS e férias). Noções de Direito Coletivo de Trabalho. Estabilidade no emprego. Participação dos empregados nos lucros da empresa. Organização Sindical.			
OBJETIVO			
Analisar as contribuições do Direito Tributário e do Trabalho para a formação em Administração.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CARAZZA, Roque A. Curso de Direito Constitucional Tributário . São Paulo: Malheiros, 2014. CARVALHO, Paulo Barros de. Curso de Direito Tributário . 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário . São Paulo: Malheiros, 2014. MAGANO, Octávio Bueno. Manual de Direito do Trabalho . São Paulo: LTr, 2010. NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho . São Paulo: Saraiva, 2009. OLIVEIRA, João Rezende Almeida; COSTA, Tágory Figueiredo Martins; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Instituições de direito público e privado . Florianópolis, SC: UFSC, Departamento de Ciências da Administração, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ANDRADE FILHO, E. O. Imposto de renda das empresas : inclui contribuições sobre o lucro e as receitas devidas pelas empresas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007. BARROS, Alice Monteiro. Contratos e regulamentações especiais do trabalho . São Paulo: LTr, 2002. BRANDAO, Carlos Antônio. Crise e rodadas de neoliberalização: impactos nos espaços metropolitanos e no mundo do trabalho no Brasil. <i>Cad. Metrop. [online]</i> . 2017, v.19, n.38, pp.45-69. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2017-3802 . CARVALHO, Paulo Barros de. Curso de Direito Tributário . 25.ed. São Paulo: Saraiva, 2013. HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário . 19. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2010. JARDIM, Eduar do Marcial Ferreira. Manual de Direito Financeiro e tributário . 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho . São Paulo, Atlas, 2011. MARTINS, Sérgio Pinto. Direito Processual do Trabalho . São Paulo, Atlas, 2011. PESSOA, Leonel Cesarino; COSTA, Giovane da and MACCARI, Emerson Antonio. As micro e pequenas empresas, o Simples Nacional e o problema dos créditos de ICMS. <i>Rev. direito GV [online]</i> . 2016, v.12, n.2, pp.345-363. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/2317-6172201614 . SANTOS, Marisa Ferreira dos. Direito Previdenciário Esquemático . São Paulo:			



Saraiva, 2011.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS625	GESTÃO DE TECNOLOGIAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	4	60
EMENTA			
Gestão de Tecnologias de Informação. Sistemas de Informação: conceitos e gerenciamento. Estratégias de Web. Tecnologias sem fio. Mídias Sociais. Questões éticas e sociais na empresa digital.			
OBJETIVO			
Proporcionar ao administrador o conhecimento de uma perspectiva realista dos sistemas de informação, bem como de ferramentas tecnológicas que auxiliam na dinamização dos processos gerenciais e decisórios das organizações.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. Administração de serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação. 7. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2014.			
LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. Sistemas de informações gerenciais . 11. ed. Rio de Janeiro: Pearson Education, 2015.			
LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática . 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Ed. 34, 2010.			
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas de informações gerenciais: estratégias, táticas, operacionais . 14. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011.			
RAINER JR., R. Kelly; CEGIELSKI, Casey G. Introdução a sistemas de informação: apoiando e transformando negócios na era da mobilidade . Rio de Janeiro, RJ: Elsevier: Campus, c2012.			
REZENDE, Denis Alcides; ABREU, Aline França de. Tecnologia da informação: aplicada a sistemas de informação empresariais . 8. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
ALBUQUERQUE, Jader Cristiano Magalhães de; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Sistemas de informação e comunicação no setor público . Florianópolis, SC: UFSC, Departamento de Ciências da Administração, 2011.			
ANTONIO, João. Informática para concursos: teoria e questões . 5. ed., rev. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2013.			
CORNACHIONE JUNIOR, Edgard Bruno. Informática aplicada às áreas de contabilidade, administração e economia . 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012.			
ELEUTERIO, Marco Antonio Masoller. Sistemas de informações gerenciais na atualidade . Curitiba: Intersaberes, 2015.			
O'BRIEN, J.A. Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da Internet . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.			
POLLONI, Enrico Giulio Franco. Administrando sistemas de informação . São Paulo, SP: Futura, 2000.			
REZENDE, Denis Alcides. Planejamento de sistemas de informação e informática: guia prático para planejar a tecnologia da informação integrada ao planejamento estratégico das organizações . 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011.			
SANTOS, Aldemar de Araújo. Informática na empresa . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
STAIR, Ralph M.; REINOLDS, George W. Princípios de sistemas de informação . 11. ed. Rio de Janeiro: Cengage Learning, 2016.			



TURBAN, E.; VOLONINO, L. **Tecnologia da informação para gestão**: em busca de um melhor desempenho estratégico e operacional. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO SOCIAL	4	60
EMENTA			
Cultura e processos sociais: senso comum e desnaturalização. As origens da Sociologia e o Positivismo. Os clássicos da Sociologia: Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber. Temas contemporâneos.			
OBJETIVO			
Proporcionar aos estudantes os instrumentos conceituais e metodológicos que lhes permitam analisar científica e criticamente os fenômenos sociais, políticos e culturais			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
DURKHEIM, Émile; RODRIGUES, José Albertino (org). Émile Durkheim: sociologia . 9. ed. São Paulo: Ática, 2008. 208 p. (Coleção grandes cientistas sociais ; 1).			
LALLEMENT, Michel. História das idéias sociológicas: das origens a Max Weber . 4. ed. Petrópolis: Vozes 2008. v.1 -			
LEVINE, Donald N. Visões da tradição sociológica . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.			
MARTINS, Carlos B. O que é sociologia . São Paulo: Brasiliense, 1982.			
MARX, Karl. Karl Marx: Sociologia .. São Paulo: Ática, 1982. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).			
WEBER, Max. Marx Weber: Sociologia . Tradução: Amélia Cohn e Gabriel Cohn. 2. ed. São Paulo: Atica, 1982.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
COMTE, Augusto. Comte . 3. ed. São Paulo: Ática, 1989. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).			
CORCUFF, Philippe. As novas sociologias: construções da realidade social . Bauru: EDUSC, 2001.			
DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico . 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.			
GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas . Rio de Janeiro, RJ: Gen: LTC, c1989.			
GIDDENS, Anthony. Sociologia . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. (Biblioteca Artmed. Sociologia da educação).			
MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política . São Paulo: Martins Fontes, 2003.			
OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, T. B.; CABRAL, Álvaro, (trad.). Dicionário do pensamento social do século xx . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.			
SELL, Carlos Eduardo. Introdução à sociologia política: política e sociedade na modernidade tardia . Petropolis: Vozes, 2006.			
SIMMEL, Georg. Georg Simmel: sociologia . Evaristo de Moraes Filho (org.). São Paulo: Ática, 1983.			
WEBER, Max; GERTH, H.H; MILLS, C. Wright. Ensaio de sociologia . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS626	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	7	105
EMENTA			
Elaboração de Trabalho de conclusão de curso de acordo com as normas do Regulamento do Projeto de trabalho de conclusão de curso (PTCC) e do Trabalho de conclusão de curso (TCC) do curso de Administração, <i>Campus Cerro Largo</i> , acompanhado e orientado por professor. Apresentação do Trabalho de conclusão de curso perante banca examinadora em sessão pública.			
OBJETIVO			
Capacitar o discente na elaboração do Trabalho de conclusão de curso.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.			
PADILHA, Simone (coord.). Manual de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal da Fronteira Sul . . 2. ed. rev. e atual. Chapecó, SC: UFFS, 2015. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/pastas-ocultas/bd/pro-reitoria-de-graduacao/biblioteca/documentos/manual-de-trabalhos-academicos-2015.odf			
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica . 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Regulamento do Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (PTCC) e do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em Administração – Bacharelado . Cerro Largo, RS: UFFS, 2019.			
SANTOS, Antônio Raimundo dos. Metodologia científica: a construção do conhecimento . 7. ed. rev. (conforme NBR 14724:2005). Rio de Janeiro, RJ: Lamparina, 2007.			
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BASTOS, Cleverson Leite; KELLER, Vicente. Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica . 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, c1991.			
BELL, Judith. Projeto de pesquisa: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais . Porto Alegre, RS: Artmed: Bookman, 2008.			
COSTA, Sergio Francisco. Método científico: os caminhos da investigação . São Paulo: HARBRA, 2001.			
FERRAREZI JUNIOR, Celso. Guia do trabalho científico: do projeto à redação final: monografia, dissertação e tese . São Paulo: Contexto, 2011.			
FOWLER, Floyd J. Pesquisa de levantamento . 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2011.			
GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, Pilar. Metodologia de pesquisa . 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.			
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico . 7.ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2013.			
MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas . 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
RUIZ, João Álvaro. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos . 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS627	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	6	90
EMENTA			
Instrumentalização quanto às normativas de estágio nacional e institucional. Orientações quanto ao planejamento, acompanhamento e execução das atividades desenvolvidas no ambiente de estágio.			
OBJETIVO			
Proporcionar familiarização do discente com vivências empíricas da realidade administrativa, propondo uma análise crítica do objeto de estágio.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRASIL. Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Regulamento de Estágio da Universidade Federal da Fronteira Sul. Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Graduação em Administração, <i>Campus Cerro Largo</i> Resolução de Estágios da UFFS.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
PADILHA, Simone (coord.). Manual de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal da Fronteira Sul . . 2. ed. rev. e atual. Chapecó, SC: UFFS, 2015. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/pastas-ocultas/bd/pro-reitoria-de-graduacao/biblioteca/documentos/manual-de-trabalhos-academicos-2015.odf			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS628	FUNDAMENTOS SOCIOANTROPOLÓGICOS	4	60
EMENTA			
O ser humano em sua relação com a cultura, o trabalho e a sociedade. A formação do Brasil no contexto das Nações modernas: processos de povoamento e repovoamento, matrizes de formação do povo brasileiro (nativos, africanos, europeus), diversidade cultural, identidade nacional, conflitos, desigualdades e cidadania. O mundo do trabalho em seus sentidos, formas, modelos e possibilidades.			
OBJETIVO			
Compreender os processos socioculturais que conformam a sociedade brasileira, em suas relações com o contexto das formações sociais modernas, as tendências do mundo do trabalho e os desafios da realidade atual.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho : ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000. CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil : o longo caminho. 17. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2013. DAMATTA, Roberto. Relativizando : uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 2010. FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala : formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil . São Paulo: Cia da Letras, 1995. RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro : a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
ARENDDT, Hannah. A condição humana . 11. ed., rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. CASTRO, Josué de. Geografia da fome : o dilema brasileiro: pão ou aço. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. CUNHA, Euclides da. Os sertões . São Paulo: Editora Três, 1984. FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes . São Paulo: Dominus/EDUSP, 1965. FERNANDES, Florestan. A Revolução burguesa no Brasil : ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005. FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil . 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. IANNI, Octávio. A ideia de Brasil moderno . São Paulo: Brasiliense, 1994. MOTA, Carlos Guilherme (org.). Viagem incompleta : a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação. São Paulo: Editora SENAC, 2000. ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional . São Paulo: Brasiliense, 2003. ROTTA, Edeimar. A Construção do desenvolvimento : análise de um “modelo” de interação entre regional e global. Ijuí: Ed. da Unijuí, 1999.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS629	DIREITO EMPRESARIAL	4	60
EMENTA			
Conceito e histórico do Direito Empresarial. Pessoas físicas e jurídicas. O Empresário. O Estabelecimento empresarial. A atividade empresarial e a qualidade do fornecimento de bens e serviços. As Sociedades empresariais. Liquidação da Sociedade. Recuperação Judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. (Lei 11.101/2005). A atividade empresarial e a publicidade. Títulos de crédito. O Código de Defesa do Consumidor e o direito empresarial.			
OBJETIVO			
Analisar as contribuições do Direito Empresarial para a formação em Administração.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CAMPINHO, Sérgio. O direito de empresa à luz do código civil . 12. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2010. DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 8. GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. Direito de empresa: comentários aos artigos 966 a 1.195 do Código Civil . 3. ed. rev., atual e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2010. NEGRÃO, Ricardo. Direito empresarial: estudo unificado . 3. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2011. REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial . São Paulo: Saraiva, 2007. v. 1. VECCHIO, Humberto Pereira. Direito empresarial . Florianópolis, SC: UFSC, Departamento de Ciências da Administração, 2009.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CERVEIRA FILHO, Mário. Shopping Centers. Direitos dos Lojistas . São Paulo: Saraiva, 2008. COELHO, Fábio Ulhoa. Comentários à nova lei de falências e recuperação de empresas . São Paulo: Saraiva, 2005. GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil . v. I – parte geral. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. GONÇALVES, Maria Gabriela Venturoti Perrotta; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Direito Empresarial: direito de empresa e sociedades empresarias . São Paulo: Saraiva, 2007. GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. Direito de empresa: comentários . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. GRAU, Eros Roberto. A Ordem Econômica na Constituição de 1988 . 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo . 36. ed., rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2012. VIEIRA, Marcos Antônio. Propriedade Industrial. Marcas . Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2006.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	MEIO AMBIENTE, ECONOMIA E SOCIEDADE	4	60
EMENTA			
<p>Modos de produção e consumo. Noções de economia política. Relação entre ambiente e sociedade: agroecologia, sustentabilidade, educação ambiental, experiências produtivas alternativas. Sociedade civil e a questão ambiental.</p>			
OBJETIVO			
Proporcionar aos acadêmicos a compreensão acerca dos principais conceitos que envolvem a Economia Política e a sustentabilidade do desenvolvimento das relações socioeconômicas e do meio ambiente.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>MARTÍNEZ ALIER, Joan. Da economia ecológica ao ecologismo popular. Blumenau: Fundação Universidade Regional de Blumenau, 1998.</p> <p>BECKER, B.; MIRANDA, M. (org.). A geografia política do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.</p> <p>FERREIRA, L. C.; VIOLA, E. (org.). Incertezas de sustentabilidade na globalização. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.</p> <p>LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental. 5. ed. São Paulo, SP: Cortez, c2000.</p> <p>MARX, Karl. O capital: crítica da economia política : livro terceiro : o processo global de produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v.5.</p> <p>SMITH, Adam. Riqueza das nações: Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações. Curitiba: Hermes, 2001.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
<p>CAVALCANTI, C. (Org.). Sociedade e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.</p> <p>CHESNAIS, François. A mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996.</p> <p>FOSTER, John Bellamy. A ecologia de Marx: materialismo e natureza. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.</p> <p>FURTADO, Celso. A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.</p> <p>GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. Economia brasileira contemporânea. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>HUNT, E. K. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.</p> <p>LÖWY, Michael. Eco-socialismo e planificação democrática. Crítica Marxista, n. 29, 2009.</p> <p>NAPOLEONI, Claudio. Smith, Ricardo e Marx. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.</p> <p>SEN, Amartya Kumar. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2000.</p> <p>TREVISOL, Joviles Vítório. A educação ambiental em uma sociedade de risco: tarefas e desafios na construção da sustentabilidade. Joaçaba: Edições Unoesc, 2003.</p>			



8.9.2 Componentes curriculares com oferta variável

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GLA212	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	4	60
EMENTA			
Visão contemporânea da inclusão na área da surdez e legislação brasileira. Cultura e identidade da pessoa surda. Tecnologias voltadas para a surdez. História da Língua Brasileira de Sinais. Breve introdução aos aspectos clínicos e socioantropológicos da surdez. Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais. Diálogo e conversação.			
OBJETIVO			
Conhecer a língua brasileira de sinais, a fim de instrumentalizar para atuação profissional inclusiva.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRASIL. Decreto 5.626/05 . Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005. QUADROS, R. M. de. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004. _____. Educação de surdos. A Aquisição da Linguagem . Porto Alegre: Editora Artmed, 1997. FERREIRA, L. Por uma gramática de língua de sinais . Rio de Janeiro, RJ: Edições Tempo Brasileiro, 2010. 273 p.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; MAURICIO, A. C. (Ed). Novo Deit-Libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira baseado em Linguística e Neurociências cognitivas . São Paulo: EDUSP: Inep, CNPq, CAPES, 2012. COUTINHO, D. LIBRAS e Língua Portuguesa: Semelhanças e diferenças . João Pessoa: Arpoador, 2000. FELIPE, T.; MONTEIRO, Myrna. LIBRAS em Contexto: Curso Básico: Livro do Professor . 4. ed. Rio de Janeiro: LIBRAS Editora Gráfica, 2005. GESSER, A. LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda . São Paulo: Parábola Editorial, 2009. LOPES, M. C. Surdez & educação . 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte, MG: Autêntica, c2007. 102 p. (Temas & educação) MOURA, M. C. de. Língua de Sinais e Educação do Surdo . Série neuropsicológica. São Paulo: TECART, 1993. v. 3. _____. O surdo: caminhos para uma nova identidade . Rio de Janeiro: Ed. Revinter, 2000. PEREIRA, M. C. da C. (Org). Libras: conhecimento além dos sinais . São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2011. 127 p. ZIESMANN, C. I. Educação de surdos em discussão: práticas pedagógicas e processo de alfabetização . 1. ed. Curitiba: Editora e Livraria Appris, 2017. v. 1. 145p.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS073	TEORIA COOPERATIVISTA I	4	60
EMENTA			
Bases doutrinárias da cooperação e do cooperativismo. Fundamentos filosóficos da cooperação. As formas primitivas e tradicionais de ajuda mútua. Surgimento do cooperativismo moderno. Contribuições dos socialistas utópicos para o pensamento cooperativo. Crise do capitalismo e emergência da economia solidária. Cooperação e desenvolvimento. Experiências históricas e contemporâneas. Economia solidária, cooperação e autogestão. Democracia econômica e desenvolvimento solidário. Experiências cooperativas no Brasil e no mundo.			
OBJETIVO			
Conhecer e compreender as bases doutrinárias e históricas do cooperativismo mundial e brasileiro. Identificar aspectos-chave a serem considerados para a criação e consolidação de experiências cooperativas e associativas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BOBBIO, N. Ensaios sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil . São Paulo: Paz e Terra, 1999. CARNOY, M. Estado e teoria política . 6. ed. Campinas: Papyrus, 2000. CRUZIO, Helnon de Oliveira. Cooperativas em rede e autogestão do conhecimento . Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. ORMAETXEA, José M. Introducción a la Experiencia Cooperativa de Mondragón. Textos Básicos de OTALORA . Aretxabaleta: Otalora, 2000. PINHO, Diva B. A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista . São Paulo: Pioneira, 1966. QUIJANO, Aníbal. La economía popular y sus caminos en América Latina . Lima: Mosca Azul Editores, 1998. SINGER, Paul; MACHADO, João. Economia socialista . São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ASSMANN, Hugo; MOSUNG, Jung. Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança . Petrópolis: Vozes, 2000. BARBOSA, Rosângela N. A economia solidária como política pública . Uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007. DIAZ BORDENAVE, Juan E. O que é participação . 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. FARIA, J. H. Gestão Participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações . São Paulo: Editora Atlas, 2009. v. 1. 407 p. GAIGER, L. I. Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil . Porto Alegre: UFRGS, 2004. KUBITZA, F.; ONO, E. A. Projetos Aquícolas: Planejamento e Avaliação Econômica . Jundiaí: Fernando Kubitza, 2004. 79 p. MOTTA, F. C. Prestes et al. Participação e participações: ensaios sobre autogestão . São Paulo: Babel Cultural, 1987. MLADENATZ, Gromoslav. História das doutrinas cooperativistas . Brasília: Confedbras, 2003. PINHO, Diva Benevides. O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira a vertente solidária . São Paulo: Saraiva, 2003. SANTOS, Boaventura S. (Org.). Produzir para viver: os caminhos da produção			



não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
TEVOEDJRE, Albert. **A pobreza, riqueza dos povos**: a transformação pela solidariedade. São Paulo: Cidade Nova, 1981.
YUNUS, Muhammad. **Um mundo sem pobreza**. São Paulo: Ática, 2009.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS085	RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	02	30
EMENTA			
Fundamentos da responsabilidade social: responsabilidade, obrigação e sensibilidade social. Marketing Social. Voluntariado. Terceiro Setor. Filantropia. Balanço Social. Sustentabilidade. Gestão Social. O meio ambiente. Poluição. Gestão de resíduos. Reciclagem. Sustentabilidade. Passivo ambiental. Impacto ambiental. Gestão Ambiental. Normas ISO E NBR, ambiental e de responsabilidade social. Projeto de responsabilidade socioambiental: diagnóstico, planejamento estratégico de RSE. Tópicos Avançados em Gestão Socioambiental			
OBJETIVO			
Desenvolver no estudante a capacidade de reflexão sobre as diferentes formas de perceber a responsabilidade social e ambiental de um ponto de vista crítico e problematizador.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALMEIDA, J. R. de et al. Gestão Ambiental : planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação. Rio de Janeiro: Thex, 2000. PAULI, G. Emissão zero . Porto Alegre: Edipuc, 1996. REIS, L. F. S. D. et al. Gestão ambiental em pequenas e médias empresas . Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002. TACHIZAWA, T. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa . São Paulo: Atlas, 2002. TACHIZAWA, Takeshy. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira . 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2009.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BERLE, G. O empreendedor do verde . São Paulo: Mc Graw-Hill, 1991. JACOBI, P. R. Ciência ambiental os desafios da interdisciplinariedade . São Paulo: Annblame, 1999. LANNA, A. E. L. Gerenciamento de bacia Hidrográfica : aspectos conceituas e metodológicos. Brasília: IBAMA, 1995. PAULI, G. Upsizing . Porto Alegre: L&PM, 1999. VARGAS, H. C. Novos instrumentos de gestão ambiental urbana . São Paulo: EDUSO, 2001.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH292	HISTÓRIA DA FRONTEIRA SUL	04	60
EMENTA			
Construção dos sentidos históricos. Noções de Identidade e de Fronteira. Invenção das tradições. Processos de povoamento, despovoamento e colonização. Conflitos econômicos e políticos. Choques culturais no processo de colonização. Questão indígena, cabocla e afrodescendente.			
OBJETIVO			
Compreender o processo de formação da região sul do Brasil por meio da análise de aspectos históricos do contexto de povoamento, despovoamento e colonização.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade . Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. p 185-228.			
CUCHE, Denys. A noção de cultura das Ciências sociais . Bauru: EDUSC, 1999.			
HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade . 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992.			
HOBSBAWM, Eric. A invenção das tradições . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.			
LE GOFF, Jacques. Memória e História . Campinas: Ed. Unicamp, 1994.			
PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). Fronteiras culturais – Brasil, Uruguai, Argentina . São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Miniz. Preconceito contra a origem geográfica e de lugar – As fronteiras da discórdia . 1. ed. São Paulo: Cortez, 2007.			
AMADO, Janaína. A Revolta dos Mucker . São Leopoldo: Unisinos, 2002.			
AXT, Gunter. As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul . Porto Alegre: Nova Prova, 2008.			
BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). História Geral do Rio Grande do Sul . Passo Fundo: Méritos, 2006. 6 v.			
CEOM. Para uma história do Oeste Catarinense . 10 anos de CEOM. Chapecó: UNOESC, 1995.			
GUAZZELLI, César; KUHN, Fábio; GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). Capítulos de História do Rio Grande do Sul . Porto Alegre: UFRGS, 2004.			
GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). O continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil . Rio de Janeiro: Apicurí, 2010.			
LEITE, Ilka Boaventura (Org.). Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e territorialidade . Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.			
MACHADO, Paulo Pinheiro. Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916) . Campinas: UNICAMP, 2004.			
MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano . São Paulo: Contexto, 2009.			
NOVAES, Adauto (Org.). Tempo e História . São Paulo: Companhia das Letras, 1992.			



- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.
- PESAVENTO, Sandra. **A Revolução Farroupilha**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense**. Chapecó: Grifos, 1997.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.
- ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**. São Paulo: Unesp, 2010.
- SILVA, Marcos A. da (Org.). **República em migalhas: História Regional e Local**. São Paulo: Marco Zero/MCT/CNPq, 1990.
- TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. **Conflitos agrários no norte gaúcho (1960-1980)**. Porto Alegre: EST, 2007.
- _____. **Conflitos no norte gaúcho (1980-2008)**. Porto Alegre: EST, 2008.
- TOTA, Antônio Pedro. **Contestado: a guerra do novo mundo**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 14-90.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1988.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS630	TÓPICOS ESPECIAIS I	4	60
EMENTA			
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino e aprovada em colegiado,			
OBJETIVO			
Complementar à grade curricular do curso de Administração.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS631	TÓPICOS ESPECIAIS II	4	60
EMENTA			
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino e aprovada em colegiado,			
OBJETIVO			
Complementar à grade curricular do curso de Administração.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS632	TÓPICOS ESPECIAIS III	4	60
EMENTA			
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino e aprovada em colegiado,			
OBJETIVO			
Complementar à grade curricular do curso de Administração.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS633	TÓPICOS ESPECIAIS IV	4	60
EMENTA			
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino e aprovada em colegiado,			
OBJETIVO			
Complementar à grade curricular do curso de Administração.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS634	TÓPICOS ESPECIAIS V	4	60
EMENTA			
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino e aprovada em colegiado,			
OBJETIVO			
Complementar à grade curricular do curso de Administração.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS635	TÓPICOS ESPECIAIS VI	4	60
EMENTA			
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino e aprovada em colegiado,			
OBJETIVO			
Complementar à grade curricular do curso de Administração.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS636	TÓPICOS ESPECIAIS VII	4	60
EMENTA			
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino e aprovada em colegiado,			
OBJETIVO			
Complementar à grade curricular do curso de Administração.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS637	TÓPICOS ESPECIAIS VIII	4	60
EMENTA			
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino e aprovada em colegiado,			
OBJETIVO			
Complementar à grade curricular do curso de Administração.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS638	TÓPICOS ESPECIAIS IX	4	60
EMENTA			
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino e aprovada em colegiado,			
OBJETIVO			
Complementar à grade curricular do curso de Administração.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	TÓPICOS ESPECIAIS X	4	60
EMENTA			
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino e aprovada em colegiado,			
OBJETIVO			
Complementar à grade curricular do curso de Administração.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS640	TÓPICOS ESPECIAIS XI	2	30
EMENTA			
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino e aprovada em colegiado,			
OBJETIVO			
Complementar à grade curricular do curso de Administração.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS641	TÓPICOS ESPECIAIS XII	2	30
EMENTA			
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino e aprovada em colegiado,			
OBJETIVO			
Complementar à grade curricular do curso de Administração.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS642	TÓPICOS ESPECIAIS XIII	2	30
EMENTA			
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino e aprovada em Colegiado,			
OBJETIVO			
Complementar à grade curricular do curso de Administração.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS643	TÓPICOS ESPECIAIS XIV	2	30
EMENTA			
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino e aprovada em colegiado,			
OBJETIVO			
Complementar à grade curricular do curso de Administração.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS644	TÓPICOS ESPECIAIS XV	2	30
EMENTA			
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino e aprovada em colegiado,			
OBJETIVO			
Complementar à grade curricular do curso de Administração.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS645	TÓPICOS ESPECIAIS XVI	2	30
EMENTA			
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino e aprovada em colegiado,			
OBJETIVO			
Complementar à grade curricular do curso de Administração.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS646	TÓPICOS ESPECIAIS XVII	2	30
EMENTA			
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino e aprovada em colegiado,			
OBJETIVO			
Complementar à grade curricular do curso de Administração.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS647	TÓPICOS ESPECIAIS XVIII	2	30
EMENTA			
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino e aprovada em colegiado,			
OBJETIVO			
Complementar à grade curricular do curso de Administração.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS648	TÓPICOS ESPECIAIS XIX	2	30
EMENTA			
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino e aprovada em colegiado,			
OBJETIVO			
Complementar à grade curricular do curso de Administração.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Ensino.			



9 CURSO E PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM

9.1 Papel do coordenador, do colegiado e docentes do curso de Administração

9.1.1 Papel do coordenador

Ao coordenador cabe a função de promover a supervisão didática e organizacional do curso de Administração, bem como promover a harmonia entre o corpo docente e discente do curso, atuando com espírito integrador e democrático. Especificamente no que tange à supervisão didática e organizacional do curso, cabe ao coordenador a condução do processo de elaboração, revisão e execução do PPC, bem como a avaliação e acompanhamento pedagógico da sua implementação. A promoção e regularidade das avaliações internas do curso, abrangendo docentes, discentes, coordenação e secretaria do curso. Também são atribuições do coordenador.

Tratando-se da relação com o corpo docente, considera-se que o coordenador do curso deve:

- Atuar como um representante dos colegas frente ao Conselho de *Campus*;
- Articular a relação professor e aluno e intermediá-la em situações específicas;
- Propor orientações e ações de desenvolvimento dos planos de ensino;
- Prestar assistência didático-pedagógica aos docentes, principalmente em casos particulares de dificuldades de aprendizagem dos discentes;
- Promover a harmonia entre o colegiado e o corpo discente.

Referente à gestão e acompanhamento do corpo discente, cabe ao coordenador, dentre outras atividades:

- Recepcionar os alunos calouros, acolhendo e esclarecendo as particularidades da estrutura institucional e formativa do ensino superior e do curso de Administração;
- Incentivar a participação dos alunos em projeto de pesquisa, extensão e monitorias;
- Estimular a permanência do acadêmico no ambiente universitário;
- Promover condições para a realização das Atividades Complementares;



- Ser um elo entre as empresas, cooperativas, agroindústrias, e Organizações Não Governamentais da região e os discentes, possibilitando a condução de trabalhos conjuntos e a realização de estágios;
- Divulgar, estimular e esclarecer aos alunos concluintes, em situação de aplicação, sobre o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade).

No que tange a gestão do curso e da secretaria do curso, considera-se como papel do coordenador:

- Possibilitar o desenvolvimento e acompanhar os resultados das políticas e práticas pedagógicas do curso;
- Promover semestralmente a avaliação interna do curso;
- Conduzir as atividades do colegiado e do NDE do curso;
- Propor e coordenar estudos referentes ao desempenho dos discentes e a evasão escolar,
- Cuidar dos aspectos organizacionais do ensino, supervisionando atividades pedagógicas e curriculares;
- Contribuir e verificar junto à secretaria a organização dos dados, documentos e registros referentes à condução das atividades do curso.

A coordenação do curso é constituída pelo coordenador e o coordenador adjunto, sendo a sua eleição conduzida conforme previsto no Regulamento da Graduação da UFFS (aprovado pela Resolução N° 9/CONSUNI CGAE/UFFS/2018), mediante regras estabelecidas pelo colegiado do curso.

9.1.2 Papel do colegiado

O colegiado do curso de Administração possui natureza consultiva, normativa e deliberativa, tendo como finalidade acompanhar, avaliar, implementar e propor alterações do PPC; discutir e deliberar assuntos relacionados ao curso; planejar e avaliar as atividades acadêmicas do curso. O colegiado possui Regimento Interno próprio e vigente, nele aprovado em ATA de nº 39 no dia 04 de março de 2015, regendo a sua composição - conforme disposto no Art. 56 da Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-, competências e funcionamento, atendendo as atribuições definidas pela Resolução N° 4/2014 – CONSUNI/CGRAD.

O colegiado de curso de Administração do está composto de:

- I – Coordenador de curso, que exercerá a presidência do colegiado;



II – Coordenador adjunto do curso, que substituirá o coordenador de curso, em suas ausências, na presidência do colegiado;

III – Coordenador de estágios do curso;

IV – 4 (quatro) docentes eleitos por seus pares e seus respectivos suplentes, entre aqueles que ministram aulas ou desenvolvam atividades de ensino, pesquisa e extensão com os discentes do curso;

V – 1 (um) representante docente e respectivo suplente, indicados pelo Fórum do Domínio Comum do *Campus*;

VI – 1 (um) representante docente e respectivo suplente, indicados pelo Fórum do Domínio Conexo do *Campus*;

VII – 1 (um) representante discente regularmente matriculado no curso, com seu respectivo suplente, indicados pelo órgão representativo dos alunos do curso;

VIII – 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos em educação (STAE) e respectivo suplente, eleitos por seus pares, entre aqueles que atuam no desenvolvimento de atividades relacionadas à gestão, ensino, pesquisa ou extensão afins ao curso.

9.1.3 Papel dos docentes

Os docentes efetivos da UFFS são pertencentes ao cargo de Professor de Magistério Superior do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, admitidos mediante habilitação em concurso público de provas e títulos. Entende-se que as atribuições dos docentes do curso de Administração devem estar de acordo com as perspectivas institucionais, estabelecendo na indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão e efetividade do seu papel desafiador de formador, contribuinte da produção do conhecimento e ator diretamente envolvido no processo coerente entre o pensar e o fazer. Isso porque, a “docência universitária é entendida como uma prática complexa que requer leituras culturais, políticas e pedagógicas a respeito dos objetos de ensino, dos contextos e dos sujeitos envolvidos” (LIRA; SPONCHIADO, 2012, p. 09).

Nesta perspectiva, entende-se que o papel dos docentes do curso de Administração concentra-se em quatro categorias, conforme destacam Scremin e Isaia (2013): profissional, pedagógico, humano e formativo. No que tange ao aspecto profissional, espera-se que o docente conheça e aplique o PPC do curso, contribuindo,



assim, com a organização e o desenvolvimento do curso, através das práticas de ensino, pesquisa e extensão. Referente às características de cunho pedagógico, o docente deve “ser coerente entre a formação oferecida e a prática esperada” (p. 9573), articulando teoria e prática e desenvolver a interdisciplinaridade. No aspecto humano, espera-se que o docente adote postura didática e ética, atuando no acompanhamento e orientação do corpo discente e contribuindo na construção de um ambiente de trabalho harmônico. Por fim, o aspecto formativo inclui o papel de busca pela sua qualificação, seja ela de cunho pedagógico, acadêmico ou profissional.

9.2 Sistema de avaliação do processo ensino-aprendizagem

A avaliação do processo ensino-aprendizagem no curso de Administração será realizada de forma contínua e sistemática, priorizando as avaliações formativas, considerando os objetivos de diagnosticar e registrar o progresso do estudante e suas dificuldades; orientar o estudante quanto aos esforços necessários para superar as dificuldades e; orientar as atividades de (re) planejamento dos conteúdos curriculares.

A avaliação do processo ensino-aprendizagem no curso de graduação em Administração, *Campus* de Cerro Largo deverá:

- ser concebida como um elemento interligado aos demais que constituem o processo ensino-aprendizagem;
- ser processual, portanto contínua e diagnóstica, subsidiando a tomada de decisão a partir dos indicadores do desempenho acadêmico;
- fundamentar-se em critérios claros, previamente definidos nos Planos de Ensino, e devidamente dialogados com os estudantes, em consonância com os objetivos previstos neste PPC;
- apresentar resultados parciais ao longo do semestre que deverão ser acompanhados pelos estudantes.

A avaliação da aprendizagem dos estudantes matriculados nos cursos de graduação da UFFS será realizada levando-se em consideração a frequência e o aproveitamento nos estudos em cada um dos componentes curriculares.



A frequência do estudante em cada disciplina ou outras atividades curriculares deverá ser de, no mínimo, 75% (setenta e cinco), cabendo ao professor o registro da mesma, excetuando-se os casos amparados em lei e as disciplinas cursadas a distância.

A verificação do alcance dos objetivos previstos nos planos de ensino, em cada disciplina, será realizada por meio da aplicação de diferentes instrumentos de avaliação, resultando no registro de, pelo menos, 2 (duas) Notas Parciais (NP). A aprovação do estudante em cada disciplina ou atividade curricular se vincula à frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco), e ao alcance da Nota Final, igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) pontos. O registro do desempenho dos estudantes, em cada disciplina e, onde couber, nos demais componentes curriculares, será efetivado pela atribuição de notas de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero), em escala decimal.

Antes da aplicação de cada instrumento de avaliação, o docente deverá estabelecer e divulgar os critérios que serão utilizados para a correção, bem como o peso de cada questão ou atividade. Se o resultado das notas parciais for inferior ao mínimo estabelecido para a aprovação do estudante, o professor deverá oferecer novas oportunidades de aprendizagem e avaliação, previstas no Plano de Ensino, antes de seu registro no diário de classe.

No que se refere à acessibilidade, o curso de Administração disponibiliza diferentes estratégias de acompanhamento aos discentes com dificuldades de aprendizagem, contemplando ações de acolhimento e permanência, acessibilidade metodológica e instrumental, monitoria, bem como apoio psicopedagógico:

i. Ações de acolhimento e permanência: É previsto no plano de ensino de cada CCR ofertado no curso um horário específico de atendimento individual do professor ao aluno. Além desta ação realizada por meio dos CCRs ofertados, a formação docente para o melhor atendimento ao aluno é atendida pelo Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) do *Campus* em parceria com o Setor de Acessibilidade. O NAP promove uma série de atividades que envolvem a capacitação dos docentes, além das demandas específicas de cada curso, realizadas a fim de atender as necessidades levantadas pelo órgão colegiado. Cabe ressaltar também o papel da Assistência Estudantil - ASSAE-CL, setor do *Campus* que presta apoio direto aos acadêmicos desenvolvendo ações que buscam o seu bem-estar e permanência na universidade, por meio de uma equipe multiprofissional composta por: Assistente Social, Psicólogo, Técnico em Assuntos



Educacionais/Pedagogo. A ASSAE-CL colabora sobremaneira na orientação psicológica e pedagógica aos acadêmicos com dificuldade nos processos de aprendizagem.

ii. Acessibilidade metodológica e instrumental: Além do atendimento individual ao discente previsto no plano de ensino do CCR, a acessibilidade metodológica e instrumental é intermediada pelo Núcleo de Acessibilidade do *Campus*, para os discentes que necessitem de atendimento especializado. Este Núcleo está presente em todos os *Campus* da UFFS, e atua por meio do Setor de Acessibilidade. Dentre as suas atribuições estão a de propor e promover ações que visem eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e profissional e, ainda, proporcionar apoio didático-pedagógico aos docentes e discentes nos processos de ensino e aprendizagem. É neste setor que atua a interprete de LIBRAS.

iii. Monitorias: A UFFS oferta anualmente editais para o Programa de Monitorias, considerada uma modalidade de ensino e aprendizagem que contribui com a formação do acadêmico e integra as atividades de ensino, pesquisa e extensão dos cursos de graduação.

iv. Acompanhamento psicopedagógico: O acompanhamento psicopedagógico é realizado por meio da ASSAE-CL, que presta apoio aos discentes, oferecendo orientação psicológica e pedagógica para àqueles com dificuldade nos processos de aprendizagem.



10 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

A autoavaliação do curso de Administração, realizada pelos seus discentes e docentes, é concebida como uma ferramenta necessária a verificação da efetividade das estratégias empregadas no PPC do curso, bem como um instrumento de reflexo das ações desenvolvidas pelo corpo docente e coordenação do curso na percepção dos estudantes. A autoavaliação interna é organizada periodicamente, em dois momentos:

i. Autoavaliação interna do curso de Administração: realizada ao final de cada semestre letivo, pela coordenação do curso, contemplando a participação de todos os alunos e professores do curso. A aplicação desta autoavaliação é realizada por meio virtual, sendo o questionário disponibilizado aos alunos e professores através de um link enviado por e-mail. Esta avaliação consiste na análise de três dimensões: i) a avaliação dos discentes sobre cada um dos CCRs cursados no semestre vigente; ii) a avaliação dos discentes sobre a coordenação e a secretaria do curso; iii) a avaliação dos docentes referentes a cada uma das disciplinas ofertadas no semestre vigente. Cabe ressaltar que os instrumentos listados nos pontos i e ii preservam o anonimato de seus respondentes. A análise dos dados, bem como a avaliação dos mesmos é realizada e aprovada em órgão colegiado, sendo encaminhada a cada docente do curso a avaliação referente aos CCRs que tenha ministrado naquele semestre. Além de ser uma ferramenta que espelha a percepção do aluno e do professor sobre determinado CCR, a avaliação interna do curso proporciona à coordenação do curso e ao seu colegiado a compreensão da realidade percebida por meio do alunado.

ii. Avaliação interna realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA): também denominada de autoavaliação será coordenada pela comissão criada e constituída institucionalmente a partir do que estabelece a Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), responsável por assegurar o processo de avaliação institucional com vistas à melhoria da educação superior no país. O artigo 11 define que cada Instituição de Ensino Superior deve constituir uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), com as funções de coordenar e articular o seu processo interno de avaliação. Para isso, a CPA deve: ser constituída por ato do dirigente máximo da Instituição; ser composta por representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica e também da sociedade civil



organizada, sem que haja a maioria absoluta de um dos segmentos; ter atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na IES.

Assim, orientada pelas diretrizes e pelo roteiro de autoavaliação institucional propostos pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), bem como por instrumentos próprios que contemplem as especificidades da Universidade, a CPA acompanhará a qualidade das atividades desenvolvidas no curso de Administração e o desempenho dos estudantes. Considera-se que o processo de autoavaliação desenvolvido pela CPA constitui-se em importante ferramenta não só para cumprir sua tarefa frente ao MEC/INEP, mas principalmente para contribuir com o planejamento educacional, sempre em busca da melhoria da qualidade da formação, da produção do conhecimento e da extensão.

Periodicamente, CPA da UFFS elabora e disponibiliza questionário, criado com o intuito de avaliar os cursos de graduação, sendo este instrumento aplicado ao curso de Administração. São questões que devem ser respondidas por docentes e discentes para contribuir com o desenvolvimento institucional. A CPA também trabalha na elaboração do projeto de Autoavaliação Institucional. A avaliação ocorre duas vezes por ano sendo uma em cada semestre.

Ambas as avaliações internas possibilitarão aos docentes, à coordenação do curso e/ou ao NDE diagnósticos da situação vislumbrada pelos atores integrantes do curso, contribuindo para o desenvolvimento do curso com qualidade. Ao entender a importância da autoavaliação, ressalta-se que o colegiado do curso irá discutir e registrar, em ata, os resultados obtidos neste processo, a fim de buscar melhorias no curso.

Além disso, após as discussões entre os docentes dos resultados obtidos, bem como, da devolutiva individual para cada docente da avaliação dos CCRs que ministrou, o NDE elaborará um relatório descrevendo os resultados desse procedimento, de modo que o curso possa manter um registro do histórico de seu processo autoavaliativo. Este relatório deverá conter a descrição da situação observada e das ações que serão realizadas para que se obtenha a melhora nos resultados mais frágeis. Tal relatório deve ser apresentado ao colegiado do curso, a fim de obter a sua aprovação. Posteriormente, este relatório será encaminhado à CPA do *Campus*.

No que se refere à avaliação externa, esta será realizada por comissões de especialistas designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), tem como referência os padrões de qualidade para a Educação



Superior expressos nos instrumentos de avaliação oficiais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Para essa etapa, o curso disponibilizará os relatórios com os resultados das autoavaliações, sistematicamente aplicadas a todos os segmentos (discentes, docentes e técnico-administrativos) envolvidos nas atividades semestrais.

No conjunto, esses processos avaliativos constituirão um sistema que permitirá a visualização integrada das diversas dimensões enfocadas pelos instrumentos aplicados, oferecendo elementos à reflexão, à análise e ao planejamento institucional, visando subsidiar o alcance dos objetivos estabelecidos pelo curso de Administração.



11 ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

No âmbito do curso de Administração, o ensino, a pesquisa e a extensão se articulam de maneira indissociável, permitindo, que a universidade desempenhe o papel de promotora de um ensino superior contextualizado, que busque atender aos anseios e às necessidades da sociedade na qual se insere.

Ao intervir na realidade social, por meio da realização de práticas educativas, culturais e científicas que derivam de seu papel social, a universidade atua de maneira engajada, sem se deixar convencer pela ilusão de que os desafios sociais são externos às ações das instituições de ensino superior ou pela percepção simplista de que as universidades não possuem compromisso com a superação desses desafios. Por meio da permanente interligação entre ensino, pesquisa e extensão, cada uma destas instâncias do fazer pedagógico da UFFS possibilitará que estudantes e professores se constituam, de fato, como sujeitos ativos do ato de aprender, de ensinar e de formar profissionais e cidadãos.

Para que isso aconteça, no tocante ao ensino, ressalta-se que ela não se efetivará como mera prática de circulação ou de transmissão de saberes. Imbricado à pesquisa e à extensão, primeiro o ensino se realizará como prática de análise, de reflexão crítica e de construção de saber, o que implica tanto o trabalho qualificado dos professores quanto a atuação dinâmica dos alunos dentro da universidade. Nas atividades de ensino próprias do funcionamento da instituição (aulas, debates, palestras, seminários, mesas redondas etc.), a ação dos professores será, notadamente, a de interagir, dialogar, propor questionamentos, socializar, examinar criticamente saberes, mostrar caminhos possíveis aos alunos e orientá-los na descoberta de seus próprios caminhos para a aprendizagem do novo e para a reflexão.

No que compete ao domínio da pesquisa universitária, destaca-se que a responsabilidade social da instituição pública de ensino requer uma proposta de formação superior que contemple pesquisas intensamente imersas na realidade social do país e fortemente fundadas em uma relação dialética entre teoria e prática. Além disso, requer que o professor priorize o papel de mediador do processo de construção de conhecimento do aluno, para que assim seja evitada a simples reprodução de saber, de maneira tal que o espaço da significativa participação do estudante, junto com a possibilidade de sua autonomia acadêmica, estejam garantidas. As atividades de



pesquisa, assim como as de extensão, acontecerão associadas aos conteúdos e às dinâmicas dos componentes do curso, evitando-se, deste modo, a separação indesejável entre a docência e a pesquisa, já que estas atividades são consideradas essenciais aos processos de ensino e de aprendizagem na universidade. Evitar-se-á também outro distanciamento igualmente indesejável, aquele entre a graduação e a pós-graduação, a fim de que as pesquisas empreendidas neste último nível se relacionem em larga medida com as práticas de pesquisa, de ensino e de extensão desenvolvidas entre os graduandos.

Destaca-se, ainda, que a instância da pesquisa no nível da graduação poderá se efetivar por meio de projetos de iniciação científica ou de iniciação à pesquisa, grupos de pesquisa CNPq, financiados ou não, que envolvam as áreas de conhecimento que compõem a matriz curricular do curso.

Com relação às práticas de extensão universitária que serão executadas pelo curso, importa salientar que elas não terão somente o objetivo de difundir os ganhos provenientes das produções científicas e culturais, numa via vertical que vai, de cima para baixo, da universidade para a sociedade. Por meio do efetivo diálogo com a comunidade em geral, a extensão também terá a finalidade de estabelecer uma via horizontal e de mão dupla, na qual estará assegurada a troca real de experiências e de saberes com a sociedade.

Articulada ao ensino e à pesquisa de maneira ininterrupta, como determina o Plano Nacional de Educação, a extensão universitária do curso de Administração consolidar-se-á como instância indispensável na formação do aluno, na qualificação dos professores e no intercâmbio produtivo com a sociedade, o que pressupõe relações multidisciplinares e interprofissionais.

Mais especificamente, os projetos de extensão do curso de Administração estão formalizados para atingir os seguintes objetivos:

- a) Criar espaço em que o aluno tenha inserção na comunidade possibilitando aplicar o conhecimento adquirido em sala de aula;
- b) Contribuir para o alcance dos objetivos da UFFS na mesorregião, isto é, fomentar projetos que visem à geração de emprego e renda;
- c) Garantir a interdisciplinaridade dos conhecimentos, para que o graduando em Administração tenha uma formação ampla e completa;
- d) Complementar aptidões dos alunos na linha de formação do curso.



Frente a uma sociedade em constante mudança que impacta fortemente a forma de agir e pensar das organizações, se percebe a necessidade de adequação do currículo do curso de Administração, enfatizando a importância da integração ensino, pesquisa e extensão, para uma formação do administrador no exercício pleno da profissão. Nessa perspectiva o curso de Administração adota os seguintes instrumentos de apoio pedagógico: (a) Empresa Jr.; (b) Incubadora; (c) Laboratório de Pesquisa em Administração; (d) Viagens de estudos; (e) o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP); e (f) o grupo de pesquisa Estudos Organizacionais e Tecnologias de Gestão, certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

a) A Empresa Júnior

A Empresa Júnior (EJ) se estrutura como um projeto de extensão do curso de Administração e se configura como consultoria e assessoria administrativa prestada por alunos, sob orientação de professores, para empresas de Cerro Largo e Região. Os trabalhos desenvolvidos pela empresa abrangem as seguintes áreas: marketing, assistência contábil e financeira, recursos humanos, organização, sistemas e métodos, produção, informática, análise e desenvolvimento de produtos e processos, planos de negócios e planejamento e estratégia empresarial. Os estudos são realizados pelos consultores juniores, com a ajuda dos professores orientadores, através de visitas e levantamento de dados nas empresas.

A EJ é uma associação sem fins lucrativos que visa proporcionar aos discentes oportunidades de atuação no mercado de trabalho de forma prévia a sua formatura e contribuir para desenvolvimento regional. Os acadêmicos associados da Integração Júnior do curso de Administração têm a oportunidades de aplicação dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso em situações próprias da profissão; do estímulo do desenvolvimento do espírito crítico, analítico e empreendedor do acadêmico; do estímulo ao desenvolvimento da capacidade de liderança; da promoção do desenvolvimento social e profissional; do despertar da responsabilidade social corporativa, através do incentivo ao voluntariado; e, da promoção ao desenvolvimento regional, auxiliando os acadêmicos na prestação de serviços de consultoria para micro e pequenas empresas.



Por meio das atividades desenvolvidas na EJ são oportunizados o aprofundamento em temas relevantes para a formação acadêmica e profissional no desenvolvimento das atividades; disseminação de novos conhecimentos não obtidos nas atividades de sala de aula; compartilhamento de experiências que possam ser replicadas para o desenvolvimento regional; e realização eventos para empresários da região com temas sobre administração e empreendedorismo.

A EJ é formada por uma Diretoria, a qual está composta por 7 (sete) membros titulares. São eles: 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Vice-presidente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor de Projetos, 1 (um) Diretor de Recursos Humanos, 1 (um) Diretor de Marketing, 1 (um) Diretor Secretário. Além destes, existe o Conselho Administrativo composto por 4 (quatro) docentes, indicados pelo colegiado do curso de Administração, 2 (dois) discentes eleitos em Assembleia e pelo Diretor Presidente da Diretoria Executiva da Empresa Júnior, que fiscaliza os atos e fatos explicitados no Plano e no Relatório de Gestão da Diretoria Executiva.

Cada departamento tem suas atribuições definidas no Estatuto da empresa, o qual prevê: finalidade, quadro social, direitos e deveres, patrimônio, Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Disposições Gerais e Disposições Finais e Transitórias. Sua sede está localizada em sala específica, no Bloco A da UFFS, *Campus Cerro Largo*.

b) Incubadora Tecnossocial de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários

A Incubadora Tecnossocial de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários (ITCEES) é um laboratório do curso de Administração que trabalha com base no desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Institucionalizado desde 2013, tem a missão de “ser um local onde se desenvolvam ações de incubação e cooperação em Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários, atuando como um espaço de estudos, pesquisa-ação e desenvolvimento de tecnologias voltadas à organização do trabalho coletivo com foco na sustentabilidade e autogestão dos empreendimentos”. Sua visão consiste em “atuar por meio de processo político-pedagógico mediado pelo uso de tecnologias sociais, como forma de apoio e incentivo à formação e consolidação de empreendimentos econômicos autogestionários,



potencializando práticas sociais emancipatórias e promovendo o desenvolvimento regional”.

São objetivos da ITCEES: “desenvolver processos de incubação norteados pela perspectiva da autogestão; ser parceira das ações planejadas e desenvolvidas pelos cursos de graduação e pós-graduação da UFFS, bem como do Núcleo de Cooperação e do Núcleo de Inovação Tecnológica da UFFS; potencializar a geração de tecnologias sociais por meio da inovação social em suas linhas de atuação; desenvolver ações articuladas com programas e/ou projetos de ensino, pesquisa e extensão da UFFS e de instituições parceiras”.

Sua sede está localizada na sala 1-1-09 da Unidade Seminário – Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Cerro Largo. O laboratório possui Regimento Interno, onde consta a missão, visão e os seus objetivos. Periodicamente é feito um processo de seleção pública com a finalidade de entrada de novos empreendimentos. Para o andamento das atividades segue-se a metodologia explicada no Regimento Interno, que prevê as seguintes etapas: pré-incubação (identifica-se o perfil de atuação dos empreendimentos, analisando sua viabilidade econômica e potencial de desenvolvimento); incubação (auxílio técnico-administrativo para a elaboração de tarefas); e desincubação (avaliação de todo o andamento dos empreendimentos solidários no âmbito do projeto).

A ITCEES tem seu marco de trabalho no Programa de Extensão (Edital nº522/UFFS/2016) denominado “Processos e ações de extensão da ITCEES: desafios e impactos para o desenvolvimento territorial sustentável e solidário das Regiões Noroeste e Missões do Estado do Rio Grande do Sul”, coordenado pela Prof^a do curso de Administração Louise Roedel de Lira Botelho. Atualmente possui 3 cooperativas incubadas, sendo assim: a Rede de Cooperativas, Associações e Agroindústrias da Agricultura Familiar do Território Missões (REMAF); a Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar de Cerro Largo Ltda (COOPACEL) e a Cooperativa de Trabalho de Catadores Unidos Pela Natureza (COOPERCAUN), onde por meio de ações extensionistas presta assessoria técnica e social à estes empreendimentos.

c) Laboratório de Pesquisa em Administração



O Laboratório de Pesquisa em Administração é um espaço destinado a atividades interdisciplinares e multidisciplinares do curso de Administração, estando voltado para a realização de estudos que contribuam para o desenvolvimento, a inovação e a tomada de decisão no contexto organizacional, por meio, da análise e/ou modelagem dos processos, das estratégias e das tecnologias de gestão.

O laboratório funciona como espaço de fomento no ensino e aprendizado de diversas disciplinas do curso, bem como, para orientações de trabalhos de curso e desenvolvimento de atividades de bolsistas e orientadores em projetos de pesquisa e extensão.

É destinado a docentes e discentes que buscam um espaço de interação. Possui computadores e *softwares* específicos para atividades a serem desenvolvidas como forma da promoção de ensino, pesquisa e extensão. Assim, como espaço para as atividades dos grupos de pesquisa da área, em especial o Estudos Organizacionais e Tecnologias de Gestão, já implantado, e que atende a grande parte dos docentes do curso, bem como os discentes.

Assim, o Laboratório busca contribuir para na relação das atividades teórico-práticas de ensino-aprendizagem, ensino, pesquisa e extensão, para a formação de profissionais capazes de compreender as organizações, fomentar a criatividade e desenvolvimento pessoal dos discentes.

d) Visitas Técnicas e Estudos Dirigidos

O curso de Administração adota como estratégia de ensino-aprendizagem a prática de visitas técnicas, com os discentes, em diferentes tipos de organizações, públicas, privadas e do terceiro setor, micro, pequenas, médias e grandes empresas, cooperativas, entre outros, localizadas em qualquer lugar do território nacional e internacional.

Estas visitas são acompanhadas por um ou mais docentes, e visa oportunizar aprendizagens mediante casos práticos, permitindo correlacionar os fundamentos teóricos abordados nos componentes curriculares do curso com as práticas e vivências das organizações. Tais visitas técnicas devem constar no Plano de Ensino do professor caso haja interesse de, durante o semestre letivo, utilizar esse recurso de ensino-aprendizagem.



O curso de administração também incentiva os professores a utilizarem o estudo dirigido como outra estratégia de ensino-aprendizagem, que consiste em dar um foco específico dentro do componente curricular, que pode ser diferenciado por aluno ou por grupo de alunos, e é fundamentado no princípio didático de que o professor não ensina: ele é o agilizador da aprendizagem, ajuda o aluno a aprender. É o incentivador e o ativador do aprender. De maneira especial, essa técnica põe em evidência o protagonismo do aluno no processo de aprender. O estudo dirigido pode ser realizado em sala de aula, ou como atividade extraclasse, desde que com a orientação presencial ou a distância do docente do componente curricular.

e) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas

O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP), instituído em agosto de 2015, faz parte de uma estrutura de desenvolvimento da pós-graduação da UFFS. A definição do “Desenvolvimento e Políticas Públicas” como tema de um Programa de Pós-graduação levou em consideração os problemas socioeconômicos e ambientais típicos da realidade regional em que a UFFS e o Programa estão inseridos. Visa, ainda, preencher uma lacuna importante na formação humana no Noroeste do RS, região geográfica e politicamente afastada dos grandes debates e das grandes políticas de desenvolvimento promovidos pelos governos em todos os seus níveis.

Dos docentes que atuam no curso de Administração seja em disciplinas do domínio comum, conexo ou específico, ou em projetos de pesquisa ou extensão que possuem bolsistas do curso, doze também atuam no PPGDPP, ministrando pelo menos um componente curricular ao ano na pós-graduação. Esse contato dos docentes com os alunos de graduação e da pós-graduação possibilita que sejam apresentados tópicos de pesquisa relacionados com os componentes curriculares, motivando-os a participar dos projetos como alunos de iniciação científica, muitos deles com bolsa. A maioria dos docentes atua em atividades de ensino da graduação, então os alunos da graduação são beneficiados pelo amadurecimento intelectual, tanto nas aulas quanto nas orientações dos trabalhos finais, nos quais as pesquisas passam a ter maior aprofundamento. Muitos desses egressos do curso de Administração, se inscrevem no processo seletivo do programa, passando a ser discentes do curso de mestrado. De 2015 até a presente data, 04 do total de 75 ingressos do PPGDPP foram egressos do curso de Administração.



Outra importante forma de integração com a graduação se dá por meio dos projetos de pesquisa e de extensão que envolve acadêmicos da graduação e, para a viabilização dos mesmos, são realizadas atividades que articulam a graduação e a pós-graduação, tais como palestras, viagem de estudos, semanas acadêmicas, seminários, cursos de formação, entre outros. Ainda é momento de integração o estágio de docência realizado pelos alunos bolsistas ou não do PPGDPP junto ao curso de Administração. No ano de 2018 três acadêmicos do PPGDPP realizaram o estágio de docência no curso de Administração.

Em 2018, 21 projetos de pesquisa ou extensão foram ou iniciaram o seu desenvolvimento, alguns financiados pela UFFS, CNPQ, FAPESC e ou FAPERGS. Os projetos desenvolvidos pelos docentes do Programa com bolsistas da graduação, e os orientados de mestrado auxiliaram como colaboradores. Sendo que boa parte deles foram desenvolvidos junto ao Laboratório de Pesquisas em Administração, utilizando o espaço para discussão dos temas.

Também se visualiza que os docentes do PPGDPP estão atuando nos laboratórios de pesquisa e de extensão, nos quais os estudantes de graduação desenvolvem atividades. Esses laboratórios também proporcionaram seminários e cursos de extensão, integrando acadêmicos da graduação, pós-graduação e comunidade regional. Dentre os eventos realizados e que integram a pós-graduação e graduação destacam-se as semanas acadêmicas dos cursos de graduação, o SEPE - Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS e a JIC – Jornada de Iniciação Científica e Tecnológica da UFFS, que ocorrem anualmente e que reúnem e congregam a graduação e pós-graduação.

Ainda, destaca-se que os grupos de pesquisas Grupo de Pesquisa Estudos Organizacionais e Tecnologias de Gestão; Grupo de Pesquisa em Teorias e Processos de Desenvolvimento; Estado, Sociedade e Políticas Públicas; Grupo de Estudos e Pesquisas em Administração; possuem membros docentes e discentes do PPGDPP, bem como discentes da graduação, corroborando com a aproximação da graduação e pós-graduação.

Além disso, no último período da graduação, os graduandos da UFFS têm a oportunidade de participar, na qualidade de aluno em disciplina isolada, de componentes curriculares eletivos do PPGDPP. Outro dado é que os alunos egressos do Programa são chamados para bancas de Trabalho de conclusão de curso, o que contribui na sua formação e também com os acadêmicos da graduação.



f) Grupo de pesquisa Estudos Organizacionais e Tecnologias de Gestão

Visando contribuir com o progresso científico brasileiro e a formação acadêmico-científica, o grupo de pesquisa Estudos Organizacionais e Tecnologias de Gestão soma-se aos demais centros de produção de conhecimento das universidades e centros de pesquisa nacionais. As investigações realizadas abrangem temas ligados às organizações, suas estruturas, desenvolvimento, incorporação de inovações, utilização de estratégias e tecnologias de gestão, incluindo organizações públicas e privadas, autogestionárias e comunitárias, ligadas ao ambiente formal e informal, urbano e rural, vinculadas aos setores primário, secundário e terciário.

O grupo de pesquisa contribui com a discussão de temas relevantes para o desenvolvimento e a administração, por vincular-se com o Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas e o curso de Administração pertencendo à área do conhecimento Ciências Sociais Aplicadas, conforme classificação do CNPq. Atualmente o grupo é coordenado pela Prof^a do curso de Administração Dionéia Dalcin.

As pesquisas desenvolvidas subdividem-se em áreas temáticas, denominadas linhas de pesquisa, sendo elas:

Linha 1 - Processos organizativos e estratégias: Busca colaborar com o avanço das pesquisas acerca das transformações dos processos organizativos e das estratégias dos diferentes tipos de organizações, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento econômico, social, ambiental e cultural.

Linha 2 - Inovação e tecnologias sociais: Visa desenvolver estudos voltados para a gestão, uso e aplicabilidade das tecnologias sociais como arcabouço teórico e conceitual, que suplementam e transformam a sociedade, viabilizando os processos de inovação e desenvolvimento na realidade na qual estão inseridas.

Linha 3 - Estudos quantitativos: Desenvolve estudos com viés predominantemente quantitativo, nas áreas de Administração, Contabilidade e Economia, subsidiando os processos decisórios nas mais diferentes estruturas organizacionais. Por vezes inclui pesquisas qualitativas, que utilizam-se dos dados quantitativos como base.



12 PERFIL DOCENTE E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO

A UFFS, por meio do curso de Administração em particular, deve orientar o processo formativo de seu curso de maneira a adequá-lo às novas exigências da sociedade como garantia da qualidade formativa do profissional-administrador. Dessa forma, o perfil do quadro docente está voltado para atender as características e aos objetivos do curso de Administração e sua linha de formação em desenvolvimento socioeconômico.

O alcance desses objetivos é possível graças à atuação dos grupos de pesquisa, como o de “Estudos Organizacionais e Tecnologias de Gestão” e o “Grupo de Pesquisa em Teorias e processos de Desenvolvimento”. O grupo de “Estudos Organizacionais e Tecnologias de Gestão” é dividido em três linhas de pesquisa: Processos organizativos e estratégias; Inovação e tecnologias sociais e; Estudos quantitativos. Da mesma forma, o “Grupo de Pesquisa em Teorias e processos de Desenvolvimento” encontra-se dividido em três linhas de pesquisa: Teorias do desenvolvimento; Atores sociais, tecnologia e ambiente e; Dinâmicas socioambientais e experiências de desenvolvimento.

Esses grupos de pesquisa permitem que o docente atue como pesquisador, desenvolvendo seus estudos com temas específicos da área da administração, bem como, temas interdisciplinares vinculados ao desenvolvimento socioeconômico. Em razão disso, surgem pesquisas conjuntas com o Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* de Desenvolvimento e Políticas Públicas do *Campus* Cerro Largo. Paralelo a pesquisa estão os projetos de extensão que visam garantir ações reais na comunidade, e se materializam por meio dos laboratórios da empresa júnior “Integração Júnior”; da “Incubadora Tecnossocial de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários” e do “Laboratório de Pesquisas em Administração”.

Nesse sentido, exige-se que o professor mantenha vínculos estreitos com as linhas de pesquisa e projetos de extensão oportunizados pela Universidade. Além disso, torna-se indispensável ao docente do curso de Administração demonstrar uma atitude de diálogo com a realidade atual, conduzindo os discentes a estabelecerem relações plausíveis entre a teoria e os problemas atuais das organizações.

Os professores do curso de Administração estarão voltados para atuar em conjunto nos projetos iniciados pelo curso, possibilitando uma perfeita interlocução entre as diversas áreas da Administração e entre os professores e alunos envolvidos.



Assim, espera-se que, o professor alie na sala de aula seu conhecimento teórico com sua experiência nas pesquisas e projetos que desenvolve, garantindo assim uma aula mais aderente à realidade das empresas e uma constante reciclagem do conteúdo ministrado, aspecto primordial num cenário de constantes transformações.

Com relação ao ensino, o professor deve estar consciente de que seu papel não é mais o de transmissor de conteúdos ou de verdades prontas e acabadas, como advogava o ensino tradicional, mas sim o de “problematizador” e “mediador” da relação entre aluno e conhecimento, garantindo assim o estímulo ao espírito crítico e de iniciativa, inerentes ao empreendedor.

Para garantir à sustentação e unidade dos três pilares em que se edifica o curso de Administração, *Campus* de Cerro Largo, a universidade proporciona meios (tempo e recursos) para que os docentes possam obter êxito em suas atividades. Por outro lado, há a cobrança e acompanhamento das atividades docentes, por meio da gestão universitária, com o objetivo de garantir o desenvolvimento dos trabalhos com qualidade.

Institucionalmente, a UFFS possui uma política de formação de docentes continuada que objetiva estimular os professores a manterem-se articulados com as inovações em seus campos de estudo. Neste sentido, a Universidade incentiva a participação dos docentes em seminários e encontros, bem como a realização de cursos de capacitação, conduzidos pelo Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP)

12.1 Núcleo de apoio pedagógico

O núcleo de apoio pedagógico (NAP) foi instituído pela Câmara de Graduação do Conselho Universitário – CGRAD/CONSUNI da UFFS. Conforme Res. nº 003/2011 – CONSUNI/Câmara de Graduação.

O Núcleo de Apoio Pedagógico está vinculado à Diretoria de Organização Pedagógica da Pró-Reitoria de Graduação da UFFS, tem por finalidade ser um espaço institucional de apoio didático e pedagógico aos professores da UFFS e de articulação para a formação docente.

Os objetivos do NAP são:



- Acolher os novos professores apresentando a eles a instituição, os objetivos, as diretrizes e os documentos norteadores da UFFS;
- Fomentar o debate político-pedagógico na UFFS;
- Fortalecer a comunicação e a interdisciplinaridade entre os professores, entre as áreas do conhecimento e entre os componentes curriculares;
- Promover a formação continuada dos professores;
- Proporcionar apoio pedagógico a docentes a partir de necessidades apontadas;
- Promover o aperfeiçoamento didático-pedagógico por meio de cursos e eventos para refletir sobre e a partir da prática docente.

As justificativas que envolvem a criação do NAP são:

- *A necessidade de constituir um espaço de apoio pedagógico:* os professores que encontram dificuldade para desenvolver suas atividades necessitam de um espaço que lhes proporcionem auxílio em suas dificuldades pedagógicas.
- *A necessidade da formação continuada dos docentes:* fazem-se necessárias alternativas de formação coletiva, que se concentrem em torno de problemáticas comuns, como a instituição universidade e a UFFS, como forma de promover a construção do conhecimento e da formação humana e profissional no mundo contemporâneo.
- *A necessidade de construir diagnósticos acerca do perfil do ensino da UFFS:* essa necessidade contribui para avaliar as formas de mediação pedagógica e suas relações com o desenvolvimento do projeto institucional e pedagógico dos cursos.
- *Necessidade de promover o conhecimento da natureza e da especificidade da UFFS:* a história da criação e da institucionalização da UFFS é marcada pela mobilização social e pelo compromisso com o desenvolvimento e a integração regional. Enquanto instituição regional propõe-se a zelar pela criação de condições de acesso e de permanência dos grupos sociais.
- *Necessidade de socialização da organização curricular e do perfil de formação da UFFS:* a organização curricular em forma de eixos, que tem no domínio comum e nos domínios conexos a sua particularidade institucional, introduz uma perspectiva de formação geral, interdisciplinar e humana.



- *Necessidade de inserir os/as docentes na vida institucional:* a carreira docente superior, em especial, a das instituições públicas, têm evidenciado uma crescente presença de pesquisadores jovens, cujo percurso formativo é marcado pela continuidade dos estudos da formação inicial e da pós-graduação, muitas vezes, mediada e fortalecida pela iniciação científica. Assim, é considerável o número de docentes selecionados em provas de concursos com perfil de pesquisador e que se encontram em sua fase inicial da carreira docente;
- *A necessidade de apropriação dos projetos dos cursos e de planejamento das atividades de ensino:* socializar o Projeto Pedagógico e os princípios institucionais, promover atividades relacionadas à construção/discussão do planejamento do ensino, buscando conferir sentido acadêmico e social ao processo de ensino e aprendizagem.



13 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE

13.1 Docentes do *Campus Cerro Largo* que atuam no curso de Administração

Quadro 11 – Docentes atuantes no curso de Administração

Domínio/CCR	Professor	Titulação	Reg. Trab.	Graduação (G), Mestrado (M), Doutorado (D)
1ª FASE				
Específico/ Teorias da administração I	Louise de Lira Roedel Botelho	Doutora	40h DE	G: Administração M: Engenharia e Gestão do Conhecimento D: Engenharia e Gestão do Conhecimento
Comum/ Produção textual acadêmica	Leila Bom Camillo	Doutora	40h DE	G: Letras M: Letras - Linguística Aplicada D: Letras na área de Linguagem e Interação
Específico/ Economia I	Herton Castiglioni Lopes	Doutor	40h DE	G: Ciências Econômicas M: Administração D: Economia do Desenvolvimento
Específico/ Contabilidade introdutória	Ari Söthe	Doutor	40h DE	G: Ciências Contábeis M: Ciências Contábeis D: Desenvolvimento Regional
Específico/ Filosofia e ética	Lívio Osvaldo Arenhart	Doutor	40h DE	G: Filosofia e Pedagogia M: Filosofia D: Filosofia
Comum/ Matemática C	Danusa de Lara Bonotto	Doutora	40h DE	G: Matemática Licenciatura Plena M: Matemática D: Educação em Ciências e Matemática
2ª FASE				
Específico/ Teorias da administração II	Rodrigo Prante Dill	Mestre	40h DE	G: Administração M: Administração
Específico/ Gestão de pessoas I	Rodrigo Prante Dill	Mestre	40h DE	G: Administração M: Administração
Específico/ Administração de marketing	Dionéia Dalcin	Doutora	40h DE	G: Administração M: Extensão Rural D: Agronegócios
Específico/	Ari Söthe	Doutor	40h	G: Ciências Contábeis



Domínio/CCR	Professor	Titulação	Reg. Trab.	Graduação (G), Mestrado (M), Doutorado (D)
Contabilidade gerencial			DE	M: Ciências Contábeis D: Desenvolvimento Regional
Específico/ Comportamento organizacional	Louise de Lira Roedel Botelho	Doutora	40h DE	G: Administração M: Engenharia e Gestão do Conhecimento D: Engenharia e Gestão do Conhecimento
Conexo/ Cálculo I	Izabel Gioveli	Doutora	40h DE	G: Matemática M: Matemática D: Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais
3ª FASE				
Específico/ Administração da produção I	Carlos Eduardo Ruschel Anes	Doutor	40h DE	G: Administração M: Agronegócios D: Desenvolvimento Regional
Específico/ Organização, sistemas e métodos	Rodrigo Prante Dill	Mestre	40h DE	G: Administração M: Administração
Específico/ Economia II	Herton Castiglioni Lopes	Doutor	40h DE	G: Ciências Econômicas M: Administração D: Economia do Desenvolvimento
Comum/ Iniciação à prática científica	Ari Söthe	Doutor	40h DE	G: Ciências Contábeis M: Ciências Contábeis D: Desenvolvimento Regional
Comum/ Estatística básica	Denize Ivete Reis	Doutora	40h DE	G: Licenciatura Plena em Matemática M: Modelagem Matemática D: Qualidade Ambiental
4ª FASE				
Específico/ Administração da produção II	Carlos Eduardo Ruschel Anes	Doutor	40h DE	G: Administração M: Agronegócios D: Desenvolvimento Regional
Desenvolvimento socioeconômico: Estudos clássicos	Edemar Rotta	Doutor	40h DE	G: Filosofia M: Sociologia D: Serviço Social
Específico/ Pesquisa de marketing	Monize Sâmara Visentini	Doutora	40h DE	G: Administração M: Administração D: Administração
Específico/ Gestão de pessoas II	Louise de Lira Roedel Botelho	Doutora	40h DE	G: Administração M: Engenharia e Gestão do Conhecimento D: Engenharia e Gestão do



Domínio/CCR	Professor	Titulação	Reg. Trab.	Graduação (G), Mestrado (M), Doutorado (D)
				Conhecimento
Específico/ Economia brasileira e políticas de desenvolvimento	Herton Castiglioni Lopes	Doutor	40h DE	G: Ciências Econômicas M: Administração D: Economia do Desenvolvimento
Específico/ Matemática financeira	Artur Filipe Ewald Wuerges	Mestre	40h DE	G: Administração M: Administração
5ª FASE				
Específico/ Estratégia de marketing	Monize Sâmara Visentini	Doutora	40h DE	G: Administração M: Administração D: Administração
Desenvolvimento socioeconômico: Estudos contemporâneos	Herton Castiglioni Lopes	Doutor	40h DE	G: Ciências Econômicas M: Administração D: Economia do Desenvolvimento
Administração financeira I	Fabício Costa de Oliveira	Mestre	40h DE	G: Administração M: Engenharia de Produção
Específico/ Planejamento estratégico I	Dionéia Dalcin	Doutora	40h DE	G: Administração M: Extensão Rural D: Agronegócios
Específico/ Gestão de custos	Ari Söthe	Doutor	40h DE	G: Ciências Contábeis M: Ciências Contábeis D: Desenvolvimento Regional
Pesquisa Operacional	Carlos Eduardo Ruschel Anes	Doutor	40h DE	G: Administração M: Agronegócios D: Desenvolvimento Regional
6ª FASE				
Específico/ Administração de materiais	Denise Medianeira Mariotti Fernandes	Doutora	40h DE	G: Administração M: Engenharia de Produção D: Desenvolvimento Regional
Desenvolvimento socioeconômico: Metodologias de análise	Dionéia Dalcin	Doutora	40h DE	G: Administração M: Extensão Rural D: Agronegócios
Específico/ Administração financeira II	Fabício Costa de Oliveira	Mestre	40h DE	G: Administração M: Engenharia de Produção
Específico/ Planejamento estratégico II	Dionéia Dalcin	Doutora	40h DE	G: Administração M: Extensão Rural D: Agronegócios
Conexo/ Empreendedorismo	Fabício Costa de	Mestre	40h DE	G: Administração M: Engenharia de Produção



Domínio/CCR	Professor	Titulação	Reg. Trab.	Graduação (G), Mestrado (M), Doutorado (D)
o	Oliveira			
Comum/ Direitos e cidadania	Serli Genz Bölter	Doutora	40h DE	G: Direito M: Educação nas Ciências Área Direito D: Sociologia
7ª FASE				
Específico/ Projeto de trabalho de conclusão de curso	Monize Sâmara Visentini	Doutora	40h DE	G: Administração M: Administração D: Administração
Específico/ Planejamento financeiro e orçamentário	Artur Filipe Ewald Wuerges	Mestre	40h DE	G: Administração M: Administração
Específico/ Logística	Denise Medianeira Mariotti Fernandes	Doutora	40h DE	G: Administração M: Engenharia de Produção D: Desenvolvimento Regional
Específico/ Direito tributário e do trabalho	Saete Oro Boff	Pós- Doutora	40h	G: Direito e Letras M: Direito D: Direito
Específico/ Gestão de tecnologias e sistemas de informação	Monize Sâmara Visentini	Doutora	40h DE	G: Administração M: Administração D: Administração
Comum/ Introdução ao pensamento social	Edemar Rotta	Doutor	40h DE	G: Filosofia M: Sociologia D: Serviço Social
8ª FASE				
Específico/ Trabalho de conclusão de curso	Rodrigo Prante Dill	Mestre	40h DE	G: Administração M: Administração
Específico/ Estágio curricular supervisionado	Dionéia Dalcin	Doutora	40h DE	G: Administração M: Extensão Rural D: Agronegócios
Específico/ Fundamentos Socioantropológic os	Ivann Carlos Lago	Doutor	40h DE	G: Ciências Sociais M: Sociologia Política D: Sociologia Política
Específico/ Direito empresarial	Serli Genz Bölter	Doutora	40h DE	G: Direito M: Educação nas Ciências Área Direito D: Sociologia
Comum/ Meio ambiente,	Edemar Rotta	Doutor	40h DE	G: Filosofia M: Sociologia



Domínio/CCR	Professor	Titulação	Reg. Trab.	Graduação (G), Mestrado (M), Doutorado (D)
economia e sociedade				D: Serviço Social



14 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO

14.1 Biblioteca

As bibliotecas da UFFS têm o compromisso de oferecer o acesso à informação a toda a comunidade universitária para subsidiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Vinculadas à Coordenação Acadêmica do seu respectivo *Campus*, as bibliotecas estão integradas e atuam de forma sistêmica.

A Divisão de Bibliotecas (DBIB), vinculada à Pró-Reitoria de Graduação, fornece suporte às bibliotecas no tratamento técnico do material bibliográfico e é responsável pela gestão do Portal de Periódicos, Portal de Eventos e do Repositório Digital, assim como fornece assistência editorial às publicações da UFFS (registro, ISBN e ISSN) e suporte técnico ao Sistema de Gestão de Acervos (Pergamum). Cada uma das unidades tem em seu quadro um ou mais bibliotecários, com a responsabilidade de garantir que todos os serviços de atendimento à comunidade, em cada um dos *campi*, sejam oferecidos de forma consonante à “Carta de Serviços aos Usuários”, assumindo o compromisso da qualidade na prestação de todos os seus serviços.

A DBIB tem por objetivo a prestação de serviços para as bibliotecas da Instituição, visando: articular de forma sistêmica a promoção e o uso de padrões de qualidade na prestação de serviços, com o intuito de otimizar recursos de atendimento para que os usuários utilizem o acervo e os serviços com autonomia e eficácia; propor novos projetos, programas, produtos e recursos informacionais que tenham a finalidade de otimizar os serviços ofertados em consonância com as demandas dos cursos de graduação e pós-graduação, atividades de pesquisa e extensão.

Atualmente a UFFS dispõe de seis bibliotecas, uma em cada *Campus*. Os serviços oferecidos são: consulta ao acervo; empréstimo, reserva, renovação e devolução; empréstimo entre bibliotecas; empréstimo interinstitucional; empréstimos de notebooks; acesso à internet wireless; acesso à internet laboratório; comutação bibliográfica; orientação e normalização de trabalhos; catalogação na fonte; serviço de alerta; visita guiada; serviço de disseminação seletiva da informação; divulgação de novas aquisições; capacitação no uso dos recursos de informação; assessoria editorial.

As bibliotecas da UFFS também têm papel importante na disseminação e preservação da produção científica institucional a partir do trabalho colaborativo com a



DBIB no uso de plataformas instaladas para o Portal de Eventos, Portal de Periódicos e Repositório Institucional, plataformas que reúnem os anais de eventos, periódicos eletrônicos, trabalhos de conclusão de cursos (monografias, dissertações, etc.) e os documentos digitais gerados no âmbito da UFFS.

Com relação à ampliação do acervo, são adquiridas anualmente as bibliografias básica e complementar dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação, no formato impresso e outras mídias, em número de exemplares conforme critérios estabelecidos pelo MEC.

A UFFS integra o rol das instituições que acessam o Portal de Periódicos da CAPES, a Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), mantida pela Rede Nacional de Ensino (RNP), cujos serviços oferecidos contemplam o acesso a publicações científicas, redes de dados de instituições de ensino e pesquisa brasileiras, atividades de colaboração e de ensino a distância.

14.2 Laboratórios

Visando desenvolver e intensificar o ensino, a pesquisa e a extensão no curso de Administração são disponibilizados três laboratórios para tais práticas: Laboratório da Empresa Júnior, Laboratório da Incubadora de Tecnossocial de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários e o Laboratório de Pesquisa em Administração.

A Empresa Júnior (Associação de consultoria dos alunos do curso de Administração se estrutura como um projeto de extensão do curso de Administração e se configura como consultoria e assessoria administrativa prestada pelos acadêmicos, sob orientação de professores. Sua fundação em Assembleia foi realizada no dia vinte e dois de abril de 2014. Aliada a esta atividade, foi realizada a eleição da sua Diretoria Executiva, ambas atividades relacionadas ao Projeto de Extensão “Projeto de Criação da Empresa Júnior do curso de Administração, *Campus* de Cerro Largo”, institucionalizado na UFFS e sob a coordenação da professora Monize Visentini. O objetivo principal desse projeto consistia em “propor a criação de uma Empresa Júnior no curso de Administração, do *Campus* de Cerro Largo, visando oportunizar aos acadêmicos do curso, através da atuação em projetos de extensão, a aplicação prática de conhecimentos teóricos relativos à sua área de formação profissional”. Tendo em vista a criação da



Empresa Júnior, bem como, o seu funcionamento a partir do segundo semestre de 2014, faz-se imprescindível que os acadêmicos que atuam nessa Associação tenham suporte dos docentes da instituição, no desempenho das atividades.

Dessa forma, em 2016 foi desenvolvido o Programa “Capacitação e Suporte à Gestão da Empresa Júnior (EJ) do curso de Administração”, sob a coordenação da professora Denise Medianeira Mariotti Fernandes com intuito de subsidiar a realização de projetos que possam contribuir na capacitação e suporte aos acadêmicos associados da Empresa Júnior do curso de Administração. Isso porque, algumas das atividades desenvolvidas pela Integração Júnior serão serviços de consultoria na área em que estudam seus membros, havendo a necessidade de auxílio por parte dos docentes do curso na realização desses trabalhos, bem como, na capacitação desses alunos.

De forma geral, estes projetos e programas consolidaram a Empresa Júnior no curso de Administração, evidenciando que a mesma é de grande importância para os acadêmicos, sendo que a experiência proporciona antecipar na prática os desafios que serão enfrentados durante a vida profissional do administrador.

O Laboratório de Empresa Júnior, possui um espaço específico para acomodar os acadêmicos e o público em geral, conforme descrição no Quadro 12.

Quadro 12 – Recursos para o laboratório da Empresa Júnior

LABORATÓRIO EMPRESA JÚNIOR	
Professores Responsáveis: Denise Medianeira Mariotti Fernandes	
Alunos por turma:	15
Área: 35,88 m ²	Localização: Bloco A - Sala 202
Quantidade	Descrição
1	Quadro branco
6	Microcomputadores completos
5	Mesas de trabalho retangular
4	Mesa em L
10	Cadeiras fixas
6	Cadeira giratória
1	Projektor multimídia
1	Armário alto com prateleiras, 2 portas com chave
1	Filmadora portátil
4	Armário baixo com prateleiras
1	Aparelho de Telefonia
1	Tela de Projeção
1	Conjunto de Ar Condicionado



A Incubadora Tecnossocial de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários (ITCEES) é um laboratório do curso de Administração que trabalha com base no desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Institucionalizado desde 2013, tem a missão de “ser um local onde se desenvolvam ações de incubação e cooperação em Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), atuando como um espaço de estudos, pesquisa-ação e desenvolvimento de tecnologias voltadas à organização do trabalho coletivo com foco na sustentabilidade e autogestão dos empreendimentos”. Sua visão consiste em “atuar por meio de processo político-pedagógico mediado pelo uso de tecnologias sociais, como forma de apoio e incentivo à formação e consolidação de empreendimentos econômicos autogestionários, potencializando práticas sociais emancipatórias e promovendo o desenvolvimento regional”.

A ITCEES tem seu marco de trabalho no Programa de Extensão (Edital nº522/UFFS/2016) denominado “Processos e ações de extensão da ITCEES: desafios e impactos para o desenvolvimento territorial sustentável e solidário das Regiões Noroeste e Missões do Estado do Rio Grande do Sul”. Em, 2019, incubou três cooperativas, sendo elas: a Rede de Cooperativas, Associações e Agroindústrias da Agricultura Familiar do Território Missões (REMAF); a Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar de Cerro Largo Ltda (COOPACEL) e a Cooperativa de Trabalho de Catadores Unidos Pela Natureza (COOPERCAUN), onde por meio de ações de extensão, presta assessoria técnica e social à estes empreendimentos.

O laboratório possui Regimento Interno, onde consta a missão, visão e os seus objetivos. Periodicamente é feito um processo de seleção pública com a finalidade de entrada de novos empreendimentos. Para o andamento das atividades segue-se a metodologia explicada no Regimento Interno, que prevê as seguintes etapas: pré-incubação (identifica-se o perfil de atuação dos empreendimentos, analisando sua viabilidade econômica e potencial de desenvolvimento); incubação (auxílio técnico-administrativo para a elaboração de tarefas); e desincubação (avaliação de todo o andamento dos empreendimentos solidários no âmbito do projeto).

Este Laboratório é voltado à elaboração e ao desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão na área de tecnologias técnico-sociais voltadas para cooperativas e empreendimentos econômicos solidários com o objetivo de fomentar a



geração de projetos para a área, o mesmo ocupa espaço conforme descrição no Quadro 13.

Quadro 13 – Recursos para o laboratório da Incubadora Tecnosocial de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários

LABORATÓRIO INCUBADORA TECNOSSOCIAL DE COOPERATIVAS E EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	
Professores Responsáveis: Louise de Lira Roedel Botelho	
Alunos por turma:	15
Área: 88,34 m ²	Localização: Unidade Seminário - sala 1-1-09
Quantidade	Descrição
4	Quadro branco
11	Microcomputadores completos
11	Mesas para computadores
10	Mesa em U
1	Mesa Oval para reuniões
23	Cadeiras
13	Cadeira giratória
1	Projektor
11	Armário 2 portas com chave
3	Armário baixo com gaveta

Por fim, o Laboratório de Pesquisa em Administração é um espaço destinado a atividades interdisciplinares e multidisciplinares do curso de Administração, estando voltado para a realização de estudos que contribuam para o desenvolvimento, a inovação e a tomada de decisão no contexto organizacional, por meio, da análise e/ou modelagem dos processos, das estratégias e das tecnologias de gestão.

O laboratório funciona como espaço de fomento no ensino e aprendizado de diversas disciplinas do curso, bem como, para orientações de trabalhos de curso, para o desenvolvimento de atividades de bolsistas e orientadores em projetos de pesquisa e extensão.

Destinado a docentes e discentes que buscam um espaço de interação, possui computadores e softwares específicos para as atividades a serem desenvolvidas como forma da promoção de ensino, pesquisa e extensão. Assim como, espaço para as atividades dos grupos de pesquisa da área, em especial o Estudos Organizacionais e Tecnologias de Gestão, já implementado, e que atende a grande parte dos docentes do curso, bem como, os discentes.

Assim, o Laboratório busca contribuir para a relação de atividades teórico-práticas de ensino-aprendizagem, de ensino, pesquisa e extensão, para a formação de



profissionais capazes de compreender as organizações e fomentar a criatividade e desenvolvimento pessoal dos discentes. As especificações do referido laboratório encontram-se no Quadro 14.

Quadro 14 – Recursos para o laboratório de Pesquisa em Administração

LABORATÓRIO DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO	
Professores Responsáveis: Dionéia Dalcin	
Alunos por turma:	10
Área: 27,04 m ²	Localização: Bloco A – sala 202
Quantidade	Descrição
1	Quadro branco
10	Microcomputadores completos
8	Mesas de trabalho retangular
1	Mesa em L
10	Cadeiras fixas
1	Cadeira giratória
1	Projeter multimídia
1	Armário alto com prateleiras, 2 portas com chave
1	Filmadora portátil
1	Gaveteiro com três gavetas e um gavetão
1	Aparelho de Telefonia
1	Tela de Projeção
1	Conjunto de ar-condicionado

Destaca-se que os três laboratórios já estão consolidados e apoiando os docentes e discentes nas atividades desenvolvidas para ensino, pesquisa e extensão.

14.3 Demais itens

A UFFS, *Campus* Cerro Largo, oferece uma infraestrutura física, com equipamentos e materiais para atendimento das necessidades de seus discentes, docentes e comunidade regional. São diferentes ambientes destinados ao ensino, à pesquisa, à extensão, à gestão das atividades acadêmicas e às demandas acadêmicas gerais.

A infraestrutura do *Campus* Cerro Largo é composta por duas unidades. Uma delas localizada no interior da aglomeração urbana, identificada informalmente como “Seminário” e outra, mais recente e localizada nas adjacências da cidade, identificada informalmente como *Campus*.

A Unidade “Seminário”, na qual o curso de Administração ocasionalmente desenvolve atividades, apresenta salas de aula amplas contendo recursos adequados;



sala equipada para bolsistas; salas de informática com internet; sistema de *wireless*; sala para coordenação do curso de pós-graduação; auditório com equipamento de videoconferência com 144,67 m² e capacidade para 120 lugares.

A unidade “Seminário” possui um Ginásio Poliesportivo com capacidade para 300 (trezentas) pessoas, com área de 1229,28 m² disponível para práticas de diferentes modalidades esportivas e eventos de integração dos acadêmicos e da comunidade.

A unidade *Campus* possui atualmente dois blocos construídos, além de uma área experimental. Em um destes blocos (o Bloco A propriamente dito), com uma área de 4.925,06Km² se localizam as salas de aula, que comportam turmas com até 70 alunos, espaço para cantina e salas para setores administrativos.

Em outro bloco encontram-se 51 gabinetes de professores com área de 13,87m² cada um, utilizados por dois docentes. Os gabinetes são climatizados, com espaço e mobília adequados para o desenvolvimento das atividades docentes. Haverá também a disponibilização de sala de reuniões, auditório, entre outros espaços para uso comum no mesmo prédio, o qual possui uma área total de 2.522,74 m².

Dentre os laboratórios que atendem todo o *Campus*, 22 deles estão dispostos em três blocos de 1.150,51m² cada um, construídos seguindo os padrões para cada uma das áreas e/ou finalidades (chuveiros de emergência, canalização de gases, coleta de resíduos, acesso para portadores de necessidades especiais, entre outras) e todos possuem climatização.



15 CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA

A UFFS, em sua estrutura administrativa, tem um Núcleo de Acessibilidade, composto por uma Divisão de Acessibilidade vinculada à Diretoria de Políticas de Graduação (DPGRAD) e os Setores de Acessibilidade dos *campi*. O Núcleo tem por finalidade atender servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na universidade, podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional. O Núcleo de Acessibilidade da UFFS segue o que está disposto em seu Regulamento, Resolução Nº 6/2015 – CONSUNI/CGRAD. Com o objetivo de ampliar as oportunidades para o ingresso e a permanência nos cursos de graduação e pós-graduação, assim como o ingresso e a permanência dos servidores, foi instituída a Política de Acesso e Permanência da Pessoa com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação da UFFS. Tal política foi aprovada pela Resolução Nº 4/2015 – CONSUNI/CGRAD.

Buscando fortalecer e potencializar o processo de inclusão a acessibilidade, a UFFS, tem desenvolvido ações que visam assegurar as condições necessárias para o ingresso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes, público-alvo da educação especial, na instituição. Dentre as ações, visa atender à Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, a fim de garantir aos portadores do transtorno do espectro autista acesso à educação, por meio do Núcleo de Acessibilidade, que desempenha ações que visam garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem para esses estudantes. Assim, apresenta-se a seguir, as ações desenvolvidas na instituição e que promovem a acessibilidade física, pedagógica, de comunicação e informação:

15.1 Acessibilidade arquitetônica

- Construção de novos prédios de acordo com a NBR9050 e adaptação/reforma nos prédios existentes, incluindo áreas de circulação, salas de aula, laboratórios, salas de apoio administrativo, biblioteca, auditórios, banheiros, etc.;

- Elaboração de parecer pedagógico descritivo pelo professor da disciplina ao qual o aluno com transtorno do espectro autista está matriculado, ao final de cada semestre, a



fim de detalhar os objetivos, conteúdos, proposta pedagógica e abordagem metodológica das aulas e atividades adaptados e trabalhados junto ao acadêmico.

- Realização de aulas de apoio por parte do professor junto ao aluno com transtorno do espectro autista, possibilitando, além do apoio oferecido em sala de aula, a oferta semanal de um horário específico de trabalho extraclasse da disciplina para potencializar sua aprendizagem.

- Instalação de bebedouros com altura acessível para usuários de cadeira de rodas;

- Estacionamento com reserva de vaga para pessoa com deficiência;

- Disponibilização de sinalização e equipamentos para pessoas com deficiência visual;

- Organização de mobiliários nas salas de aula e demais espaços da instituição de forma que permita a utilização com segurança e autonomia;

- Projeto de comunicação visual para sinalização das unidades e setores.

15.1.1 Detalhamento da acessibilidade arquitetônica nos espaços

Na unidade “*Campus*”, nas áreas externas há caminhos podotáteis, a circulação pelo *Campus* pode ser realizada toda em nível. Em alguns pontos possui rampas para vencer diferenças de níveis de terrenos. As paradas de ônibus possuem ponto de parada para PCD's e os cruzamentos de vias, todos em nível com caminho tátil sobre faixas elevadas, existem vagas de estacionamento exclusivas para PCD.

Em relação às edificações, no *Campus* (Bloco A tem 4 pavimentos e possui acesso em nível a todos os pavimentos através de elevadores, possui caminhos podotáteis, 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD em cada um dos 4 pavimentos.

No Bloco dos Professores tem 2 pavimentos mas permite acesso em nível a todos os pavimentos através de elevador, possui caminhos podotáteis, 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD em cada um dos 2 pavimentos além de 1 vestiário unissex adaptado PCD no térreo e 1 fraldário.

Os Pavilhões de Laboratórios são formados por 3 edificações, todos térreos, portando com acesso em nível a todas instalações, possui caminhos podotáteis, 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD em cada um dos 3 pavilhões, bebedouro adaptado; possui placas em braile na entrada dos pavilhões identificando o mapa dos espaços dos pavilhões.



O Restaurante Universitário por ser térreo possui acesso em nível a todas as suas instalações, possui caminhos podotáteis, 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD na entrada do refeitório e um 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD na saída, bebedouro adaptado, mobiliário condizente com o uso por parte de PCD.

No Seminário, onde ocasionalmente o curso de administração desenvolve atividades, todos os 4 pavimentos possuem acesso através de elevador, o acesso principal a edificação é por rampa, há 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD dentro de cada um dos respectivos banheiros coletivos. No Seminário fica localizados um Ginásio Poliesportivo com acesso em nível por caminhos podotáteis, há 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD dentro de cada um dos respectivos banheiros coletivos. Em complemento no Seminário também se localiza um auditório, cujo acesso é por rampa em nível.

15.2 Acessibilidade comunicacional

- Tornar acessível as páginas da UFFS na internet (em andamento);
- Presença em sala de aula de Tradutor e Intérprete de LIBRAS nos cursos de graduação, que há estudante(s) matriculado(s) com surdez e nos eventos institucionais;
- Empréstimo de equipamentos com tecnologia assistiva.

15.3 Acessibilidade programática

- Criação e implantação do Núcleo e Setores de Acessibilidade;
- Elaboração da Política de Acesso e Permanência da pessoa com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação;
- Oferta da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como componente curricular obrigatório em todos os cursos de licenciatura e, como componente curricular optativo, nos cursos de bacharelados;
- Oferta de bolsas para estudantes atuar no Núcleo ou Setores de Acessibilidade;
- Oferta de capacitação para os servidores;

15.4 Acessibilidade metodológica



- Orientação aos coordenadores de curso e professores sobre como organizar a prática pedagógica diante da presença de estudantes com deficiência;
- Disponibilização antecipada, por parte dos professores para o intérprete de LIBRAS, do material/conteúdo a ser utilizado/ministrado em aula;
- Envio de material/conteúdo em slides para o estudante surdo com, pelo menos, um dia de antecedência;
- Presença em sala de aula de Tradutor e Intérprete de LIBRAS nos cursos de graduação, no qual há estudante(s) matriculado(s) com surdez. Além de fazer a tradução e interpretação dos conteúdos em sala de aula, o tradutor acompanha o estudante em atividades como visitas a empresas e pesquisas de campo; realiza a mediação nos trabalhos em grupo; acompanha as orientações com os professores; acompanha o(s) acadêmico(s) surdo(s) em todos os setores da instituição; traduz a escrita da estrutura gramatical de LIBRAS para a língua portuguesa e vice-versa e glosa entre as línguas; acompanha o(s) acadêmico(s) em orientações de estágio com o professor-orientador e na instituição concedente do estágio; em parceria com os professores, faz orientação educacional sobre as áreas de atuação do curso; promove interação do aluno ouvinte com o aluno surdo; orienta os alunos ouvintes sobre a comunicação com o estudante surdo; grava vídeos em LIBRAS, do conteúdo ministrado em aula, para que o estudante possa assistir em outros momentos e esclarece as dúvidas do conteúdo da aula;
- Adaptação de material impresso para áudio ou braille para os estudantes com deficiência visual;
- Empréstimo de notebooks com programas leitores de tela e gravadores para estudantes com deficiência visual;
- Disponibilização de apoio acadêmico.

15.5 Acessibilidade atitudinal

- Realização de contato com os familiares para saber sobre as necessidades;
- Promoção de curso de Capacitação em LIBRAS para servidores, com carga horária de 60h, objetivando promover a comunicação com as pessoas Surdas que estudam ou buscam informações na UFFS;
- Orientação aos professores sobre como trabalhar com os estudantes com deficiência;



- Realização de convênios e parcerias com órgãos governamentais e não governamentais.
- Participação nos debates locais, regionais e nacional sobre a temática.



16 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, M. de J. A Importância da EAD na Formação do Sujeito. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 02, Ed. 01, Vol. 14, pp. 71-81 Janeiro de 2017.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (1988)**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LEI N° 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: Abril de 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo escolar 1996-2007**. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inepdivulga-resultados-finais-do-censo-escolar-de-2007/21206. Acesso em: 03 de junho de 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.536, de 11 de dezembro de 1997**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 dez., 1997. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9536.htm>. Acesso em: 03 de junho de 2019.

BRASIL. **Portaria N° 1.134, de 10 de outubro de 2016**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11/10/2016, Seção 1, p. 21 Disponível:

<http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-no-1-134-de-10-de-outubro-de-2016-22055503-22055503?inheritRedirect=true>. Acesso em: 25 de setembro de 2019.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 23 de 06 de junho de 2005**. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2005/ces_23_2005.pdf. Acesso em: 03 de junho de 2019.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 4, de 13 de julho de 2005 - CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004_05.pdf. Acesso em: 03 de junho de 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.029, de 15 de setembro de 2009**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 set., 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L12029.htm> Acesso em: 03 de junho de 2019.



BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Diário Oficial da União, DF, 29 de agosto de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 03 de junho de 2019.

BRASIL. **Decreto Nº 7.824, de 11 de outubro de 2012.** Diário Oficial da União, Brasília, DF. 10 out., 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm. Acesso em: 03 de junho de 2019.

BRASIL. **Portaria Normativa MEC nº 18 de 15 de outubro de 2012.** Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível: http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf. Acesso em: 03 de junho de 2019.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015-** MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO PLENO. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file> > Acesso em: 03 de junho de 2019.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CNE Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: Junho de 2019.

FAVERO, Altair Alberto; TAUCHEN, Gionara. Epistemologia da complexidade e didática complexa: princípios e desafios. **Educação e Filosofia**. Uberlândia, v. 27, n. 53, p. 175-192, jan./jun. 2013.

GUERIN, C. S.; PRIOTTO, E. M. T. P.; MOURA, F. C. de. Geração Z: A Influência da Tecnologia nos Hábitos e Características de Adolescentes. **Revista Valor**, Volta Redonda, 3 (Edição Especial): 726-734., 2018 Disponível em: <https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/187>> Acesso em: 05 jun. 2019.

LIRA, D. SPONCHIADO, D. A. M. A formação pedagógica do profissional docente no ensino superior: desafios e possibilidades. **Revista Perspectiva**. Erechim. v.36, n.136, p.7-15, dezembro/2012. Disponível em: http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/136_297.pdf. Acesso em: 07 jun. 2019.

LUNA, E.; FOLGUEIRAS, P. Juventud Y Participación Comunitaria: su potencial como herramienta de aprendizaje. **Currículo sem Fronteiras**, v. 14, n. 1, p. 123-136, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol14iss1articles/luna-folgueiras.pdf>> Acesso em: 05 jun. 2019



MINETTO, et al. A Extensão Universitária a Formação de Estudantes do Curso de Administração –UFFS, *Campus Cerro Largo*. **Revista Conbrad**. Maringá, v.1, n.1, p.33-46, 2016. Disponível em:

<<http://www.revistaconbrad.com.br/editorial/index.php/conbrad/article/view/22>> Acesso em: 05 jun. 2019

MORAN, J.M.; MASETTO, M.T.; BEHRENS, M.A. (Ed.). **Novas tecnologias e mediações pedagógicas**. 13. ed. São Paulo: Papirus, 2007.

MORIN, Edgar. **Educação e complexidade**: os sete saberes e outros ensaios. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

PILATTI, L. A.; LIEVORE, C. Universidades tecnológicas: o que induziu esse modelo universitário no Brasil. **Revista brasileira de Ensino de Ciência e tecnologia**. Ponta Grossa, v. 11, n. 2, p. 352-383, mai./ago. 2018. Disponível em: <

<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect/article/view/8471>> Acesso em: 05 jun. 2019

ROSTAS, M. H. S. G.; ROSTAS, G. R. O ambiente virtual de aprendizagem (moodle) como ferramenta auxiliar no processo ensino-aprendizagem: uma questão de comunicação. In: SOTO, U., MAYRINK, MF., and GREGOLIN, IV., **Linguagem, educação e virtualidade** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 249 p.

SANTOS, Sonia Regina Mendes dos. Et Al. **Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão**. Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG, 2013. p. 165.

SCREMIN, G.; ISAIA, S. M. de A. Docência no ensino superior: o papel dos docentes nos cursos de licenciatura. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE. 11 Curitiba, 2013. **Anais...** Curitiba: PUC-PR, 2013.

SCHWAB, K. **A quarta revolução industrial**. 1. ed. São Paulo: Edipro, 2016.

SOTO, U., MAYRINK, MF., GREGOLIN, IV., **Linguagem, educação e virtualidade** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 249 p.

STADTLOBER. C. de S. Curso de Administração precisa estar mais próximo da criatividade e da inovação. **Revista Master/CRA-RS**. jan. fev. mar, Edição nº160. 2019.

UFFS. **Resolução nº 1/2011 – CONSUNI/CGRAD** – institui e regulamenta, conforme a Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010. Disponível em:



<http://historico.uffs.edu.br/index.php?>

[option=com_content&view=article&id=1079&Itemid=1910&site=consuni\]](http://historico.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1079&Itemid=1910&site=consuni) Acesso em: 03 de junho de 2019.

UFFS. **Resolução nº 003/2011 – CONSUNI/CGRAD.** Disponível em:

<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgrad/2011-0003>. Acesso em: 03 de junho de 2019.

UFFS. **Resolução nº 006/2012 – CONSUNI/CGRAD.** Disponível em:

<<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgae/2016-0006>>. Acesso em: 03 de junho de 2019.

UFFS. **Resolução nº 32/2013 – CONSUNI.** Disponível em

<<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consuni/2013-0032>>. Acesso em: 03 de junho de 2019.

UFFS. **Resolução nº 33/2013/CONSUNI disponível em:** <

<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consuni/2013-0033> > Acesso em: 03 de junho de 2019.

UFFS. **Resolução nº 4/CONSUNI CGRAD/UFFS/2014.** Disponível em:

<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgrad/2014-0004>. Acesso em: 03 de junho de 2019.

UFFS. **Resolução nº 5/2014 CONSUNI/CGRAD.** Disponível

em:<http://historico.uffs.edu.br/index.php?>

[option=com_content&view=article&id=1079&Itemid=1910&site=consuni](http://historico.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1079&Itemid=1910&site=consuni) Acesso em: 03 de junho de 2019.

UFFS. **Resolução nº 4/CONSUNI/GRAD/UFFS/2015.** Disponível em:

http://www.uffs.edu.br/images/soc/Resoluo_n_4-2015_-_CONSUNI-CGRAD_-_Institui_a_Poltica_de_Acessibilidade_da_UFFS.pdf. Acesso em: 03 de junho de 2019.

UFFS. **Resolução nº 006/2015 – CONSUNI/CGRAD.** Disponível em:

<<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgae/2016-0006>>. Acesso em http://www.uffs.edu.br/images/soc/Resoluo_n_6-2015_-_CONSUNI-CGRAD_-_Regulamento_do_Ncleo_de_Acessibilidade.pdf. Acesso em: 03 de junho de 2019.

UFFS. **Resolução nº 7/2015 – CONSUNI/CGRAD.** Disponível em: < www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgrad/2015-0007 > Acesso em: Junho de 2017.

UFFS. **Resolução nº 008/2016 – CONSUNI/CGAE.** Disponível em:

<<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgae/2016-0008>>. Acesso em: 03 de junho de 2019.



UFFS. Edital nº 522/GR/UFFS/2016. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/edital/gr/2016-0522>. Acesso em: 03 de junho de 2019.

UFFS. Resolução nº 005/2018 – CONSUNI/CGAE. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgae/2018-0005>. Acesso em: 03 de junho de 2019.

UFFS. Portaria nº 189/ PROGRAD/UFFS/2018. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/portaria/prograd/2018-0189>. Acesso em: 03 de junho de 2019.

VALENTE, J. A. A sala de aula invertida e a possibilidade do ensino personalizado: uma experiência com a graduação em midialogia. In: BACICH, Lilian. MORAN, José (Orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Penso, 2018.



17 ANEXOS

ANEXO I - REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º. O presente Regulamento normatiza as atividades de estágio curricular supervisionado do curso de Administração, *Campus Cerro Largo*.

Art. 2º. A denominação estágio curricular supervisionado presente neste regulamento de estágio corresponde ao estágio obrigatório presente na Resolução nº 7/CONSUNI/CGRAD/UFFS/2015, de 13 de agosto de 2015 e na Lei 11.788/2008.

CAPÍTULO I DA CONCEPÇÃO DE ESTÁGIO

Art. 3º. O estágio curricular supervisionado do curso de Administração é um componente curricular obrigatório, conforme previsto no projeto pedagógico do curso, com base na Resolução n. 4, de 13 de julho de 2005 do Conselho Nacional de Educação/MEC, e é uma das bases curriculares para atingir o perfil formativo esperado do acadêmico do curso de Administração.

Art. 4º. O estágio curricular supervisionado obrigatório do curso de Administração segue a concepção de estágio proposta pelo Regulamento de Estágio da UFFS, o qual concebe o estágio como um tempo-espço de formação teórico-prática orientada e supervisionada, que mobiliza um conjunto de saberes acadêmicos e profissionais para observar, analisar e interpretar práticas institucionais e profissionais e/ou para propor intervenções, cujo desenvolvimento se traduz numa oportunidade de reflexão acadêmica, profissional e social, de iniciação à pesquisa e de redimensionamento dos projetos de formação.



CAPÍTULO II

DA IMPORTÂNCIA E DOS OBJETIVOS DO ESTÁGIO

Art. 5º. A importância do estágio, no contexto do currículo do curso de Administração resulta do seu papel de integrar o acadêmico com a realidade das empresas e/ou das organizações da região, do Estado e do País, onde deverá exercer suas futuras atividades profissionais.

Art. 6º. O estágio curricular supervisionado envolve atividades de aprendizagem social, cultural e profissional numa situação real de trabalho e vida do Acadêmico de Administração:

I – É uma oportunidade para integrar teoria e prática, demonstrar domínio sobre os conhecimentos teóricos assimilados no decorrer do curso, sistematizar o conhecimento adquirido em contraste com a observação personalizada na empresa e desenvolver o perfil profissional;

II – O estágio visa um estudo das organizações e oportuniza o desenvolvimento de um trabalho orgânico e comprometido, proporcionando ao corpo docente um processo de formação continuada, tanto em relação aos problemas identificados, quanto em relação aos mecanismos de mudança;

III – É uma oportunidade de associar os conhecimentos gerais e específicos, experimentar as habilidades que o profissional precisa desenvolver para saber fazer e as atitudes que repercutem no posicionamento pessoal frente às exigências ambientais.

Art. 7º. São objetivos gerais do estágio:

I – Proporcionar ao estagiário, vivências que possibilitem colocar em prática os conhecimentos aprendidos no decorrer do curso, preparando-o para o exercício futuro da profissão;

II – Difundir a Ciência da Administração e valorizar a profissão do Administrador na organização objeto de estágio e na sociedade em geral;

III – Familiarizar o acadêmico com o comportamento sócio-econômico-político das organizações;

IV – Possibilitar o diagnóstico e análise dos procedimentos administrativos das organizações, propondo possíveis alternativas de solução aos problemas identificados, na área objeto do estágio.



CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 8º O Estágio Curricular Supervisionado será realizado a partir da 2º fase, tendo como pré-requisito o componente curricular Teorias da Administração II, e possui um total de carga horária correspondente a 6 (seis) créditos e 90 (noventa) horas, assim distribuídos:

	Carga horária		
	Total	I. Aulas teórico/práticas presenciais	I. Atividade de estágio desenvolvidas pelo estudante
Estágio curricular supervisionado	90 horas	15 horas	75 horas

CAPÍTULO IV

DAS UNIDADES CONCEDENTES DE ESTÁGIO E DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO

Art. 9º. As Unidades Concedentes de Estágio (UCE) serão constituídas de todas as organizações públicas e/ou privadas, localizadas no território nacional, priorizando as que estiverem localizadas na região de abrangência do *Campus* Cerro Largo no estado do Rio Grande do Sul e na região Sul do País, que estejam conveniadas junto a UFFS ou a agentes de integração de estágio que sejam conveniados com a UFFS, e que ofereçam condições para a prática profissionalizante da Administração, atendendo aos objetivos do estágio.

§ 1º. As UCE deverão oferecer condições para o planejamento e execução conjunta das atividades de estágio, aprofundamento dos conhecimentos teórico-práticos do campo específico de trabalho, vivência efetiva de situações reais de vida e trabalho num campo profissional.

§ 2º. O relacionamento formal entre a UFFS e a UCE, em especial a realização de convênios, deverá respeitar o estabelecido pela Resolução nº 7/CONSUNI/CGRAD/UFFS/2015.



Art. 10. Durante a vigência do estágio, o estagiário deve estar coberto por seguro contra acidentes pessoais, que, no caso de estágio não-obrigatório, será contratado pela UCE e no estágio obrigatório, a contratação ficará por conta da UFFS, podendo ser assumida pela UCE, caso haja interesse, conforme dispõe a Resolução nº 7/CONSUNI/CGRAD/UFFS/2015.

Art. 11. A atividade de estágio desenvolvida pelo estudante, no campo de estágio deverá ter a supervisão de um profissional da UCE e orientação de um docente da UFFS.

Art. 12. O estágio poderá ser desenvolvido em uma das seguintes áreas: Administração Geral; Administração Financeira; Administração da Produção, Logística e Materiais; Administração de Pessoas; Administração de Marketing; Administração de Cooperativas; Planejamento Estratégico; Pesquisa Operacional; Comércio Exterior; Administração Pública e, Administração de Sistemas de Informação.

CAPÍTULO V DO PROCESSO DE ESTÁGIO

Art. 13. A realização do componente curricular Estágio curricular supervisionado, bem como do estágio não-obrigatório compreende, basicamente, as seguintes etapas:

- I – solicitação de matrícula no CCR de Estágio curricular supervisionado;
- II – escolha da UCE, da área de interesse e supervisor para realização do Estágio;
- III – definição do professor orientador;
- IV – formalização do estágio entre a UCE e a UFFS, conforme Resolução nº 7/CONSUNI/CGRAD/UFFS/2015;
- V – efetivação do seguro contra acidentes pessoais;
- VI – elaboração do plano de atividades;
- VII – execução das atividades de estágio previstas no plano de atividades por parte do acadêmico;
- VIII – elaboração, apresentação e entrega do relatório final;
- IX – avaliação e registro das notas atribuídas;
- X – arquivamento dos documentos produzidos durante a realização do estágio.



§ 1º. As etapas I e IX são realizadas apenas para o componente curricular de Estágio curricular supervisionado, correspondentes ao Estágio obrigatório.

§ 2º. Para o CCR Estágio curricular supervisionado, serão ministradas 15 horas de aulas presenciais, distribuídas conforme plano de ensino, devidamente aprovado pelo colegiado do curso.

CAPÍTULO VI DAS OBRIGAÇÕES DO ACADÊMICO

Art. 14. São obrigações do acadêmico estagiário:

I – entrar em contato com a UCE na qual serão desenvolvidas as atividades de estágio;

II – matricular-se no componente curricular Estágio curricular supervisionado, conforme previsto no projeto pedagógico do curso;

III - assinar o Termo de compromisso;

IV - colaborar na elaboração do plano de atividades de estágio;

V – participar de reuniões e atividades de orientação para as quais for convocado;

VI – cumprir todas as atividades previstas para o processo de estágio, de acordo com o projeto pedagógico do curso, o que dispõe este Regulamento, a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e a Resolução nº 7/CONSUNI/CGRAD/UFFS/2015;

VII – elaborar relatório de estágio;

VIII – respeitar os horários e normas estabelecidos pela UCE;

IX - zelar pela boa imagem da Instituição formadora junto à UCE e contribuir para a manutenção e a ampliação das oportunidades de estágio junto à mesma;

X – manter a ética no desenvolvimento do processo de estágio;

XI – cumprir as atividades descritas no plano de atividades do estágio, atendendo as orientações didáticas do professor orientador;

XII - comunicar qualquer irregularidade no andamento do seu estágio ao seu orientador, à coordenação de estágios do curso ou à Coordenação Acadêmica do *Campus*.

Parágrafo único. O acadêmico em estágio não obrigatório durante o período de matrícula no CCR estágio curricular supervisionado, poderá utilizar 75 horas práticas deste, condicionado ao cumprimento dos seguintes requisitos:



I. apresentar o contrato de estágio não obrigatório, em conjunto com carta de ciência da Unidade Concedente de Estágio, informando o período e horas que serão utilizados

II. o aluno deverá declarar que não utilizará estas horas para validação de ACCs junto ao curso de Administração

III. As demais atividades do componente curricular deverão ser cumpridas

IV. O não atendimento dos itens anteriores implica na obrigação de o acadêmico apresentar um termo aditivo ao contrato, informando o período e horas de estágio obrigatório.*

* Redação acrescentada pela RESOLUÇÃO Nº 5/CCADMCL/UFFS/2021.

CAPÍTULO VII DO SUPERVISOR DE ESTÁGIO

Art. 15. O supervisor de estágio será indicado pela UCE dentre seus profissionais, o qual acompanhará as atividades do acadêmico.

Parágrafo único. O supervisor de estágio deverá possuir formação ou experiência profissional na área de atuação do estagiário.

Art. 16. São atribuições do supervisor de estágio:

1. I - colaborar na elaboração do plano de atividades de estágio;
2. II - zelar pelo cumprimento do termo de compromisso;
3. III - assegurar, no âmbito da UCE, as condições de trabalho para o bom desempenho das atividades formativas dos estagiários;
4. IV - orientar e supervisionar as atividades de estágio, nos termos da Lei;
5. V - controlar a frequência do estagiário;
6. VI - emitir avaliação periódica sobre as atividades desenvolvidas pelo estagiário;
7. VII - informar à UFFS sobre os processos de estágio desenvolvidos na UCE;
8. VIII - participar de atividades de integração promovidas pela UFFS.

CAPÍTULO VIII



DO PROFESSOR ORIENTADOR

Art. 17. O professor orientador do estágio será escolhido pelo acadêmico dentre os professores indicados pelo Colegiado do curso de Administração.

§ 1º. O número máximo de acadêmicos sob orientação de cada professor será definido pelo colegiado de curso.

§ 2º. Será atribuída a carga horária correspondente a 02 (dois) créditos semestrais por grupo de até 06 (seis) estudantes matriculados, a ser distribuída aos professores orientadores, relativa ao processo de acompanhamento, conforme RESOLUÇÃO Nº 4/CONSUNI/CGAE/UFFS/2018.

Art. 18. São atribuições dos professores orientadores:

I – assessorar os acadêmicos na elaboração do plano de atividades e do relatório de estágio;

II – acompanhar o acadêmico ou turma de acadêmicos, no desenvolvimento da atividade de estágio, no campo de Estágio;

III – orientar e acompanhar o acadêmico nas diversas etapas de realização do estágio;

IV – avaliar o processo do estágio dos acadêmicos sob sua orientação;

V – fornecer informações ao coordenador de estágios do curso de Administração;

VI – participar das atividades programadas pelo coordenador de estágio;

VII - outras atribuições não descritas neste artigo, desde que pertinentes às atividades de estágio.

CAPÍTULO IX

DO PROFESSOR RESPONSÁVEL PELO CCR

Art. 19. O professor responsável pelo CCR será indicado pela coordenação do curso e aprovado pelo colegiado do curso no processo de ofertas de CCRs.

§ 1º. A coordenação indicará o professor para ministrar o CCR.

§ 2º. Será atribuída a carga horária correspondente a 01 (um) crédito semestral por turma de Estágio curricular supervisionado.



§ 3º. Esta função será exercida apenas para o componente curricular de Estágio curricular supervisionado, correspondentes ao Estágio obrigatório.

Art. 20. São atribuições dos professores responsáveis pelo CCR:

- I – Preparar e programar o CCR Estágio curricular supervisionado;
- II – Desenvolver o plano de ensino do CCR Estágio curricular supervisionado;
- III – Ministrar aulas presenciais para apresentação do CCR, discussão da Legislação pertinente ao estágio, apresentação de áreas temáticas, e orientação da elaboração do plano de atividades e do relatório de estágio;
- IV – Realizar seminários de discussão, socialização e avaliação do CCR;
- V – Realizar os registros acadêmicos necessários ao componente curricular de Estágio curricular supervisionado, incluindo os resultados das avaliações.

CAPÍTULO X DO PLANO DE ATIVIDADES

Art. 21. O plano de atividades será elaborado pelo acadêmico, assessorado pelo professor orientador e pelo supervisor de estágio, e conterà, além da identificação do acadêmico e da UCE, a descrição das atividades a serem executadas durante a realização do estágio.

§ 1º. O plano de atividades deverá, no caso de estágio curricular supervisionado, estar concluído e aprovado pelo professor orientador até o trigésimo dia do início do semestre letivo da respectiva disciplina, de acordo com o calendário acadêmico da UFFS.

§ 2º. Para o estágio não-obrigatório, o plano de atividades deverá ser entregue, aprovado pelo professor orientador, até o trigésimo dia do início das atividades na UCE.

§ 3º. O colegiado do curso de Administração definirá, observados os modelos disponíveis na UFFS, o conteúdo e o modelo do plano de atividades o qual deverá ser observado pelo acadêmico.

CAPÍTULO XI DA COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO



Art. 22. A coordenação de estágio será exercida por professor designado pelo colegiado do curso de Administração.

§ 1º. Será atribuída à função de coordenação de estágios, a carga horária de 10 (dez) horas semanais.

Art. 23 São atribuições do coordenador de estágios:

I – definir, em conjunto com o colegiado do curso, encaminhamentos complementares de estágio para o curso;

II – definir, em conjunto com o corpo de professores orientadores de estágio, os campos de Estágio;

III – promover a articulação entre a universidade e as UCE;

IV – encaminhar oficialmente os acadêmicos aos respectivos campos de estágio;

V – fornecer informações necessárias aos professores orientadores e aos supervisores externos;

VI – coordenar, sempre que necessário, as reuniões com professores orientadores e supervisores de estágio;

VII – apresentar informações quanto ao andamento dos estágios, aos diversos órgãos da Administração Acadêmica da UFFS;

VIII – acompanhar e supervisionar todas as etapas do estágio observando o que dispõe este regimento e demais normas aplicáveis, especialmente o que dispõe a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e a Resolução nº 7/CONSUNI/CGRAD/UFFS/2015;

IX - coordenar as atividades de estágio obrigatório e não-obrigatório em nível de curso, em articulação com os professores do componente curricular, com os professores-orientadores de estágio, com a Coordenação Acadêmica e com as UCE;

X - coordenar a execução da política de estágio no âmbito do curso;

XI - levantar as demandas de estágio vinculadas à execução do projeto pedagógico do curso;

XII - orientar os acadêmicos de seu curso com relação aos estágios;

XIII - mapear as demandas de estágio dos semestres junto ao curso e buscar equacionar as vagas junto às UCE, de forma projetiva;

XIV - providenciar a organização da distribuição das demandas de estágio com seus respectivos campos de atuação no âmbito do curso;

XV - receber e encaminhar documentos e relatórios de estágio;



XVI - promover a socialização das atividades de estágio junto ao curso, intercursos e UCEs;

XVII - atender às demandas administrativas associadas ao desenvolvimento de atividades de estágio do curso.

CAPÍTULO XII DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Art. 24 O acadêmico elaborará, ao final de suas atividades de estágio, um relatório contendo, principalmente, a descrição das atividades realizadas.

Parágrafo único. O colegiado do curso definirá, observados os modelos disponíveis na UFFS, o conteúdo e o modelo do relatório de atividades do estágio o qual deverá ser observado pelo acadêmico, bem como a data limite para entrega dos mesmos.

CAPÍTULO XIII DA AVALIAÇÃO

Art. 25. A avaliação do estágio, quando corresponder ao CCR de Estágio curricular supervisionado, será realizada pelo professor responsável pelo CCR e pelo professor orientador e respeitará o sistema de avaliação adotado pela UFFS.

§ 1º. A avaliação somente poderá ser realizada quando todos os requisitos previstos neste regimento forem concretizados, em especial a elaboração e entrega do relatório e a avaliação do supervisor de estágio.

§ 2º. O professor orientador poderá solicitar ao acadêmico, correções e/ou alterações no seu relatório. Em qualquer caso a avaliação somente será realizada quando da entrega final do relatório.

§ 3º. A não observância, pelo acadêmico, de suas obrigações, em especial às referentes aos prazos estabelecidos para as diversas atividades da respectiva disciplina pode acarretar na sua reprovação na mesma.

§ 4º. Caso o acadêmico não atinja a nota mínima para aprovação, precisará refazer o plano de atividades ou o relatório final de estágio, em um prazo de 10 dias.

CAPÍTULO XIV



DA CONVALIDAÇÃO E APROVEITAMENTO DE ATIVIDADES PROFISSIONAIS EM EXERCÍCIO

Art. 26. Os acadêmicos que já exercem atividades profissionais na área de Administração, como proprietário de empresa ou funcionário de empresa pública e/ou privada, estão sujeitos às determinações deste regulamento.

Art. 27. Os acadêmicos sócios ou empregados de empresas na área que já desempenhem, ou tenham desempenhado durante o período da graduação na UFFS, profissionalmente funções gerenciais, de pesquisa ou de planejamento, no momento em que se exige o cumprimento do estágio supervisionado, podem requerer que sejam convalidadas suas atividades, desde que tenham exercido as funções em tempo não inferior a 300 horas/atividade.

Art. 28. Para a avaliação do pedido de convalidação e aproveitamento de atividades profissionais em exercício, para fins do estágio Curricular supervisionado obrigatório, o acadêmico deve apresentar, para o professor do CCR, os seguintes documentos, no prazo estabelecido pelo componente curricular:

I- Declaração da organização onde atua, dirigida a UFFS, em papel timbrado, devidamente assinado e carimbada pelo representante legal da organização, indicando o cargo ocupado, tempo e funções desempenhadas pelo acadêmico;

II- Cópia do Contrato Social, devidamente registrado, cartão do CNPJ atualizado da empresa e comprovação de que se trata de empresa ativa, caso o acadêmico participe do quadro societário da organização;

III- Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social, das páginas de qualificação civil, identificação, Contrato de Trabalho e alterações realizadas, tratando-se de empregado;

IV- Relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas.

§ 1º. O pedido de convalidação deve ser examinado pela coordenação estágio, que emitirá seu parecer. Uma vez indeferida a Convalidação, o acadêmico está sujeito ao cumprimento de todas as etapas e atividades relativas ao estágio curricular supervisionado, objeto deste regulamento.



§ 2º. No caso de parecer positivo da coordenação de estágio, o acadêmico será submetido aos mesmos critérios de avaliação dos demais matriculados no CCR Estágio curricular supervisionado, com exceção do plano de atividades.

CAPÍTULO XV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29. O acadêmico poderá realizar, em qualquer período do curso, estágio não-obrigatório, o qual obedecerá ao exposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais referentes ao curso, à legislação de estágios vigente e à regulamentação de estágios da UFFS, além do previsto neste regulamento, devendo ser realizado nas áreas citadas no Art. 12.

Art. 30. As demais orientações e casos omissos serão resolvidos pela coordenação do curso e/ou a coordenação de estágios, sujeitos à aprovação do colegiado do curso, nos limites da respectiva competência.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CAMPUS DE CERRO LARGO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Estágio Curricular Supervisionado

PLANO DE ATIVIDADE DE ESTÁGIO CURRICULAR
SUPERVISIONADO PARA A EMPRESA

Estagiário

CERRO LARGO, MÊS, ANO



DADOS DO ESTÁGIO

-Estagiário(a): (Nome completo, Idade, Sexo, Matrícula; dados do curso, email de contato e telefone de contato).

-Orientador (a): (Nome completo, titulação, área de orientação, email de contato).

-Supervisor (a): (Nome completo, titulação ou experiência na área, área de orientação, email de contato e telefone de contato).

-Unidade Concedente de Estágio (UCE): (nome e setor de atuação do estágio).

-Nº do termo de convênio da UCE com a UFFS: (caso haja).

-Vigência do estágio: (dias em que realizará o estágio e horas, totalizando no mínimo 75 horas práticas).



PLANO DE ATIVIDADE

I. Identificação

Caracterização da empresa e da área de estágio:

- a) Nome da Empresa.
- b) Descrição geral da empresa geral (histórico da organização, tamanho da organização, setor de atuação).
- b) Responsável: (descrição do supervisor, atividades que desenvolvem na organização).
- b) Local da empresa: mencionar onde se realizará a atividade de estágio (endereço, contato, email e telefone, atividades que são desenvolvidas pelo local).

II. Objetivos

- a) Relatar o objetivo geral do estágio.
- b) Relatar os objetivos específicos do estágio.

III. Programação:

Elencar o roteiro das atividades e/ou acontecimentos a serem realizados durante o evento ou atividade.

- a) Elencar as atividades a serem desenvolvidas
- b) Descrever cada atividade a ser desenvolvida
- c) Apresentar, em horas, o tempo a ser destinado para cada atividade

Quadro 1 – Título

Atividades	Descrição das atividades	Horas para as atividades

Fonte:



Apêndices: São documentos auxiliares tais como: tabelas, gráficos, organogramas, formulários, fotos, documentos, etc. elaborados pelos autores do trabalho.

Anexos: São documentos auxiliares tais como: mapas, organogramas, fotos, documentos, etc. que não são de autoria dos autores do trabalho.

Obs: Os apêndices ou anexos não são elementos obrigatórios, mas quando utilizado, deve estar citado no texto.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE CERRO LARGO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO - BACHARELADO
Estágio Curricular Supervisionado

**CARTA DE CIÊNCIA DO PLANO DE ATIVIDADE A SER DESENVOLVIDO
DURANTE O ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO**

Declaramos para os devidos fins que estamos cientes do plano de atividade do estágio curricular supervisionado de _____ junto a empresa _____, na área _____.

Cerro Largo, RS ___ de _____ de 20 ___.

Assinatura: _____
Professor (a) Orientador

Assinatura: _____
Supervisor (a) da Unidade Concedente

Assinatura: _____

Coordenador (a) de estágio do Curso de Administração *Campus* Cerro Largo



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CAMPUS DE CERRO LARGO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO - BACHARELADO
Estágio Curricular Obrigatório

RELATÓRIO DE ATIVIDADE DE ESTÁGIO CURRICULAR
SUPERVISIONADO DA EMPRESA

Estagiário

CERRO LARGO, MÊS, ANO



DADOS DO ESTÁGIO

-Estagiário(a): (Nome completo, Idade, Sexo, Matrícula; dados do curso, email de contato e telefone de contato).

-Orientador(a): (Nome completo, titulação, área de orientação, e-mail de contato).

-Supervisor(a): (Nome completo, titulação ou experiência na área, área de orientação, e-mail de contato e telefone de contato).

-Unidade Concedente de Estágio (UCE): (nome e setor de atuação do estágio).

-Nº do termo de convênio da UCE com a UFFS: (caso haja).

-Vigência do estágio: (dias em que realizou o estágio e horas, totalizando no mínimo 75 horas práticas).



INTRODUÇÃO

- Introduzir o conteúdo, bem como, a função do presente relatório.
- Apresentar os objetivos gerais e específicos (os quais estavam no plano de atividades).
- Apresentar genericamente a sistemática de realização do estágio.
- Citar o trabalho com orientador e supervisor, apresentando seus nomes e formação e/ou experiência profissional.
- Pode conter teoria sobre a importância do estágio e relação teoria x prática, bem como os principais autores que utilizou para o estudo.



A EMPRESA

Apresentar a realidade da empresa, na qual será descrito todo o histórico da organização, a missão, a visão, a estrutura organizacional (**organograma:** destacando o local onde atuou), as atividades desenvolvidas pelo estagiário na organização, os sistemas de administração, os sistemas de comunicações, as tecnologias utilizadas e os sistemas de avaliação de resultados.

Obs: Caso a organização não tenha organograma o mesmo deve ser criado.



ANÁLISE CRÍTICA

Escolher um processo (**atividade**), identificando a sua localização na estrutura organizacional, o seu objetivo, o pessoal envolvido e a qualificação profissional necessária para exercer a função na atividade escolhida, a tecnologia utilizada, a descrição do funcionamento de todo o processo, bem como a elaboração do mapeamento dos fluxos de trabalho através de um fluxograma, utilizando métodos e técnicas que permitam avaliar o processo quanto à sua eficiência e eficácia, com o objetivo de comparar teoria x prática.

Fazer uma **intervenção (real ou hipotética)** na realidade organizacional do processo escolhido de forma a aperfeiçoar o funcionamento do fluxo de trabalho previamente descrito e analisado. Identificar os problemas no processo antes da intervenção e representar o aperfeiçoamento, descrevendo o funcionamento do processo reestruturado comparando o fluxograma antes da intervenção com o reestruturado e descrever de que forma serão implementadas as mudanças, em relação às pessoas e aos processos, utilizando para isso, os conhecimentos até então adquiridos em sua formação.



METODOLOGIA

-Descrição de atividades:

Descrever as atividades que foram realizadas durante o estágio.

Citar o período (em datas e horários) em que foram realizadas as atividades de estágio, caso houve a realização de atividades distintas em períodos distintos apresentar um cronograma de realização de atividades.

-Horário de realização das Atividades.

Colocar em anexo a ficha de frequência (conforme modelo).

- Base teórica que utilizou (caso haja).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Descrever se o estágio atendeu as expectativas.
- Apresentar as limitações e dificuldades encontradas e como foram resolvidas e/ou contornadas.
- Colocar se as potencialidades apresentadas no plano de estágio se concretizaram.
- Apresentar como a experiência da sistematização escrita deste documento foi desenvolvida e quais as contribuições para a sua formação acadêmica.
- Colocar se os objetivos propostos no plano de atividades foram alcançados ou não, discutindo e/ou justificando o alcance, alcance parcial ou o não alcance desses objetivos.
- Apresentação da importância das atividades que foram desenvolvidas para a formação.
- Apresentar a relação que as atividades que foram desenvolvidas têm com os conhecimentos trabalhados no curso
- Descrever a importância do estágio para a sua formação acadêmico-profissional.
- Descrever a importância do estágio para a sua formação social (pessoal).
- Agradecimentos (opcional).



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Caso existam citações ao longo do plano de atividades.



ANEXOS

ANEXO 1 e 2 (obrigatório)

- Relatório de Avaliação do Supervisor(a): Mencionando conhecimento do relatório de atividades de estágio e dando parecer de aprovação.
- Formulário de avaliação do supervisor(a).

ANEXO 3 (obrigatório)

- Formulário de avaliação orientador(a).

ANEXO 4 (obrigatório)

- Fichas de frequência do estagiário(a): devidamente preenchidas e assinadas pelo supervisor.

Obs.: Podem ser acrescentados outros anexos.

ANEXO 5

- Itens a serem avaliados pelos professores da disciplina.



ANEXO 1

MODELO DE RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Obs:

Deverá ser feita em papel timbrado da empresa, constando:

Razão social, endereço completo, telefone, site ou e-mail e o CNPJ.

Cerro Largo, ____ de _____ de 20 ____

Declaração

Declaro para os devidos fins, que o (a) Sr.(a) (nome do aluno)....., aluno (a) da Universidade Federal da Fronteira Sul, matriculado (a) no Curso de Administração, matrícula nº., realizou nesta empresa, no (a)..... (setor), no período de de de à de de, (descrever as atividades desenvolvidas), tendo cumprido a carga horária diária de horas, perfazendo um total de XXXXX horas a título de estágio curricular supervisionado, demonstrando (descrever a avaliação do desempenho, a qualidade do trabalho, o nível de conhecimento, o comportamento individual ou em grupo, etc.).....

Atenciosamente,

Identificação do responsável direto pelo estagiário

(nome, cargo, carimbo, assinatura)



ANEXO 2

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO ESTAGIÁRIO PELA UCE

Nome do estagiário (a): _____

ASPECTOS A SEREM AVALIADOS	PESO	NOTA
Envolvimento e interesse (dedica-se ao trabalho com interesse)	1,5	
Produtividade e proatividade (responde suas atividades e resolve problemas com facilidade)	2,0	
Responsabilidade (assume suas responsabilidades e cumpre prazos)	2,0	
Assiduidade	1,5	
Disciplina	1,5	
Criatividade	1,5	
TOTAL	10,0	

Observações

Cerro Largo, ____ de _____ de 20 ____.

Supervisor de estágio



ANEXO 3

**FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO ESTAGIÁRIO(A) –
ORIENTADOR(A)**

Nome do estagiário (a): _____

ASPECTOS A SEREM AVALIADOS	PESO	NOTA
Envolvimento e interesse (dedica-se ao trabalho com interesse)	2,0	
Produtividade científica (elabora texto de qualidade)	2,0	
Responsabilidade (assume suas responsabilidades e cumpre prazos)	2,0	
Clareza e objetividade (consegue contextualizar ideias e objetivos de forma clara e coerente)	2,0	
Organização textual	2,0	
Total	10,0	

Observações

Cerro Largo, ___ de _____ de 20__.

Orientador temáticos



ANEXO 5

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DA DISCIPLINA

ASPECTOS A SEREM AVALIADOS	PESO	NOTA
1 Trabalho Escrito		
1.1 Cumprimento dos itens pedidos	0,5	
1.2 Qualidade da escrita	1,5	
1.3 Capacidade de síntese e apresentação de dados	2,5	
1.4 Organização textual: coesão e coerência	1,0	
1.5 Normas da ABNT e formatação	0,5	
Subtotal	6,0	
2 Apresentação Oral		
2.1 Objetividade e clareza na exposição	1,5	
2.2 Domínio do assunto	1,5	
2.3 Utilização adequada de recursos e tempo	1,0	
Subtotal	4,0	
TOTAL	10,0	



ANEXO II - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

Dispõe sobre a participação dos acadêmicos do curso de Administração em atividades curriculares complementares, em atendimento ao que prevê o Projeto Pedagógico de Administração e Resolução Nº 9/CONSUNI/CGAE/UFFS/2018.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Entende-se por atividades curriculares complementares (ACCs) do curso de Administração aquelas realizadas pelo acadêmico, de livre escolha e que possibilitam à complementação dos conteúdos ministrados no curso e/ou atualização de temas emergentes ligados à Administração, ao mesmo tempo em que favoreçam a prática de estudos independentes, transversais e/ou interdisciplinares, bem como o desenvolvimento das habilidades comportamentais, políticas e sociais, auxiliando na consolidação do perfil do egresso.

Art. 2º Os objetivos das ACCs são: ampliar o currículo obrigatório; aproximar o acadêmico da realidade social e profissional; propiciar a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar.

Art. 3º - As ACCs propiciam ao curso a flexibilidade exigida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais.

CAPÍTULO II FORMAS DE REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

Art. 4º As ACCs têm carga horária mínima prevista de 180 horas, divididas em nove modalidades, conforme indicadas nos capítulos III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X e XI, deste Regulamento.



Art. 5º As atividades somente serão aceitas se realizadas após o ingresso do acadêmico na UFFS, as quais serão comprovadas mediante apresentação dos documentos expostos no Capítulo XIII, deste Regulamento.

Art. 6º As ACCs serão avaliadas e reconhecidas semestralmente, por professores designados pela coordenação do curso ou pelo colegiado.

Parágrafo Único. As ACCs têm carga horária mínima de 100 horas em atividades de extensão.

CAPÍTULO III

DOS PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO E PROJETOS DE EXTENSÃO E INICIAÇÃO CIENTÍFICA INSTITUCIONAL

Art. 7º Entende-se por programa/projeto de extensão institucional, os programas de extensão vinculados a UFFS e outras instituições.

Art. 8º Os acadêmicos bolsistas e voluntários que desenvolvem projetos aprovados terão direito a apropriação de 90 (noventa) horas e, caso os resultados do projeto sejam apresentados em evento terá direito ao cômputo de 30 (trinta) horas adicionais.

Parágrafo Único. O conjunto de horas dessa atividade totalizará, no máximo, 120 (cento e vinte) horas.

CAPÍTULO IV

DAS MONITORIAS E ESTÁGIOS NÃO OBRIGATÓRIOS

Art. 9º Consideram-se monitorias e estágios não obrigatórios as atividades realizadas em sala de aula e nos espaços destinados à formação profissional que tenham estreita relação com atividades exercidas no campo da Administração.

Art. 10º Cada monitoria e/ou estágio desenvolvido equivale até 60 (sessenta) horas, totalizando, no máximo 90 (noventa) horas.



CAPÍTULO V

DA PARTICIPAÇÃO NA EMPRESA JÚNIOR

Art. 11º A participação na Empresa Júnior pode se dar de três formas:

- I. Participação como dirigente: 90 (noventa) horas por ano.
- II. Participação como membro efetivo: 60 (sessenta) horas por ano.
- III. Participação na execução de projetos de consultoria: limitado a 90 (sessenta) horas.

Parágrafo Único. O conjunto de horas dessa atividade totalizará, no máximo, 120 (cento e vinte) horas.

CAPÍTULO VI

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

Art. 12º Considera-se cursos de aperfeiçoamento os cursos, os minicursos e outras atividades que propiciem aperfeiçoamento do acadêmico. Serão considerados cursos presenciais e a distância. A carga horária mínima por atividade é de 8 (oito) horas, até o limite de 30 (trinta) horas.

Parágrafo Único. O conjunto de horas dessa atividade totalizará, no máximo, 90 (noventa) horas.

CAPÍTULO VII

DAS VIAGENS DE ESTUDO

Art. 13º Serão consideradas viagens de estudo, aquelas programadas e/ou acompanhadas por professor da UFFS, destinadas a ampliar os conhecimentos a respeito de temáticas tratadas em sala de aula ou para atualização de conteúdos.

Parágrafo Único. Para cada dia de viagem será computado 8 (oito) horas e o conjunto de horas dessa atividade totalizará, no máximo, 90 (noventa) horas.



CAPÍTULO VIII

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS: CONGRESSOS, SIMPÓSIOS, JORNADAS E OUTROS

Art. 14º Será considerada a participação nos seguintes eventos: congressos, seminários, simpósios, semanas acadêmicas, conferências, colóquios, jornadas acadêmicas, palestras, oficinas, mesas redondas, painéis, encontros, fóruns, ciclos e outros de natureza similar.

I. Para estas atividades a carga horária mínima por evento é de 2 (duas) horas, totalizando até 30 (trinta) horas por evento.

II. Na condição de apresentador de trabalho ou palestrante, o acadêmico terá direito a crédito adicional de 15 (quinze) horas por trabalho ou palestra.

Parágrafo Único. O conjunto de horas dessa atividade totalizará, no máximo, 90 (noventa) horas.

CAPÍTULO IX

DA PUBLICAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

Art. 15º A cada artigo publicado em revista científica indexada (com Qualis) serão computados 60 (sessenta) horas e não indexada 30 (trinta) horas.

Art. 16º A cada publicação em anais de eventos científicos e/ou extensão serão computados 30 (trinta) horas por artigo completo e 15 (quinze) horas para resumo ou resumo expandido.

Art. 17º Será atribuído 30 (trinta) horas para a participação na organização de eventos.

Parágrafo Único. O conjunto de horas dessa atividade totalizará, no máximo, 90 (noventa) horas.

CAPÍTULO X



DAS DISCIPLINAS ISOLADAS E/OU CURSOS SEQUENCIAIS DE GRADUAÇÃO

Art. 18º A disciplinas isoladas será atribuída a sua própria carga horária.

Parágrafo Único. O conjunto de horas dessa atividade totalizará, no máximo, 90 (noventa) horas.

CAPÍTULO XI

DA PARTICIPAÇÃO EM COLEGIADO DE CURSO, ÓRGÃOS COLEGIADOS SUPERIORES E GRUPOS ARTÍSTICO CULTURAIS CREDENCIADOS OU REGULARMENTE CONSTITUÍDOS

Art. 19º A participação, na condição de representante, em colegiado do curso, órgãos colegiados superiores da UFFS e membro de grupos artísticos culturais credenciados ou regularmente constituídos e vinculados à UFFS, podem totalizar até 30 (trinta) horas por ano de participação, até o máximo de 90 (noventa) horas.

CAPÍTULO XII

DOS PROCEDIMENTOS PARA VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

Art. 20º Para validar as ACCs o acadêmico deverá preencher e apresentar o formulário específico para esse fim, acompanhado dos respectivos comprovantes das atividades desenvolvidas de acordo com o prazo definido em calendário acadêmico, junto à Secretaria Acadêmica.

Parágrafo único. Os comprovantes a que se refere o artigo dizem respeito a certificados ou declarações e, no caso de publicações científicas, a cópia das mesmas.

Art. 21º Os professores responsáveis por avaliar os pedidos deverão emitir parecer de validação que deverá ser entregue a coordenação do curso para os demais encaminhamentos.



Art. 22º As ACCs serão validadas de acordo com as seguintes cargas horárias máximas:

Capítulo/grupo	Carga horária do Grupo		Atividades realizadas	Carga horária máxima da atividade
	Min	Max		
III Dos programas e projetos de extensão e iniciação científica institucional	0h	120h	I Participação como bolsista (extensão)*	90h
			II Participação como voluntário (extensão)*	90h
			III Publicação de trabalho (extensão)*	30h
			IV Participação como bolsista (iniciação científica)	90h
			V Participação como voluntário (iniciação científica)	90h
			VI Publicação de trabalho (iniciação científica)	30h
IV Das monitorias e estágios não obrigatórios	0h	90h	I Participação como monitor	60h
			II Participação em estágio não obrigatório	60h
V Da participação na empresa júnior	0h	120h	I Participação como dirigente*	90h
			II Participação como membro efetivo*	60h
			III Participação em projetos (horas do projeto)*	90h
VI Cursos de aperfeiçoamento	8h	90h	I Cursos de aperfeiçoamento	30h
VII Das viagens de estudo	0h	90h	I Viagens de estudo*	90h
VIII Participação em eventos: congressos, simpósios, jornadas e outros	2h	90h	I Participação em eventos: congressos, simpósios, jornadas e outros como ouvinte	30h
			II Participação em eventos: congressos, simpósios, jornadas e outros como apresentador ou	15h



			palestrante	
IX Da publicação e organização de eventos	0h	90h	I Artigo publicado em revista científica indexada com Qualis*	60h
			II Artigo publicado em revista científica não indexada*	30h
			III Publicação de artigo completo em anais de eventos científicos ou de extensão*	30h
			IV Publicação de resumo ou resumo expandido em anais de eventos científicos ou de extensão*	15h
			V Organização de eventos*	30h
X Das disciplinas isoladas e/ou cursos sequenciais de graduação	0h	90h	I Participação em disciplina isolada	Carga horária da disciplina
XI Da participação em colegiado de curso, órgãos colegiados superiores e grupos artístico culturais credenciados ou regularmente constituídos	0h	90h	I Da participação em colegiado de curso, órgãos colegiados superiores e grupos artístico culturais credenciados ou regularmente constituídos	30h

*Atividades registradas como extensão no histórico escolar discente.

CAPÍTULO XIII

DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23º São documentos comprobatórios das ACCs:

Capítulo/grupo	Atividades realizadas	Comprovante
III Dos programas e projetos de extensão e de iniciação científica institucional	I e IV Participação como bolsista	Certificado contendo período e carga horária com cópia do relatório de avaliação e/ou Declaração da UFFS.
	II e V Participação como voluntário	Certificado contendo período e carga horária com cópia do relatório de avaliação e/ou Declaração da UFFS.
	III e VI Publicação de trabalho	Cópia do artigo e da Revista/Jornal contendo o



		corpo editorial (data, páginas, autor(es)) ou certificado de publicação.
IV Das monitorias e estágios não obrigatórios	I Participação como monitor	Certificado e relatório/declaração do professor contendo período e carga horária
	II Participação em estágio não obrigatório	Certificado concedido pela Divisão de Estágio da UFFS com período ou documento emitido por órgão agenciador oficial, carga horária e atividades desenvolvidas.
V Da participação na empresa júnior	I Participação como dirigente	Cópia da ata de posse e declaração com carga horária.
	II Participação como membro efetivo	Cópia da ata de posse e declaração com carga horária.
	III Participação em projetos (horas do projeto)	Certificado de participação contendo período e carga horária.
VI Cursos de aperfeiçoamento	I Cursos de aperfeiçoamento	Certificado contendo período, carga horária e frequência
VII Das viagens de estudo	I Viagens de estudo	Certificado de participação contendo período e carga horária.
VIII Participação em eventos: congressos, simpósios, jornadas e outros	I Participação em eventos: congressos, simpósios, jornadas e outros como ouvinte	Certificado contendo período, carga horária e frequência
	II Participação em eventos: congressos, simpósios, jornadas e outros como apresentador ou palestrante	Certificado de apresentação ou palestrante contendo período.
IX Da publicação e organização de eventos	I Artigo publicado em revista científica indexada com Qualis	Cópia do artigo e da Revista/Jornal contendo o corpo editorial (data, páginas, autor(es)) ou Certificado de Publicação.
	II Artigo publicado em revista científica não indexada	Cópia do artigo e da Revista/Jornal contendo o corpo editorial (data, páginas, autor(es)) ou Certificado de Publicação.
	III Publicação de artigo completo em anais de eventos científicos ou de extensão	Cópia do artigo e Anais do evento indicando a publicação.
	IV Publicação de resumo ou resumo expandido em anais de	Cópia do resumo e Anais do evento indicando a publicação.



	eventos científicos ou de extensão	
	V Organização de eventos	Declaração/certificado, com carga horária da comissão organizadora
X Das disciplinas isoladas e/ou cursos sequenciais de graduação	I Participação em disciplina isolada	Plano de ensino e histórico escolar e/ou certificado da disciplina.
XI Da participação em colegiado de curso, órgãos colegiados superiores e grupos artístico culturais credenciados ou regularmente constituídos	I Da participação em colegiado de curso, órgãos colegiados superiores e grupos artístico culturais credenciados ou regularmente constituídos	Declaração, com carga horária do colegiado/órgão superior ou grupo artístico.

Art. 24º Cabe ao professor que realizará a análise avaliar a aderência das atividades submetidas à análise, respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais e o PPC do curso de Administração.

Art. 25º Os casos não previstos neste regulamento serão dirimidos pelo colegiado do curso de Administração.



ANEXO III - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º. O TCC é um requisito para a obtenção do título de Bacharel do curso de Administração, *Campus* Cerro Largo.

Art. 2º. O TCC deve ser redigido e apresentado pelo acadêmico, publicamente, em banca examinadora.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS DO TCC

Art. 3º. São objetivos do TCC de Administração:

I - Proporcionar ao acadêmico a construção de um estudo formal, utilizando os conhecimentos assimilados ao longo do curso de Administração;

II – Propiciar ao acadêmico condições de refletir e interpretar criticamente sobre os conteúdos teóricos do curso de Administração;

III – Identificar uma problemática no campo da Administração e propor resoluções;

IV - Fornecer elementos que possibilitem a materialização da autonomia intelectual do acadêmico do curso de Administração.

CAPÍTULO III DAS ÁREAS DE PESQUISA PARA O TCC

Art. 4º. O TCC poderá ser desenvolvido em uma das seguintes áreas: Administração Geral; Administração Financeira; Administração da Produção, Logística e Materiais; Administração de Pessoas; Administração de Marketing; Administração de Cooperativas; Planejamento Estratégico; Pesquisa Operacional; Comércio Exterior; Administração Pública e, Administração de Sistemas de Informação.



CAPÍTULO IV

DOS REQUISITOS PARA REALIZAÇÃO DO TCC

Art. 5º. Para a realização do TCC o acadêmico deverá estar matriculado na disciplina de TCC e ter aprovação na disciplina de Projeto de trabalho de conclusão de curso.

CAPÍTULO V

DA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 6º. A proposta elaborada pelo acadêmico na disciplina de PTCC deverá, sob o acompanhamento de professor orientador, conter os elementos estruturais necessários para viabilizar a realização do Trabalho de conclusão de curso, conforme o Manual de Trabalhos Acadêmicos da UFFS.

§1º. O projeto deverá ser elaborado e aprovado no decorrer da disciplina de Projeto de trabalho de conclusão de curso.

§2º. A disciplina de PTCC fornecerá os referenciais metodológicos e de normatização necessários e adequados à elaboração do projeto.

Art. 7º. O PTCC será apresentado pelo acadêmico, publicamente, em banca examinadora.

Parágrafo único. A avaliação da disciplina de PTCC corresponderá à média das notas atribuídas pelos três membros da banca examinadora.

Art. 8º. O processo de avaliação compreenderá:

I – O relatório redigido nas normas de trabalhos acadêmicos da UFFS.

II – Apresentação oral do projeto na disciplina de PTCC.

§1º. Será aprovado o acadêmico que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis) na média aritmética das notas atribuídas pelos três membros da banca examinadora.

§2º. Se a banca examinadora julgar o trabalho insuficiente solicitará reformulações em formulário para avaliação do PTCC (ANEXO A), proporcionando nova oportunidade de aprendizagem e avaliação ao acadêmico.



§3º. O aluno terá o prazo de 10 dias, a contar da data da apresentação oral, para refazer o trabalho ou efetuar as alterações sugeridas pela banca examinadora, sendo a sua aprovação condicionada à revisão e avaliação realizada pelo professor orientador e comunicada por escrito ao professor do componente curricular.

§4º. Em caso de plágio, integral ou parcial, o aluno será reprovado.

CAPÍTULO V DO DESENVOLVIMENTO DO TCC

Art. 9º. A execução dos trabalhos corresponde à realização, pelo aluno, de TCC coerente com a temática e a proposta defendida no projeto de TCC, em conformidade com o cronograma estabelecido neste, observando as determinações e orientações de seu professor orientador.

CAPÍTULO VI DA AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 10. Cada trabalho será avaliado por uma banca examinadora, que será composta pelo professor orientador, que a presidirá, e por mais dois membros indicados pelo professor orientador.

§1º. Pelo menos um dos componentes da banca examinadora deve atuar no curso de Administração.

§2º. Poderá haver a participação de um Administrador como 4º membro da banca examinadora.

§3º. O professor responsável pelo componente curricular de TCC divulgará e convidará a comunidade acadêmica para acompanhamento das bancas de avaliação dos trabalhos realizados.

Art. 11. A banca considerará, para a composição do resultado final da avaliação o relatório escrito que representará 80% e a apresentação oral do aluno que corresponderá aos restantes 20%, conforme ANEXO B.

CAPÍTULO VII DA APRESENTAÇÃO ORAL



Art. 12. A apresentação oral será realizada pelo aluno perante a banca examinadora, quando relatará o desenvolvimento e os resultados obtidos com o seu trabalho.

§1º. O professor orientador definirá data, horário e local em que a apresentação oral será realizada, tendo em vista o calendário do componente curricular para o semestre letivo.

§2º. Cabe ao professor orientador dar ciência ao professor responsável pelo componente curricular TCC e aos membros da banca examinadora sobre a data, o horário e o local em que a apresentação oral será realizada.

§3º. Cabe ao professor orientador, auxiliado pelo professor responsável pelo componente curricular Trabalho de conclusão de curso, definir e atuar na obtenção dos recursos materiais necessários à apresentação.

§4º. O colegiado do curso de Administração, estabelecerá as dinâmicas a serem observadas nas apresentações orais.

CAPÍTULO VIII

DO RELATÓRIO DO TCC

Art. 13. O relatório escrito deverá conter todas as informações referentes ao trabalho.

§1º. O relatório de TCC, tanto para a versão impressa quanto para o documento em formato eletrônico, deve seguir o manual de trabalhos acadêmicos da UFFS.

§2º. O aluno deverá protocolar a entrega de três cópias impressas de seu relatório, a serem avaliadas pela banca, como versão preliminar, observando os prazos estabelecidos no calendário do componente curricular para o semestre letivo, condiciona à autorização do avaliador, conforme ANEXO C.

§3º. Será aprovado o acadêmico que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis) na média aritmética das notas atribuídas pelos três membros da banca examinadora.

§4º. Se a banca examinadora julgar o trabalho insuficiente solicitará reformulações em ata de defesa de TCC (ANEXO D), que será lida pelo professor orientador ao final da realização da banca de defesa, proporcionando nova oportunidade de aprendizagem e avaliação ao acadêmico.

§5º. O aluno terá o prazo de 10 dias, a contar da data da apresentação oral, para refazer o trabalho ou efetuar as alterações sugeridas pela banca examinadora, sendo a



sua aprovação condicionada à revisão e avaliação realizada pelo professor orientador e comunicada por escrito ao professor do componente curricular.

§6º. Cabe ao professor responsável pelo componente curricular TCC realizar o registro no diário de classe das notas e recuperações.

§7º. Em caso de plágio, integral ou parcial, o aluno será reprovado.

§8º. A versão final do TCC deverá ser entregue conforme a normalização de trabalhos descrita no sítio da biblioteca da UFFS após a ciência do orientador no termo de autorização de entrega de TCC (ANEXO E).

CAPÍTULO IX DO PROFESSOR ORIENTADOR

Art. 14. O professor orientador deverá ser professor do curso de Administração e formalizar a orientação por meio do Aceite de Orientação (ANEXO F).

Art. 15. A metodologia de orientação e acompanhamento dos trabalhos é de responsabilidade e competência do professor orientador.

§1º. O professor orientador deve apresentar ao acadêmico, no início das atividades, a metodologia a ser adotada para a realização do trabalho.

§2º. O professor orientador adotará para o controle das atividades realizadas pelo acadêmico o Formulário de Registro de Orientação, conforme ANEXO G.

Art. 16. É responsabilidade do professor orientador observar o cumprimento, pelo aluno, das disposições contidas nesta regulamentação, especialmente as que se referem a prazos e adequação aos formatos estabelecidos, além do atendimento às recomendações das bancas que avaliam seu projeto ou trabalho.

CAPÍTULO XI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. Toda e qualquer prorrogação nos prazos estabelecidos para os componentes curriculares PTCC e TCC, de forma individual ou coletiva, deve ser solicitada por escrito pelo professor orientador ao professor responsável pelo componente curricular Trabalho de conclusão de curso, o qual decidirá pelo acolhimento da mesma.



§1º. O prazo máximo para prorrogação será de 10 dias, excetuando-se os casos previstos em lei e que se referem a tratamento de saúde ou gestação.

§2º. Um trabalho somente poderá ser objeto de uma prorrogação.

Art. 18. As demais orientações e casos omissos destas Normas serão resolvidos pela coordenação do curso de Administração sujeitos à aprovação do colegiado do curso, nos limites da respectiva competência.



ANEXO - A

FORMULÁRIO PARA AVALIAÇÃO DO PROJETO DE TRABALHO DE
CONCLUSÃO DE CURSO

Nome do(a) acadêmico(a): _____

Título do projeto de trabalho de conclusão de curso: _____

ASPECTOS A SEREM AVALIADOS	Peso	Avaliador
1 Relatório escrito	8,0	
1.1 Introdução (contextualização, objetivos e justificativa)	2,5	
1.2 Fundamentação teórica adequada ao tema	1,5	
1.3 Metodologia proposta	2,5	
1.4 Expressão escrita (ortografia, concordância e paragrafação)	0,5	
1.5 Organização textual: coesão e coerência	0,5	
1.6 Normas da ABNT/UFFS	0,5	
2 Apresentação Oral**	2,0	
2.1 Objetividade e clareza na exposição	0,7	
2.2 Domínio do assunto	0,7	
2.3 Utilização adequada de recursos e tempo	0,6	
TOTAL	10,0	

Parecer descritivo do avaliador(a):

Avaliador(a):

Cerro Largo, _____ de _____ de _____.



ANEXO - B
FORMULÁRIO PARA AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Nome do(a) acadêmico(a): _____

Título do projeto de trabalho de conclusão de curso: _____

ASPECTOS A SEREM AVALIADOS	Peso	Avaliador
1 Relatório escrito	8,0	
1.1 Assunto/tema (atualidade do tema, delimitação adequada, relevância acadêmica e social)	0,5	
1.2 Problema (formação clara, definições e conceitos de referência respaldados em literatura pertinente e possibilidade de investigação)	0,5	
1.3 Estrutura do trabalho (organização do trabalho; introdução, desenvolvimento, metodologia, análise dos resultados, conclusão etc.)	0,5	
1.4 Pesquisa bibliográfica (atualidade, profundidade, abrangência, capacidade de síntese do material de referência, evitando excesso de transcrições literárias)	1,5	
1.5 Metodologia (delineamento do método e das técnicas de pesquisa e sua adequação na abordagem do problema; procedimentos adotados na coleta, organização)	1,5	
1.6 Análise dos dados e conclusão (procedimentos adotados para análise e exposição dos dados; apresentação das ideias e argumentações desenvolvidas; comentários a respeito dos resultados)	3,5	
2 Apresentação oral	2,0	
2.1 Objetividade e clareza na exposição	0,8	
2.2 Domínio do assunto	0,7	
2.3 Utilização adequada de recursos e tempo	0,5	
TOTAL	10,0	

Parecer descritivo do avaliador(a):

Avaliador(a):

Cerro Largo, _____ de _____ de _____.



ANEXO C

AUTORIZAÇÃO DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Eu, Professor(a) _____
da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Cerro Largo, autorizo o(a)
acadêmico(a) _____ a
encaminhar o trabalho de curso intitulado “ _____

_____”
para exame de defesa que se realizará no dia _____ de _____ de 20__ às
_____ horas, na sala _____, do bloco _____.

Abaixo segue sugestão de composição de banca examinadora.

Orientador(a) _____ -

Membro _____ -

Membro _____ -

Sendo o que se apresenta para o momento, aproveito para agradecer a atenção dispensada a este documento.

Atenciosamente,

Orientador(a)

Cerro Largo, _____ de _____ de 20__.



ANEXO – D

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ata de defesa do trabalho de conclusão de curso em Administração de

_____.

Aos _____ dias do mês de _____ de _____, reuniu-se a banca examinadora do trabalho apresentado como trabalho de conclusão de curso em Administração de _____, intitulado: _____

_____.

Compuseram a banca examinadora _____, _____ e _____.

Após a exposição oral, o candidato foi arguido pelos componentes da banca que atribuíram a nota _____ ao trabalho de conclusão de curso, tendo em vista os seguintes apontamentos/reformulação:

_____.

Para constar, redigi a presente Ata, que aprovada por todos os presentes, vai assinada por mim, Coordenador do curso de Administração, e pelos demais membros da banca.

Orientador(a):

Avaliador(a)

Avaliador(a)

Acadêmico(a)

Coordenador(a) do curso



ANEXO - E
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE ENTREGA DE TRABALHO DE
CONCLUSÃO DE CURSO

Eu, _____, professor(a) orientador(a) do trabalho de
conclusão _____ de _____ curso
intitulado _____

_____, de autoria do(a) acadêmico(a)
_____, defendido em banca pública no dia
__ / __ / ____ para obtenção do grau de Bacharel em Administração, autorizo a
entrega da versão definitiva do referido trabalho, que ficará à disposição da Biblioteca
da UFFS. As alterações indicadas por mim após as sugestões da banca foram realizadas.

Cerro Largo, _____ de _____ de _____.

Orientador(a)

Acadêmico(a)



ANEXO – F

ACEITE DE ORIENTAÇÃO

Acadêmico(a): _____

Professor orientador(a): _____

Área: _____

Tema: _____

Observações:

Cerro Largo, _____ de _____ de 20 _____

Acadêmico(a)

Orientador(a)



ANEXO - G
ATAS DE ACOMPANHAMENTO DA ORIENTAÇÃO

CCR: () Projeto de trabalho de conclusão de curso () Trabalho de conclusão de curso

Acadêmico(a) _____

Orientador(a): _____

Encontros Datas	Tarefas			Assinaturas	
	Realizadas	Solicitadas	Próximo encontro	Prof.	Aluno
Encontro nº — Data: — / — / —			— / — / —		
Encontro nº — Data: — / — / —			— / — / —		
Encontro nº — Data: — / — / —			— / — / —		
Encontro nº — Data: — / — / —			— / — / —		



ANEXO IV: REGULAMENTO DE APROVEITAMENTO POR EQUIVALÊNCIA DE COMPONENTE CURRICULAR

Art. 1º Conferir equivalência aos componentes curriculares abaixo relacionados, cursados com aprovação ou validados pelos estudantes do curso de Administração, *Campus* Cerro Largo, em decorrência da reformulação do projeto pedagógico do curso:

Quadro 15 – Equivalências dos componentes curriculares

Matriz 2012 (em extinção)			Matriz 2020		
Código	Componente curricular	Créd.	Código	Componente curricular	Créd.
GLA001	Leitura e produção textual I	4	GLA104	Produção textual acadêmica	4
GLA004	Leitura e produção textual II	4	GLA104	Produção textual acadêmica	4
GEX001	Matemática instrumental	4	GEX213	Matemática C	4
GCS140	Economia I	4	GCS594	Economia I	4
GCH011	Introdução ao pensamento social	4	GCH291	Introdução ao pensamento social	4
GCH008	Iniciação à prática científica	4	GCH1788	Iniciação à prática científica	4
GEX006	Estatística básica	4	GEX210	Estatística básica	4
GEX138	Matemática para administradores	4	GEX961	Cálculo I	4
GCS141	Economia II	4	GCS603	Economia II	4
GCH287	Psicologia organizacional	4	GCS600	Comportamento organizacional	4
GCS010	Direitos e cidadania	4	GCS239	Direitos e cidadania	4
GCH206	Filosofia e ética	2	GCH1318	Filosofia e ética	2
GCS251	Pesquisa mercadológica	4	GCS606	Pesquisa de marketing	5
GCS233	Administração de recursos humanos I	4	GCS597	Gestão de pessoas I	4
GCS143	Direito empresarial	4	GCS629	Direito empresarial	4
GEN059	Pesquisa operacional	4	GCS615	Pesquisa operacional	4
GCS011	Meio ambiente, economia e sociedade	4	GCS238	Meio ambiente, economia e sociedade	4
GCS215	Administração da produção I	4	GCS601	Administração da produção I	4
GCS232	Administração de materiais	4	GCS616	Administração de materiais	4
GCS234	Administração de sistemas de informação	2	GCS625	Gestão de tecnologias e sistemas de informação	4
GCS252	Processo decisório	2			
GCS081	Planejamento financeiro e orçamentário	4	GCS622	Planejamento financeiro e orçamentário	4
GEN060	Logística	4	GCS623	Logística	5
GCS152	Projeto de trabalho de curso	4	GCS621	Projeto de trabalho de conclusão de curso	4
GCS153	Trabalho de curso	8	GCS626	Trabalho de conclusão de curso	7



Matriz 2012 (em extinção)			Matriz 2020		
Código	Componente curricular	Créd.	Código	Componente curricular	Créd.
GCS154	Estágio curricular supervisionado	8	GCS627	Estágio curricular supervisionado	6
GCS226	Introdução à administração	4	GCS593	Teorias da administração I	4
GCS230	Teorias da administração	4	GCS596	Teorias da administração II	5
GCS221	Contabilidade introdutória	4	GCS595	Contabilidade introdutória	5
GEX198	Matemática financeira	4	GCS609	Matemática financeira	4
GCS070	Administração de marketing	4	GCS598	Administração de marketing	4
GCS220	Administração financeira I	4	GCS612	Administração financeira I	5
GCS236	Administração financeira II	4	GCS618	Administração financeira II	5
GCS219	Administração de recursos humanos II	4	GCS607	Gestão de pessoas II	4
GCS246	Estratégia mercadológica	4	GCS610	Estratégia de marketing	4
GCS216	Administração de custos	4	GCS614	Gestão de custos	5
GCS231	Administração da produção II	4	GCS604	Administração da produção II	5
GCS083	Administração estratégica	4	GCS613	Planejamento estratégico I	5
GCS145	Empreendedorismo, criatividade e inovação	2	GCS620	Empreendedorismo	4
GCS146	Empreendimentos e modelos de negociação	4			
GCH012	Fundamentos da crítica social	4	GCS628	Fundamentos Socioantropológicos	4
GCH284	Antropologia para administradores	2			

Art. 2º Para fins de registro, os componentes curriculares equivalentes passarão a constar nos históricos escolares dos estudantes com a situação CVE – componente validado por equivalência.

Parágrafo único. Nos casos em que está sendo utilizado 2 (dois) ou mais de um componente curricular para validar 1 (um) componente curricular, será considerada a média ponderada para fins de registro da nota.

Art. 3º Os componentes curriculares da matriz de 2012 listados no quadro seguinte não possuem componente equivalente na nova matriz, porém, a critério do colegiado, poderão ser validados como carga horária optativa nos componentes do curso e/ou atividades curriculares complementares:



Quadro 16 – Componentes curriculares sem validação

Código	Componente curricular	Créditos
GCH029	História da fronteira Sul	4
GCS093	Economia brasileira e políticas de desenvolvimento	2
GCS087	Desenvolvimento de recursos humanos	2
GCA140	Desenvolvimento Rural	4
GCS172	Administração pública	2
GCA005	Agroecossistemas I	2
GCA142	Agroecossistemas II	2
GCS095	Contabilidade rural e cooperativa	2
GCS298	Desenvolvimento regional	2
GCS299	Gestão do conhecimento	2
GCH285	História da agricultura	2
GCH091	História dos movimentos sociais no campo	2
GCS301	Jogos de empresas	2
GCS302	Negócios internacionais	2
GCS157	Realidade do campo brasileiro	2
GCS374	Sistemas de controle gerencial	2
GCS430	Logística Internacional	2
GCS431	Direito tributário	2
GCS433	Direito do trabalho e previdenciário	2
GCS440	Método estatístico “R”	2
GCS439	Economia solidária	2
GEX216	Estatística para Administradores	4
GCS144	Organização de cadeias agroindustriais	2
GCS142	Organização, sistemas e métodos	2
GCS203	Contabilidade Gerencial	2
GCS056	Administração e análise de projetos	4
GCS300	Mercado de capitais	2
GCS103	Comercialização de produtos agropecuários	2
GCS106	Gestão agroindustrial	2
GEX002	Introdução à informática	4

Art. 4º Conferir equivalência aos componentes curriculares da Matriz Curricular 2020, abaixo relacionados, ao acadêmico regularmente matriculado na Matriz Curricular 2012.

Quadro 17 - Equivalência inversa dos componentes curriculares

CCR Matriz 2020			CCR equivalente Matriz 2012		
Código	Componente Curricular	Créditos	Código	Componente Curricular	Créditos
GCS620	Empreendedorismo	4	GCS145	Empreendedorismo, criatividade e inovação	2
GCS628	Fundamentos socioantropológicos	4	GCH284	Antropologia para Administradores	2
GCS625	Gestão de Tecnologias e Sistemas de Informação	4	GCS234	Administração de Sistemas de Informação	2

* Artigo inserido conforme RESOLUÇÃO Nº 04/CCADM-CL/UFFS/2021